Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor de Tecnologia
Curso de Arquitetura e Urbanismo

ELENA JUSTEN BRANDENBURG

PRODUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: CURITIBA - CIDADE SEDE DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL 2014

CURITIBA
2010

ELENA JUSTEN BRANDENBURG

PRODUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: CURITIBA - CIDADE SEDE DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL 2014

Monografia apresentada à disciplina Orientação de Pesquisa (TA040) como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

ORIENTADOR(A):

Profa. MSc. Madianita Nunes da Silva

CURITIBA

2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

Orientador(a):

_____

Examinador(a):

_____

Examinador(a):

_____

Monografia defendida e aprovada em:

Curitiba, _____ de _____ de 2009

Dedico este trabalho aos meus pais, Alfio e Ilze.

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer à minha orientadora Madianita pelas correções e críticas, mas, além disso, sou muito grata pelas conversas que despertaram em mim o interesse pela questão urbana. Obrigada também pela oportunidade em participar da Iniciação Científica, foi uma experiência muito rica e gratificante.

Agradeço ao grupo de pesquisa GEDiME, o qual me inspirou a desenvolver esse trabalho.

Agradeço à professora Gislene pelas discussões nas aulas sobre o mercado imobiliário e a estruturação do espaço. Parte deste trabalho foi fruto das idéias surgidas em sala.

Agradeço aos meus pais pelo incentivo, pelos conselhos, pelo exemplo de sabedoria, perseverança.

Agradeço ao Robert pela confiança, incentivo, paciência, pelo companheirismo e apoio em todos os momentos.

Agradeço também aos amigos, os quais foram fundamentais para essa conquista. Obrigada pelo apoio, pelo exemplo de força e competência.

“A cidade não é apenas uma linguagem, mas uma prática.”
Henri Lefebvre.

RESUMO

Tendo em vista o contexto urbano atual, fundamentado na lógica neoliberal da globalização, o presente trabalho procura estudar as repercussões de grandes eventos esportivos internacionais no processo de produção do espaço urbano. O fenômeno da globalização atinge diretamente o planejamento urbano e a formulação de políticas públicas, passando, portanto, a orientar o desenvolvimento de cidades voltadas ao capital internacional. Neste contexto, os megaeventos internacionais tem se tornado instrumentos estratégicos para colocar as cidades no cenário mundial com grandes impactos sobre a estrutura sócio-espacial urbana. Sendo assim, este trabalho tem como foco de análise a reestruturação urbana de Curitiba à luz da Copa do Mundo de Futebol 2014, identificando os agentes sociais e seus interesses neste processo, bem as transformações urbanas derivadas da realização do evento. Este estudo fundamenta o desenvolvimento de um plano urbanístico baseado nos princípios do Estatuto da Cidade, que terá como referência a área diretamente impactada pelas obras relacionadas à Copa de 2014.

Palavras chaves: Reestruturação do espaço urbano, grandes eventos esportivos internacionais, planejamento urbano, Curitiba

INDICE DE FIGURAS

FIGURA 1– MUNICIPIO DE CURITIBA E PROJETOS PARA A COPA 2014.....14
FIGURA 2– BAIRRO DO MORUMBI EM SÃO PAULO.....30
FIGURA 3 - DISTRITOS DE BARCELONA.....66
FIGURA 4 – ZONA COSTEIRA DE BARCELONA.....69
FIGURA 5 – VISTA DO PORTO OLIMPICO NOS ANOS 1960.....70
FIGURA 6 – VISTA DO PORTO OLIMPICO EM 2000.....70
FIGURA 7 – COMPARAÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO TURISMO DOS PAÍSES-SEDE DAS OLIMPÍADAS.....73
FIGURA 8 – VISTA DO BAIRRO EIXAMPLE DIREITO.....75
FIGURA 9 – EDIFICAÇÕES NO BAIRRO EIXAMPLE DIREITO.....75
FIGURA 10 – MANIFESTAÇÃO DOS HABITANTES LOCAIS CONTRA A DESTRUIÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL CAN RICART.....76
FIGURA 11 – REPRESSÃO DO PODER PUBLICO EM CAN RICART, [198-].....77
FIGURA 12 - CIDADE DO RIO DE JANEIRO SUBDIVIDIDA EM 12 REGIÕES ESTRATÉGICAS DE PLANEJAMENTO.....82
FIGURA 13 - ANÉIS OLÍMPICOS DO PAN 2007.....84
FIGURA 14 – NOVO QUIOSQUE DO PROJETO ORLA RIO, 2009.....85
FIGURA 15 - PROPAGANDA DA VILA DO PAN.....87
FIGURA 16 – SEGURANÇA NO PERÍODO DOS JOGOS PANAMERICANOS, 2007 90
FIGURA 17 - MANIFESTAÇÃO NO MARACANÃ - DIA DA ABERTURA DO PAN RIO 2007.....93
FIGURA 18 - CIDADES SEDE DA COPA DE 2010.....98
FIGURA 19 – DICAS PARA TURISTAS NA COPA 2010.....101
FIGURA 20 - MANIFESTAÇÃO DE OPERÁRIOS, 2009.....103
FIGURA 21 - MANIFESTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, 2009.....104
FIGURA 22 – OBRAS DE MOBILIDADE E INFRA-ESTRUTURA PROGRAMADAS PARA A COPA DE 2014.....128
FIGURA 23 – PROJETO AVENIDA CANDIDO DE ABREU.....132
FIGURA 24- OCUPAÇÃO IRREGULAR JARDIM ICARAÍ, BOLSAO AUDI-UNIÃO, 2010.....137
FIGURA 25 – PROJETO PARQUE EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA COM VISTA DO BOLSÃO AUDI-UNIÃO AO FUNDO 137

FIGURA 26 – RESIDENCIAL PARQUE DO IGUAÇU E PARQUE DA IMIGRAÇÃO JAPONESA 139
FIGURA 27 – PÓLOS DE COMÉRCIO E SERVIÇO AO LONGO DA LINHA VERDE 142
FIGURA 28– TERRENO DO BAIRRO NEOVILLE 144
FIGURA 29 – LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO NEOVILLE 145
FIGURA 30– PROJETOS URBANOS RELACIONADOS À COPA DE 2014 152

INDICE DE TABELAS E QUADROS

QUADRO 1 – OS DEZ MANDAMENTOS DA METROPOLIZAÇÃO 33
QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO DO TRADICIONAL PARA O ESTRATÉGICO 42
QUADRO 3 – INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS E DE PARTICIPAÇÃO REGULAMENTADOS PELO ESTATUTO DA CIDADE.....51
QUADRO 4 – LISTA DAS CIDADES SEDE DOS JOGOS PAN AMERICANOS 80
QUADRO 5 - PAÍSES SEDE DA COPA DO MUNDO.....95
QUADRO 6 - PRINCÍPIOS DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DE NELSON MANDELA.....97
QUADRO 7 - COMPARATIVO ENTRE EUROPA, ESTADOS UNIDOS E ÁFRICA .105
QUADRO 8 – RESUMO INFORMAÇÕES ESTUDO DE CASOS CORRELATOS ..115
QUADRO 9– VIAS DE INTEGRAÇÃO RADIAL METROPOLITANAS 129
QUADRO 10– REQUALIFICAÇÃO DO SETOR MARECHAL FLORIANO.....130
QUADRO11– CORREDOR METROPOLITANO 131
QUADRO12– REFORMA NO COMPLEXO ESPORTIVO 135

TABELA1-VARIAÇÃO DO PREÇO DO M² DA HABITAÇÃO NOVA NOS DISTRITOS DE BARCELONA ENTRE 1989 e 1993.....65
TABELA 2 – FONTES DE REEMBOLSO DOS GASTOS PÚBLICOS.....71
TABELA 3 – VARIAÇÃO DO PREÇO MEDIO POR m² ENTRE 2000 E 2009.....140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP - Associação Comercial do Paraná
Ademi - Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário
ANC - Congresso Nacional Africano
ANTP - Associação Nacional de Transportes Urbanos
APA - Área de Proteção Ambiental
Bope - Batalhão de Operações Policial Especializada
BRT- Bus *Rapit Transit*
CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CIC - Cidade Industrial de Curitiba
CIO - Comitê Internacional Olímpico
COB - Comitê Olímpico Brasileiro
Cohab - Companhia Habitação Popular de Curitiba
COL - Comitê Organizador Local
CONCA - Conselho de Cidadania do Boa Vista – Rio de Janeiro
CONCITIBA - Conselho da Cidade de Curitiba
COOB - Comitê Organizador Barcelonês
Crea - Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo
CUT - Central Única dos Trabalhadores
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
Felru - Fórum Estadual de Luta pela Reforma Urbana
FIFA – Federação Internacional de Futebol
GEUs - Grandes Eventos Urbanos
GPUs - Grandes Projetos Urbanos
IBC - Centro Internacional de Transmissões
IEP- Instituto de Engenharia do Paraná
IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
MPC - Centro de Imprensa Principal
NUM - Sindicato Nacional dos Mineradores
Odepa - Organização Desportiva Pan-Americana

ONGs - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Plano de Aceleração do Crescimento
PC - Potencial Construtivo
PE - Planejamento Estratégico
PERI - Planos Especiais de Reforma Interna
PIB - Produto Interno Bruto
PP - Planejamento Participativo
RAP - Relatório Ambiental Prévio
SAPS - Serviço de Polícia Sul-Africana
SEHIS - Setores Especiais de Habitação de Interesse Social
SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEOP - Secretaria Especial de Ordem Pública
SINDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção Civil
TCU - Tribunal de Contas da União
ZE-D - Zonas Especiais Desportivas
ZR4 - Zona Residencial 4

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2 URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E OS MEGAEVENTOS INTERNACIONAIS 21

2.1 URBANIZAÇÃO NAS TRÊS FASES DA MODERNIDADE 22
2.2 GLOBALIZAÇÃO E UBANIZAÇÃO NA TERCEIRA FASE DA MODERNIDADE 25
2.3 OS MEGA EVENTOS E A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA ATUALIDADE 34

3 PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO 39

3.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO X PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO 41
3.2 CIDADES, PLANEJAMENTO URBANO E MEGA EVENTOS INTERNACIONAIS 54

4 ANÁLISE DE CORRELATOS: REESTRUTURAÇÃO URBANA EM CIDADES SEDE DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS INTERNACIONAIS 62

4.1 BARCELONA – OLIMPÍADAS DE 1992 62
4.1.1 Projetos Urbanos e processos de reestruturação do espaço 65
4.2 RIO DE JANEIRO – JOGOS PAN AMERICANOS DE 2007 80
4.2.1 Projetos Urbanos e processos de reestruturação do espaço 85
4.3 JOHANESBURGO – COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2010 94
4.3.1 Projetos Urbanos e processos de reestruturação do espaço 99
4.4 SINTESE DA ANÁLIDE DE CORRELATOS 106

5 PRODUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO: CURITIBA – SEDE DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014 116

5.1 “CURITIBANIZAÇÃO ”: O PROCESSO DE PLANEJAMENTO URBANO EM CURITIBA 117
5.2 COMPETIÇÃO ENTRE CIDADES E A CANDIDATURA PARA SEDIAR A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL 124
5.3 “QUINZE ANOS EM CINCO”: PROJETOS URBANOS PARA A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL 126
5.4 SINTESE DA ANALISE DA REALIDADE 145

6 DIRETRIZES PROJETUAIS - 151

7 REFERENCIAS 156

8 REFERENCIAS DE FIGURAS 169

1 INTRODUÇÃO

A presente Monografia de conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, faz uma reflexão a respeito do modelo de planejamento da cidade de Curitiba à luz das intervenções urbanas definidas para a recepção da Copa do Mundo de Futebol em 2014 (FIGURA1). A análise crítica dessa relação constituiu a base para a identificação das contradições presentes, bem como, das possibilidades ao modelo de planejamento adotado pelo município nesse processo. Além disso, o estudo fundamentou a estruturação de diretrizes para o desenvolvimento de um projeto urbanístico, a ser realizado no segundo semestre de 2010, objetivando a construção de um cenário urbano mais justo e digno para a toda a sociedade residente na metrópole.

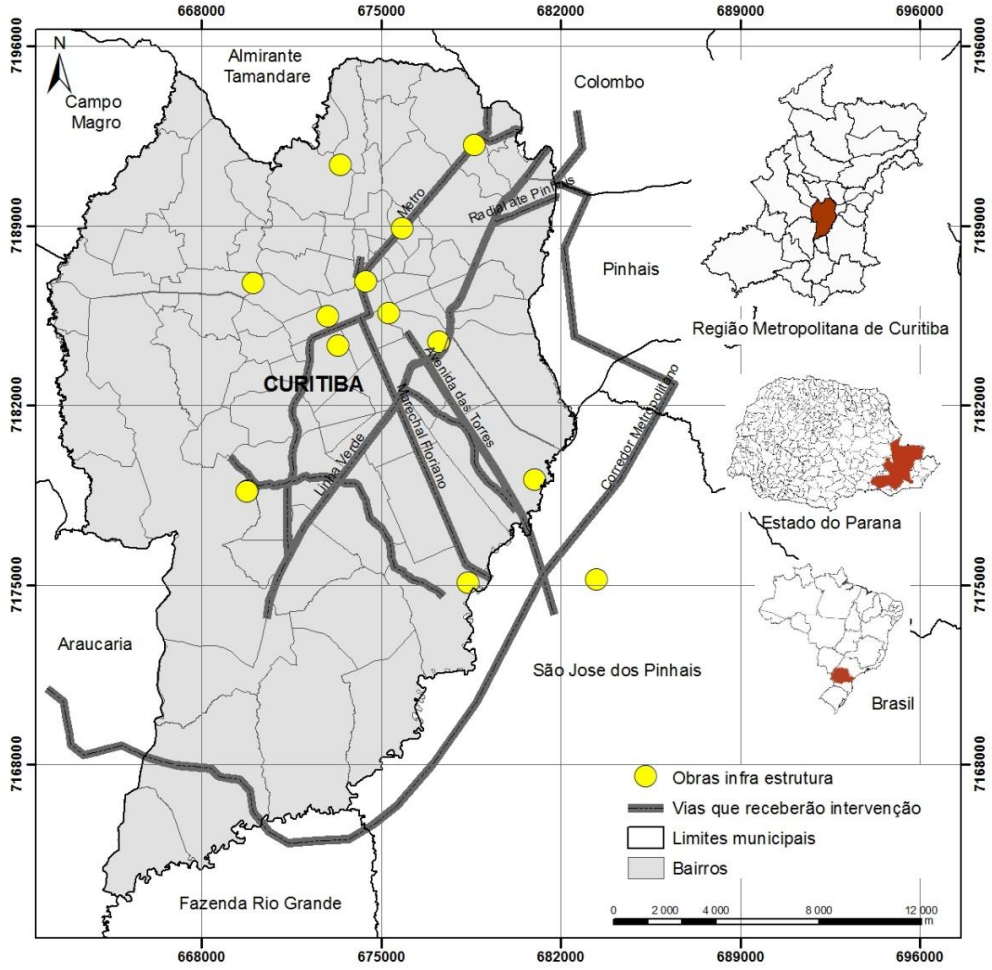


FIGURA 1– MUNICIPIO DE CURITIBA E PROJETOS PARA A COPA 2014
FONTE: COMEC, 2010 – ORGANIZADO PELA AUTORA

Na primeira parte do trabalho estudam-se os temas da urbanização e do planejamento urbano contemporâneos no contexto de globalização econômica e internacionalização das cidades, processos nos quais os mega eventos internacionais desempenham um importante papel, permitindo assim compreender o contexto no qual Curitiba está hoje inserido.

Na atual fase da economia capitalista, as cidades se tornam um importante produto a ser vendido, constituindo um dos princípios das intervenções urbanas a construção das cidades de acordo com a lógica do mercado. Segundo Ascher (2006, p.24), basear-se na produção, apropriação, venda e uso de conhecimentos, de informações e de procedimentos é uma característica da economia mundial, que se reflete nas cidades nos dias de hoje. Segundo Lungo (1996), a política urbana a partir dos anos 1990, fundamentou-se em ações inseridas num contexto mais amplo do desenvolvimento e das políticas econômicas. Para o autor, o objetivo central foi aumentar a produtividade da economia urbana, já que esta afetava as vantagens macroeconômicas por meio do vínculo financeiro, fiscal e imobiliário.

Assim, essa nova economia global tem gerado novas conseqüências no tempo e no espaço. As cidades tomam forma de metrópoles, a pobreza não é mais característica somente das periferias, o planejamento urbano, um dos instrumentos fundamentais para o desenvolvimento urbano, entra em crise (ASCHER, 2006). Ascher (2006) afirma, que o processo de crise do planejamento aconteceu, porque "a globalização, a aceleração dos movimentos de capitais, as políticas de transferência de regulações em direção aos mercados só fizeram aumentar as incertezas" (ASCHER, 2006, p. 18). Portanto, o novo sistema, do qual fazemos parte nos dias atuais, repousa na impossibilidade de limitar certezas, o que estabeleceria o fim dos futuros previsíveis e planejáveis.

Neste contexto, o processo de planejamento urbano, que tem como uma das missões contribuir para reduzir as desigualdades territoriais implementando uma política para ampliar o acesso à terra urbana, garantindo a função social da propriedade, tal como preconiza no Brasil o Estatuto da Cidade, se transformou num "planejamento de projetos", como afirma Sanchez (2001), para se adaptar ao modelo econômico do capitalismo globalizado. A corrente do planejamento

estratégico[1], prática emergente nas grandes cidades, responde aos interesses globais, atua de maneira pontual no espaço urbano, acentuando o processo de desigualdade sócio-espacial, e utiliza como instrumento principal de organização e intervenção no espaço, os grandes projetos urbanos (GPUs), muitas vezes implantados em razão de mega eventos culturais ou esportivos. Em síntese, o objetivo maior deste modelo de planejamento é atrair grandes investimentos do capital internacional, acelerando assim o crescimento econômico das cidades e sua visibilidade no cenário mundial. Portanto, o que fica evidente no contexto atual da globalização é a distorção do conceito de planejamento urbano.

Em Curitiba, desde os anos 1990, o planejamento urbano tem sido marcado por esse modelo estratégico. Nesse processo de produção de espaços destinados à novas atividades e empreendimentos, a cidade sofreu transformações sócio-espaciais positivas e negativas. Procedeu-se à estruturação da rede integrada de transportes, à instalação de grandes redes de hotéis e restaurantes, à implantação de infra-estrutura e mobiliário urbano moderno, centros industriais e comerciais etc. No entanto, todos esses novos empreendimentos geraram também novos fluxos de mobilidade, valorização imobiliária de algumas regiões em detrimento de outras, marginalização de uma população não qualificada para os trabalhos das grandes empresas, entre outras conseqüências, que acentuaram os problemas sócio espaciais urbanos.

Neste contexto estratégico de atração de grandes empreendimentos, no final de 2009 Curitiba foi escolhida como uma das sedes da Copa de 2014, inaugurando novas transformações urbanas. Estas mudanças são perceptíveis desde já, quando se acompanha na mídia a mobilização para a implantação dos futuros projetos, tais como a conclusão do estádio da Arena da Baixada, da Linha Verde, reformas nas avenidas Candido de Abreu e Mariano torres, entre outros. Dependendo das ferramentas de planejamento urbano utilizadas pelo poder público, esses projetos poderão trazer não somente legados positivos, tal como a mídia propala, mas devem

---

[1] O planejamento estratégico envolve essencialmente procedimentos mediante os quais o espaço urbano é adaptado tanto quanto possível às necessidades de determinados grupos com o objetivo de criar condições favoráveis à operação eficiente de suas atividades, normalmente referentes à promoção da cidade como um bem a ser comercializado e consumido (SANCHEZ, 1997 p. 122).

também gerar impactos negativos à dinâmica social, espacial e econômica para toda a metrópole de Curitiba. Exemplo disso, é o que vem ocorrendo na África do Sul, país sede da Copa de 2010, onde os táxis coletivos (vans) estão sendo substituídos pelo modelo de transporte indicado pelo Banco Mundial, aumentando o desemprego num país onde 40% da população já se encontra desempregada (SETTE, 2010).

Curitiba inserida no contexto da globalização e no processo de internacionalização das cidades, passa por novas transformações temporais e sociais, que permitem a emergência de novos atributos e definições locais que se tornam determinantes na qualificação e construção de novos lugares (SANCHEZ, 1997). Para a autora, com o aumento da competitividade do mercado no cenário mundial pela atração de atividades comerciais, de serviços e investimentos, a cidade se transforma em "produto" de um *city marketing,* buscando, além de tudo, a promoção crescente de um turismo nitidamente urbanístico. A imagem da cidade passou a se construir baseada em mitos (cidade-planejada, cidade-modelo, capital-social, capital-ecológica) considerando um aspecto estratégico da mídia para promoção da cidade no cenário mundial.

O presente trabalho tem entre seus objetivos a explicitação deste processo à luz da sua escolha como sede da Copa 2014, e destaca que a venda deste produto (a cidade) mediante veiculação de sistemas articulados de estilos de vida e imagens, tem uma contra-face, que se constrói na exclusão e segregação. A imagem de Curitiba, comparada às cidades de primeiro mundo, "esconde bolsões de pobreza na periferia e áreas metropolitanas que a aproximam mais do quarto mundo" (SANCHEZ, 1997, p.120).

Segundo Whitaker (2010), diferentemente do que afirma o discurso oficial dos agentes envolvidos no processo de estruturação do espaço urbano, os grandes projetos e mega eventos podem trazer crescimento econômico, mas não necessariamente desenvolvimento. Para ele, crescimento econômico é o processo de enriquecimento de lucro de produção do capital, "é fazer o interesse do capital valer". Neste processo normalmente gera-se crescimento para setores específicos como hotelaria, turismo, comércio, enquanto que o desenvolvimento está relacionado com uma forma de distribuição dos benefícios de um crescimento (não necessariamente econômico) entre a sociedade. Este último deveria ser o sentido do planejamento urbano, objetivando a distribuição dos benefícios, a médio e longo

prazo, entre toda a população. De acordo com Whitaker (2010) desenvolvimento tem, portanto, um sentido de público, redistributivo, que não condiz com o processo de estruturação do espaço da cidade contemporânea, que acentua cada vez mais a desigualdade social.

Diante desta problemática, faz-se pertinente a análise crítica do padrão de planejamento urbano de Curitiba. As transformações sócio-espaciais e os agentes envolvidos neste contexto de preparação de Curitiba para o megaevento internacional serão objetos de estudo, visando cumprir o objetivo principal da pesquisa, o de compreender e questionar o processo recente de produção do espaço urbano em Curitiba no contexto atual de internacionalização e reestruturação da cidade, à luz da sua inclusão como uma das sedes da Copa Mundo de Futebol de 2014 do Brasil.

A pesquisa baseou-se em estudos teóricos sobre os temas da urbanização contemporânea, globalização, internacionalização de cidades, e das correntes que norteiam a prática do planejamento urbano na atualidade. Em seguida, estudou-se cidades na Espanha, Brasil e África, que sofreram processos de reestruturação espacial a partir da realização de megaeventos esportivos internacionais. Após, produziu-se uma leitura da realidade de Curitiba inserida no contexto da Copa 2014, a partir de pesquisa em documentos técnicos, entrevistas com funcionários de órgãos públicos, notícias veiculadas em meios de comunicação, lançamentos imobiliários e portais de informação de órgãos oficiais.

No primeiro capítulo foi estudado o processo de urbanização na emergência da terceira fase da modernidade, buscando entender o papel dos mega eventos internacionais na estruturação do espaço urbano contemporâneo. Aprofundaram-se as dinâmicas que fazem com que as cidades se insiram no cenário mundial, bem como, os processos sócio-espaciais a elas relacionados. Com base em autores como Ascher(2006), Sposito(2005), Vainer(2000), Lefebvre(2001), Sanchez(1997) e Benko(2002), foram estudados os conceitos de globalização, internacionalização, urbanização, metrópole, metropolização, metápole, de modo a compreender o contexto político, social e econômico no qual as cidades hoje estão inseridas.

No segundo capítulo do trabalho foram estudadas duas correntes teóricas presentes na prática do planejamento urbano contemporâneo: o modelo estratégico e o modelo participativo. Procurou-se investigar os princípios de cada um desses

modelos, bem como, de que forma os grandes eventos internacionais tornam-se importantes instrumentos do processo de planejamento urbano contemporâneo. Levando em conta o atual contexto de produção da cidade capitalista, procurou-se questionar a possibilidade de efetivação de um planejamento participativo e democrático, segundo preconiza a Lei Federal 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

Nos dois capítulos seguintes foram desenvolvidas as análises de casos correlatos e a análise da realidade de Curitiba, e no último, apresentam-se as diretrizes norteadoras do projeto urbanístico a ser desenvolvido no segundo semestre de 2010.

No terceiro capítulo estudou-se os casos das cidades de Barcelona, Rio de Janeiro e Johanesburgo, que já passaram por um processo de reestruturação urbana em razão da realização de um mega evento esportivo internacional. Procurou-se investigar como estas cidades se estruturaram para o evento, e quais os impactos sócio-espaciais em curto, médio e longo prazo. Procurou-se também identificar os papéis dos agentes públicos nas transformações do espaço destas cidades.

No quarto capítulo procedeu-se uma análise crítica do processo de reestruturação urbana de Curitiba para receber a Copa de 2014. Estudou-se o modelo de planejamento urbano adotado na cidade de 1970 até os dias de hoje, e a partir das ações implantadas, procurou-se identificar os agentes sociais responsáveis pelas transformações urbanas ocorridas. Baseado em reflexões de Firkowski (2009), Sanchez (1997) e Oliveira (2000), analisou-se o período em que Curitiba passa a se tornar interessante para os investidores internacionais, e portanto, a se adequar ao modelo de planejamento adotado por cidades incorporadas na dinâmica econômica global. Foram confrontadas as transformações urbanas anunciadas em Curitiba para receber a copa de 2014, com as ocorridas em outras metrópoles que sediaram grandes eventos internacionais, identificando-se nestas os impactos sócio espaciais derivados do processo de reestruturação urbana.

No último capítulo apresentam-se as diretrizes gerais para o desenvolvimento de um projeto de urbanização, numa perspectiva alternativa ao modelo mercadológico adotado, tendo como referência a área urbana que sofrerá os impactos mais diretos gerados pelas obras relacionadas ao evento. O plano urbanístico a ser proposto terá como referência o interesse coletivo, que deve

nortear a prática do planejamento urbano, e que normalmente tem sido pouco considerado na elaboração e implantação de grandes projetos urbanos. O objetivo é apresentar uma possibilidade de efetivar o princípio da justa distribuição da urbanização entre toda a sociedade, considerando os ônus e bônus deste processo.

Em síntese, a análise crítica desenvolvida neste trabalho vem refletir sobre a história do processo de planejamento urbano no Brasil, que nas últimas décadas apresenta um discurso diferente da prática, e que nos dias atuais se materializa a partir de intervenções pontuais, na participação restrita da população local. Procura ainda apontar novas possibilidades de construção de um cenário urbano mais justo e equilibrado para a metrópole de Curitiba. Para tanto, reforça-se a necessidade da construção de um processo de planejamento participativo, democrático e inclusivo, baseado nas diretrizes já fundamentadas na Lei do Estatuto da Cidade, considerando o contexto de cidades incorporadas na dinâmica econômica da globalização, que tendem a priorizar os interesses do capital internacional em detrimento dos habitantes locais.

2 URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E OS MEGAEVENTOS INTERNACIONAIS

A palavra urbanização deriva de *urbe*, que significa cidade (CUNHA, 2007). Logo, urbanização pode remeter ao crescimento e desenvolvimento da cidade. Segundo Sposito (2004), existem vários sentidos atribuídos ao conceito de urbanização, dependendo de qual ciência se utiliza para explicar o termo. Para os profissionais do campo da engenharia, por exemplo, urbanização significa implantação de infra-estrutura. Arquitetos e urbanistas entendem o termo pela abordagem das formas urbanas e das funções que realizam no território. Para outros, a expressão urbanização é entendida pelo elevado número de pessoas que passaram a viver nas cidades a partir do período da história marcado pelo advento da industrialização.

Sposito (2005) destaca que a urbanização é um processo que remonta à antiguidade, por isso deve ser lida sob o enfoque das articulações entre o tempo e o espaço.

> [...] a urbanização contém/expressa a idéia de processo, remete, necessariamente, à análise da origem e evolução histórica das cidades, em relação ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, ao estágio da divisão social e territorial do trabalho, às transformações de ordem política e social, às manifestações de caráter cultural e estético, às revoluções e contra-revoluções ideológicas e do conhecimento, à Filosofia e à especulação, à Ciência e ao quadro do cotidiano, como já destacou Lefebvre em sua obra. (SPOSITO, 2004, p 35)

Segundo Castells (2009, p.51) ao invés de se falar em urbanização deveríamos falar em produção social das formas espaciais, na perspectiva de apreender “as relações entre o espaço construído e as transformações estruturais de uma sociedade”, e nesta perspectiva é que este processo será entendido ao longo deste trabalho.

Sposito (2005) afirma que o fenômeno da urbanização tem maior significância a partir do desenvolvimento do capitalismo, tanto no que se refere à intensidade, quanto ao caráter mais amplo e diversificado das cidades. Como

explica Ascher (2006), o desenvolvimento do capitalismo mais intenso se deu em três fases. A primeira, chamada de tempos modernos, vai do fim da idade média até o início da revolução industrial, a segunda fase compreende o período da revolução industrial, portanto século XIX, quando o Estado-Nação era responsável pelo bem estar social. Para o autor, atualmente vivemos a terceira fase da modernidade[2], caracterizada por uma sociedade do risco, mais racional e individualista, estruturada em redes e subordinada ao capitalismo cognitivo.

Por isso, apesar de as transformações ocorridas nas cidades antes do século XII terem permitido a estruturação do modo de produção capitalista, o marco temporal responsável pelas transformações no processo de urbanização que interessa à discussão desse trabalho, vincula-se ao final da Idade Média, que como afirma Ascher (2006, p.13) marca o começo da primeira fase da modernidade.

2.1 URBANIZAÇÃO NAS TRÊS FASES DA MODERNIDADE

Segundo Sposito (2005,p.32), no fim do período feudal o processo de urbanização e desenvolvimento das cidades foi possível pela reativação do comércio enquanto atividade econômica urbana. Com o fortalecimento de uma burguesia comercial, a produção não visava apenas satisfazer as necessidades humanas (valores de uso), mas sim, por seu caráter de mercadoria, propiciar a acumulação através do comércio (valores de troca). Aos poucos este comércio foi criando as condições para a estruturação do modo de produção capitalista, e simultaneamente destruindo os pilares da economia feudal. Segundo a autora, a necessidade de ampliar as condições para o desenvolvimento do capitalismo impulsionou o empreendimento de grandes navegações marítimas, fato importante, que marca o começo do processo de ampliação espacial da urbanização no mundo colonial.

Para Lefèbvre (2009) a constituição de uma rede urbana na Europa já manifestava nesta época certa divisão interurbana do trabalho, tornada possível

[2] Para Ascher (2006) a modernidade não é um estado, e sim um processo de transformação da sociedade.

pelas ligações existentes entre as cidades e pelas relações comerciais e bancárias estabelecidas entre elas. Para o autor, é fundamental ressaltar que apesar de existir um início de divisão social do trabalho a cidade mercantil ainda se constitui num sistema relativamente fechado. De acordo com Sposito (2005), a força das cidades, como espaço de sustentação da nova ordem econômica, social e política pode ser observada pela riqueza monetária, científica e artística que se acumulou nas cidades deste período até o século XVII.

Na medida em que o mercado se ampliava, as cidades cresciam e o uso do dinheiro se generalizava. Para uma população urbana crescente havia necessidade do aumento da produção agrícola, o que acarretava, através de pedidos de concessão de terra, o processo de libertação dos camponeses das obrigações feudais. Paralelamente a esse processo, o próprio caráter da produção artesanal se modificou, devido à maior demanda pela ampliação da capacidade produtiva, o que muito contribuiu para a emergência do trabalho assalariado. Na segunda metade do século XVII aperfeiçoam-se os instrumentos de produção, fortalecendo o controle da produção por parte daqueles que tinham capital acumulado e podiam fazer frente a esses investimentos (SPOSITO, 2005). Segundo afirma a autora, o início da industrialização como principal atividade econômica, e principal forma através da qual a sociedade se apropriava do meio e o transformava, marcou de forma profunda e revolucionou o próprio processo de urbanização.

Durante a segunda metade do século XVIII aumenta-se o ritmo de produção e da produtividade, há um incentivo ao desenvolvimento técnico e científico com o objetivo de ampliar a acumulação e reprodução do capital. Antes era possível acumular o capital com o comércio de todo o tipo que a economia mercantil permitia. No contexto da Revolução Industrial, período chamado por Ascher (2006) de segunda fase da modernidade, era possível reproduzir o capital acumulado. Para isso, investia-se na produtividade através da compra dos meios de produção, como matéria-prima, ferramentas, máquinas e força de trabalho. Neste contexto, estava embutido no preço do produto o lucro, aquilo que a economia liberal considera a remuneração do capital investido, e que, na verdade, representava a apropriação de parte da riqueza produzida pelo trabalhador que o salário não remunera - a mais-valia (SPOSITO, 2005, p.47).

O novo ritmo da produção provoca algumas mudanças estruturais no papel das cidades. Como afirma Sposito (2005) a intensificação do modo de produção capitalista, que tinha como um dos objetivos a ampliação da capacidade produtiva, pressupunha a expansão contínua do mercado. Isto significou o fim das cidades como sistema institucional e social quase autônomo e provocou de forma definitiva a construção de redes urbanas, em função da ampliação crescente da articulação entre os lugares.

A crescente especialização funcional que a industrialização provocou, e a ampliação dos mercados com a grande articulação entre as cidades, reforçaram a divisão social do trabalho, que se manifestou também no espaço, fazendo surgir claramente a divisão territorial do trabalho. O crescimento das cidades e o adensamento das áreas centrais provocaram um movimento para a região ao seu redor, a periferia, onde de forma independente surgiram bairros de luxo, bairros pobres, unidades industriais maiores e depósitos.

Segundo Sposito (2005), com o decorrer do tempo esses novos setores da cidade foram fundindo-se num tecido urbano mais compacto e desordenado. Esta grande desordem na paisagem e na malha urbana se deu em razão de um abandono das formas de controle público sobre o espaço construído. A autora afirma ainda, que o liberalismo (referencial ideológico), a livre concorrência e a iniciativa privada sem intervenção do poder público como princípios de conduta, bem como, a busca de reprodução do capital a todo custo transformaram as cidades em espaços caóticos. A desordem não poderia durar muito tempo, já que limitava as condições de sobrevivência nas cidades. Como aponta Benévolo (2005), a segunda metade do século XIX foi marcada pelo fim dos regimes liberais e pela aprovação de leis sanitárias. Analisando a estrutura urbana da época, por meio da extensão das cidades, surgimento de subúrbios, áreas de moradias de classes baixas, áreas residenciais ricas afastadas do centro, Sposito (2005) afirma, que neste período encontramos as bases da estrutura urbana das cidades de hoje.

Segundo Ascher (2006), desde o início do século XX vivemos a terceira fase da modernidade, a fase de urbanização mais complexa segundo o autor. Tendo em vista que se trata aqui do espaço urbano como concretização/materialização do modo de produção determinante, no caso o capitalista, e a cidade como uma manifestação desta concretização (SPOSITO, 2005, p.64), a urbanização de hoje é

continuação do processo vivido no período do mercantilismo e da industrialização. O grande progresso técnico ocorrido a partir da Revolução Industrial acentuou fortemente a concentração do capital permitindo uma grande acumulação nos países centrais[3]. Nas partes onde havia maior reprodução do capital, criam-se condições reais de expansão, permitindo o desenvolvimento pleno do capitalismo em outros setores ou territórios e a desconcentração deste modo de produção (LIPIETZ, 1998), integrando diretamente as economias. A deslocalização e internacionalização do capital vêm se realizando com a multinacionalização das empresas e a articulação dos lugares, não apenas ao nível regional ou nacional, mas também transnacional.

Para Sposito (2005, p.63-67) à terceira fase da modernidade corresponde uma nova divisão internacional do trabalho, na qual é possível realizar uma produção do mesmo tipo nas regiões periféricas e centrais, promovendo a integração de diferentes territórios em diferentes continentes, baseada numa mesma economia mundial. Sendo assim, para a autora o desenvolvimento desigual entre os diferentes países/regiões estão articulados entre si manifestando uma urbanização comum, com os mesmos traços. “A homogeneização aparente[4] das paisagens e dos hábitos que o capitalismo desenvolve mostra o traço globalizante do processo” (SPOSITO, 2005, p.67).

2.2 GLOBALIZAÇÃO E UBANIZAÇÃO NA TERCEIRA FASE DA MODERNIDADE

O termo globalização, nova etapa do desenvolvimento do processo secular do capitalismo, pode ser entendido como a crescente integração das diferentes

[3] Países centrais são historicamente países ocidentais, os quais tiveram maior desenvolvimento do modo de produção capitalista, subordinando outros países a sua economia, ocasionando uma relação de dependência específica entre territórios. (SPOSITO, 2005,p.69)

[4] Sposito (2005) utiliza o termo “Homogeneização aparente”, pois apesar de a paisagem se tornar comum em muitos países, já que estão sob o mesmo modo de produção capitalista, cada lugar tem sua especificidade, sua historia, sua cultura local.

partes do mundo, sob o efeito da aceleração das trocas, do impulso de novas tecnologias da informação e da comunicação, dos meios de transporte etc (BENKO, 2002, p.45). Segundo Benko (2002), esta evolução do sistema de produção cada vez mais integrado na escala mundial, está associada a duas causas: a primeira se deve ao fato das unidades componentes do sistema (filiais dos grupos internacionais) estarem interconectadas em redes, e a segunda causa é o fato de estas redes, entendidas como “ações articuladas, práticas de cooperação e união na busca do desenvolvimento” (MOURA, 2009, p.25), serem cada vez mais complexas.

A complexidade atual das redes entre metrópoles, nas quais se sustenta a globalização, se dá primeiramente pela multidimensionalidade e uma transescalaridade entre os espaços conectados. Segundo Moura (2009) a multiplicidade escalar dos segmentos das redes é ao mesmo tempo um elemento potencializador e complicador destas relações. É potencializador, pois estabelece diversidade e competitividade, mas é também complicador, pois faz reproduzir uma desigualdade espacial contínua, já que as novas tecnologias de produção permitem separação entre funções administrativas, tornando os núcleos urbanos mais terceirizados, desconcentrados. Segundo Soja[5] (1993, *apud* MOURA, 2009 p.32) “o desenvolvimento geograficamente desigual é uma parte essencial da espacialidade capitalista”. Assim, os elementos constituintes destas redes são assimétricos em suas configurações espaciais, com distintos níveis de integração entre eles devido às novas possibilidades de comunicação e informação.

Nesta rede de diversidade escalar, existem espaços receptores e difusores de decisões de capitais que participam de modo integrado nas escalas estaduais, nacionais, e internacionais. Os difusores – as metrópoles – são concentradores de população, possuem uma relevância socioeconômica e científico-tecnológica, altos fluxos de pessoas, mercadorias e finanças. São pólos econômicos favorecidos pela dotação de infra-estruturas e pelo aperfeiçoamento dos meios de deslocamentos “expressando uma dinâmica marcada pelo constante alargamento, sofisticação e aprofundamento da divisão social do trabalho” (MOURA 2009, p.25). Já os espaços receptores não possuem a mesma condição privilegiada propícia à reprodução e

[5] SOJA, E. W. Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

acumulação do capital, não possuem diversidade produtiva e social, nem atividades intensivas em conhecimento e tecnologia.

Em segundo lugar, além do fator escalar, o que torna as redes ainda mais complexas é a dinâmica diferenciada entre os espaços. Segundo Moura (2009), morfologicamente, as metrópoles são pólos centralizadores populacionais e de atividades econômicas, que englobam as regiões vizinhas em uma unidade espacial, mas sua estreita relação com as outras aglomerações urbanas, das quais depende e divide funções, não configura limites específicos, extrapolam a cidade enquanto forma física delimitada pelo espaço construído e contínuo. Assim sendo, os espaços vinculados a esta dinâmica urbana contemporânea não são simplesmente aglomerações ou morfologias concentradoras, isso porque, como explica Ascher (2006) as metrópoles são tanto territórios, como modos de vida e produção. Portanto, o que distingue essa nova forma das cidades atuais em relação às precedentes, não é somente o seu tamanho e sim a “difusão no espaço das atividades, das funções, e dos grupos e sua interdependência segundo uma dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica” (CASTELLS, 2009, p.53). Tendo em vista essa dinâmica, para Moura (2009) a condição metropolitana supera, portanto, as formas espaciais, e envolve-se fortemente nas relações sociais, políticas e econômicas. Sua centralidade predomina, mas sua unidade de funcionamento se traduz em uma divisão técnica e em uma diferenciação social do espaço regional, tanto no que se refere às atividades e equipamentos, quanto em termos de população.

Em terceiro lugar, a complexidade das redes se dá pela complexidade do arranjo da sociedade contemporânea. Segundo Ascher (2006, p.11) ”as formas das cidades, quer tenham sido pensadas especificamente, quer tenham sido resultado mais ou menos espontâneo de dinâmicas diversas, cristalizam ou refletem as lógicas das sociedades que abrigam”. Para o autor a sociedade contemporânea coloca no centro de sua dinâmica de funcionamento a mudança e o progresso, é uma sociedade mais racional, mais individualista, e diferenciada.

Ascher (2006, p.16) explica que a racionalização, processo base da modernização, leva a uma reflexividade da vida moderna, ou seja, “à revisão constante das práticas sociais à luz das informações relativas às próprias práticas”. Consiste em uma substituição progressiva da tradição pela renovação, e pela razão

na determinação dos atos. Esta racionalização faz surgir novos desenvolvimentos científicos e tecnológicos que acentuam a individualização entre os citadinos. Estes, por sua vez, utilizam cada vez mais todos os instrumentos e tecnologias, que como conseqüência ampliam sua autonomia e lhes ampliam as possibilidades de se deslocar e comunicar-se o mais livremente possível. Sendo assim, surge o ultimo componente do atual processo de modernização da sociedade contemporânea – a diferenciação social. Esta é conseqüência da mobilidade generalizada oriunda do processo da globalização, que "alarga o leque" no qual os indivíduos buscam referências para fazer suas escolhas e desenvolver suas especificidades. O autor aponta a diferenciação social como processo de "diversificação das funções dos grupos e dos indivíduos no seio de uma mesma sociedade".

Estes componentes, reflexividade, individualização e diferenciação social, se alimentam e fazem emergir a chamada sociedade hipertextual[6] estruturada em redes, na qual os indivíduos aparecem socialmente multipertencentes, ligados por elos sociais fracos, mas facilmente regenerados e culturalmente variados.

Deste modo, durante o desenvolvimento do modo de produção capitalista monopolista[7], predominante depois da Segunda Guerra Mundial, a rede urbana, já existente desde antes do capitalismo industrial, foi se constituindo hierarquizadamente tendendo à forma de grandes aglomerados urbanos – as metrópoles – espaços de concentração de capital, de meios de produção, e *locus* da gestão do próprio modo de produção (SPOSITO, 2005, p.54). Assim como a cidade é, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo, a metrópole possibilita a materialização da globalização no espaço urbano. Estas aglomerações subordinam outras de porte médio, que por sua vez exercem o papel de ligação com os pequenos centros, tecendo assim a nova rede contemporânea de cidades.

---

[6] Ascher (2006) utiliza a metáfora do hipertexto, pois assim como as palavras pertencentes a vários textos os indivíduos da sociedade contemporânea pertencem a vários campos sociais distintos ao mesmo tempo.

[7] Capitalismo monopolista é a fase do capitalismo caracterizado pela centralização e concentração de capital em algumas empresas. Foi quando o capital industrial, associado ao capital bancário, transformou-se em capital financeiro, controlado por poucas grandes organizações.

Portanto, a estrutura urbana destas grandes cidades globalizadas mudou com relação à estrutura da cidade industrial que a precedeu. Atualmente as periferias estão em parte desconectadas da economia das grandes cidades (BENKO, 2002, p. 52). O seu destino continua associado ao centro, mas pelo viés das redistribuições estatais na tentativa de limitar as desigualdades territoriais, que apesar de tudo continua a crescer, e não mais pela dependência espacial de acúmulo de mão de obra. Como afirma Benko (2002) os ricos precisam cada vez menos dos pobres, o que deixa estes últimos cada vez mais no abandono.

Sendo assim, a própria periferia se reestrutura. Para Sposito (2005, p.74) atualmente o poder público escolhe para seus investimentos lugares da cidade onde está a população com maior poder aquisitivo, onde os bens e serviços coletivos poderão ser ‘vendidos’ e ocupados, por isso qualifica-se cada vez mais estas áreas. Os grandes investimentos pontuais em infra-estrutura geram tanto valorização imobiliária e qualificação de determinadas áreas, quanto ocupações irregulares dispersas na malha urbana, criando espaços de exclusão na cidade. A partir desta lógica, entende-se que o espaço urbano da metrópole é muito mais complexo e heterogêneo, dividido entre pobres e ricos, mas diferente da cidade industrial, que separava os ricos no centro e os pobres na periferia. No contexto da cidade contemporânea, dá-se o processo de reperiferização, que consiste na existência de ilhas ricas vizinhas aos locais de pobreza densamente ocupados que ficam cada vez mais no abandono, constituindo uma morfologia que se distribui por toda a cidade (FIGURA 2).

FIGURA 2– BAIRRO DO MORUMBI EM SÃO PAULO
FONTE: REVISTA PIAUI, 2007

Na realidade, o poder público se torna aliado do capital privado ao invés de investir nas camadas populares, pois é a partir desta aliança que ele conquista vantagens, lucro - um dos pilares do modo de produção capitalista. Como afirma Santos (1999), o Estado passa a utilizar seus recursos não mais para atender as demandas sociais locais, e sim, para responder as atividades econômicas hegemônicas.

O processo de metropolização, hierarquização das cidades organizadas em redes, é portanto a manifestação sócio-espacial do fenômeno da globalização. Segundo Moura (2009 p.29) é uma “metamorfose do processo de urbanização”. Para Castells (2009) metropolização é o reflexo do crescimento urbano contemporâneo no espaço. Segundo o autor, o crescimento urbano da metrópole se dá devido ao rápido e concentrado crescimento econômico, à alta imigração e depende do papel da cidade na economia mundial.

Sposito (2005, p.68) afirma que a produção das cidades atuais está baseada no desenvolvimento desigual das mesmas. Para Gottdiener[8] (1993, *apud* MOURA,

[8] GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Ed. da USP, 1993.

2009, p.32) as transformações do espaço urbano, a produção do ambiente construído e a expansão das aglomerações metropolitanas, são produtos diretos dos ciclos de acumulação de capital, por isso o desenvolvimento das cidades é geograficamente desigual. O mercado imobiliário e financeiro, junto com a ação do Estado se valem do planejamento, da tecnologia das atividades da indústria e da oferta de moradias para configurar o movimento da expansão física das metrópoles. No entanto, este desenvolvimento é pautado na fragmentação política, já que o modo de produção capitalista aumenta a segmentação da força de trabalho em setores monopolistas e de livre concorrência. Nas palavras do autor "a expansão é amorfa na forma, maciças no escopo e hierárquicas em sua escala de organização social" (GOTTDIENER[9], 1993, *apud* MOURA, 2009, p.32). Produto disso é a formação de periferias marginalizadas caracterizada pela extrema pobreza, e que no início dos anos 1990 passaram a ser alvo de projetos imobiliários especulativos, e a partir do século XXI tornam-se locais de disputa entre ocupações diferenciadas, desde condomínios de luxo até favelas.

A urbanização crescente, a metropolização, baseada nos meios de transporte e de estoques de bens e informações eficientes e cada vez mais individualizados, produziram novas formas às aglomerações urbanas, e vem constituindo as metápoles[10] (ASCHER, 2006). Os meios de transporte rápidos e as tecnologias em comunicação caracterizam e suportam as estruturas em redes urbanas, através das quais cidades pequenas e médias vão se conectando às cidades maiores para se beneficiarem dos seus potenciais, criando vastas "conurbações distendidas, descontínuas, heterogêneas e multi-polarizadas", as metápoles. Para Ascher (2006) as metápoles induzem um processo de homogeneização e diferenciação entre as regiões, ja citado por Sposito (2005) como homogeneização aparente. A homogeneização é clara quando lembramos que todo este processo está atrelado ao modo de produção capitalista, portanto, é norteado por um mesmo tipo de economia mundial, logo os mesmos atores econômicos estão

[9] GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Ed. da USP, 1993.

[10] Para Ascher (2001) metápoles são grandes conurbações de metrópoles distendidas, descontínuas, heterogêneas e multipolarizadas. São novos territórios urbanos surgidos do processo de metropolização, que se intensifica e se expande no espaço tomando nova forma e nova escala.

presente com as mesmas lógicas em muitos países e em várias cidades. A diferenciação se dá pelo fato de as relações interurbanas instigarem a concorrência, já que todas as cidades disputam a atração de negócios e indústrias, mão-de-obra qualificada, e qualidade de serviços (FIRKOWSKI, 2009). Esta competitividade tem gerado também um novo conteúdo de planejamento urbano baseado na apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados (VAINER, 2000), e que trata a cidade como uma mercadoria a ser vendida, como será tratado nos capítulos seguintes do trabalho.

Segundo Firkowski (2009, p.32) a cidade passa de economicamente passiva-contemplativa para ativa-competitiva, e, tornando-se uma metrópole, se faz interessante aos grandes capitais internacionais. Essa dinâmica é também resultado de incentivos fiscais na escala estatal e de interesses e investimentos públicos na escala local, à exemplo do que vem ocorrendo em Curitiba, objeto de estudo deste trabalho. Portanto, a integração dos agentes sociais na estruturação do espaço é fundamental para a promoção da cidade enquanto metrópole. As iniciativas locais devem ser capazes de vender a cidade, tornando-a competitiva no cenário mundial pelas atratividades econômicas comuns e especificidades locais.

Neste contexto, atrair grandes investimentos tem se tornado um importante objetivo do planejamento urbano, em detrimento de atender às reais necessidades da população. Entre estes objetivos, a atração de grandes eventos internacionais se tornou uma estratégia comum das metrópoles, no período marcado pela globalização. Este elemento está entre os nove, identificados por Marenne-Schoumaker[11] (1998, *apud* FIRKOWSKI, 2009), como os mandamentos do processo de metropolização, como mostra o QUADRO 1 abaixo.

1. Os efeitos dos limiares	Limiares qualitativos desencadeiam processos cumulativos. Noção de massa critica.
2. A escolha da qualidade	Procurar atingir a excelência. E o investimento do topo da gama que faz a metrópole.

QUADRO 1 - os dez mandamentos da metropolização - **continua**

[11] MARRENE-SCHOUMAKER, B. A metropolização – um dado novo ? In: BARATA SALGUEIRO, T. (Org.). Globalização e reestruturação urbana. Lisboa: Centro de estudos geográficos da univ. de Lisboa, 1998

QUADRO 1 - os dez mandamentos da metropolização - **conclusão**

3. Uma nova imagem urbana	Criação de símbolos urbanos de inicio do processo. Tornar-se uma metrópole é mudar de imagem.
4. A acessibilidade	Investir o necessário para se tornar uma porta de entrada.
5. Organizar uma nova estrutura espacial	Criação da área de metropolização.
6. Capacidade de gerir grandes acontecimentos	Capacidade de atrair e gerir um grande acontecimento. Fazer conhecer a metrópole ao mundo.
7. Existência de um consenso e emergência de um poder metropolitano	Permitir o desencadear dos processos e assegurar a gestão da estrutura metropolitana.
8. A função internacional	Desenvolver as funções de exceção e pôr a cidade na trama das metrópoles internacionais.
9. As dinâmicas	Apoiar-se sobre partenariados e assegurar um desenvolvimento multifuncional.
10. Gestão da metropolização	Acompanhar a metropolização com esquemas de evolução e gerir o crescimento.

QUADRO 1 – OS DEZ MANDAMENTOS DA METROPOLIZAÇÃO

FONTE: MERENNE-SCHOUMAKER (1998, *apud* FIRKOWSKI, p.35 2009)

De acordo com a lógica da competição entre cidades, destacar uma metrópole como local de realização de importantes eventos internacionais, contribui positivamente, pois aquece a economia local, aumenta o turismo, traz possibilidades de novos investimentos públicos, além de promover a cidade no cenário mundial alimentando a garantia de investimentos futuros.

Numa outra leitura do processo, estes megaeventos podem monopolizar os investimentos municipais, deixando de lado o financiamento mais urgente em áreas como saúde e educação, aumentando os conflitos sociais devido aos investimentos desiguais, acentuando o processo de exclusão sem que os benefícios destes investimentos cheguem a população. Como afirma Harvey (2010) “no momento atual é o grande capital que constrói a cidade”. Para o autor, o investimento do grande capital, que cada vez mais se desloca para meios não concretos[12], é o responsável por boa parte dos problemas sociais das cidades. Os megaeventos geram muito

[12] Para Harvey (2010), os meios não concretos são como os grandes eventos internacionais e o crédito de carbono, os quais fazem parte de um mercado fictício.Ou seja, são bens que geram lucro e não precisam ser armazenados.

lucro e “são grandes pretextos para pôr em prática esquemas em massa de melhoramento das propriedades” (HARVEY, 2010). De acordo com o autor, os grandes beneficiários deste processo são na verdade os grandes construtores e instituições financeiras, e destaca que “as idéias do direito à cidade precisam ser recuperadas para frear o processo de concentração de riqueza e de aumento das desigualdades” (HARVEY, 2010).

2.3 OS MEGA EVENTOS E A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA ATUALIDADE

Segundo Raeder (2009) foi ao longo da primeira metade do século XX que os grandes eventos esportivos passaram a estar relacionados com um aporte de recursos que trariam grandes impactos e legados para a cidade sede. Para Andranovich, Burbank e Heying[13] (2001, apud RAEDER, 2009) a estratégia de utilizar os jogos como oportunidade de implementação de GPUs estava associada à competição entre cidades por trabalho e capital “num contexto de escassez de transferência de recursos do governo central para administrações locais”, processo se iniciou por volta de 1980. Como explica Sánchez (2004), a crise fiscal e a escassez de recursos públicos geraram uma acirrada disputa por investimentos. Com isso, surge a afirmação de GPUs como melhor modelo de intervenção no espaço para o enfrentamento da crise econômica, já que estes são pontos visíveis de revitalização urbana, crescimento econômico e atração de novos investimentos.

Portanto, a mudança na política urbana e a emergência da globalização, geraram uma nova estruturação da cidade, baseada na comercialização do espaço, no renascimento dessas por meio de grandes projetos urbanos, na concorrência, na competição por investimentos, nas transformações do espaço baseadas nas demandas do capital internacional.

---

[13] ANDRANOVICH, Greg; BURBANK, Matthew; HEYING, Charles. Olympic cities: lessons learned from mega-events politics. Journal of Urban Affairs: v. 23, n. 2, 2001. p. 113-131.

Raeder (2009) faz uma relação entre as estratégias para sediar megaeventos e o desenvolvimento urbano baseado no consumo. Desta forma, segundo o autor, entende-se que a cidade passa a ser estruturada para atender à demanda por equipamentos e serviços que possam atrair diferentes consumidores, e não somente para satisfazer as necessidades dos habitantes locais. Neste contexto, os mega eventos esportivos entendidos como oportunidade de instalação de GPUs, são instrumentos fundamentais para a atração de consumidores, sejam turistas ou empreendedores. Este processo torna complexa a nova forma de produção e apropriação do espaço, pois este passa a ter grande valor de troca e diferenciar cada classe social, reproduzindo a desigualdade.

> Todos os homens são iguais perante as suas necessidades, perante **o valor de uso** dos objetos, porém são diferentes segundo o **valor de troca** dos objetos. Isso ocorre porque não consumimos o objeto pelo seu valor real de uso, pois ele se encontra impregnado de símbolos que o difere, que o filia a determinado grupo, agregando-lhe valor de troca e assim, dividindo os homens. (BAUDRILLARD[14] 1995, *apud* MINEO, 2008, p. 1035, grifo nosso).

Através dos meios de comunicação e do *marketing* urbano, os grandes eventos atingem ampla dimensão simbólica, e por isso passam a ter apoio dos cidadãos locais, e conseqüentemente legitimidade para transformar o espaço. No entanto, esta ampla legitimidade permite mudanças nos marcos regulatórios de uso do solo que norteiam a coerente produção do espaço urbano. Além disso, como existe um prazo para início e término dos projetos relacionados ao evento, os jogos esportivos permitem também que determinados atores sociais tomem rápidas decisões sem uma participação democrática. Segundo Essex e Chalkley[15] (1998, apud RAEDER, 2009) a própria escolha em sediar os jogos muitas vezes não leva em consideração a opinião pública (RAEDER, 2009).

---

[14] BAUDRILLARD, J. A sociedade de consumo. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Lisboa: Edições 70, 1995. 213 p.

[15] ESSEX, S; CHALKLEY, B. Olympic Games: catalyst of urban change. In: Leisure Studies. n. 17, 1998. p. 187–206.

Neste contexto, com ampla liberdade para mudanças e adaptações, o governo local, aliado ao capital internacional, a empreendedores e associações imobiliárias, desapropria terras para a construção de equipamentos para o evento, muda a legislação urbana para favorecer a implementação de determinadas obras relacionadas aos jogos, investe em atrações turísticas e no embelezamento da cidade para conquistar promoção no cenário mundial. Enfim, consegue driblar as limitações determinadas pela legislação urbana local e abafar as contestações da população afetada pelos impactos negativos, em nome da prioridade que se apresenta o mega evento internacional.

Desta forma, o novo modelo de urbanismo emergente, baseado nos mega eventos (como alternativa para a implantação dos GPUs) e voltado para os interesses do capital internacional, dá prioridade às intervenções localizadas e pontuais. O projeto em si ganha importância face ao planejamento, já que esse é mais visível e mais fácil de ser associado a uma cidade competitiva, atraente ao investimento estrangeiro. No entanto, esse modelo de expansão e desenvolvimento urbano, que privilegia determinadas áreas em detrimento de outras, gera desigualdade sócio-espacial e se destaca por ser um modelo seletivo e excludente (SÁNCHEZ, 2004, p 41).

O desenvolvimento pontual da cidade não atende a necessidade da sociedade como um todo, por isso, as localidades capazes de atrair grandes investimentos – as metrópoles – podem ser definidas como espaços

> "homogêneo", pois se repete sem se democratizar; "quebrado", porque é vendido e consumido em fragmentos; e "hierarquizado", uma vez que cada lugar é dotado de um valor específico, estendendo no espaço o poder político e econômico das classes sociais. (OSEKI[16] 1996, *apud* MINEO, 2008, p. 1039)

As intervenções pontuais geram segregação espacial, pois trazem consigo uma forte dinâmica econômica de valorização de alguns espaços em detrimento de outros. Tendo em vista que uma sociedade é formada por diferentes indivíduos com

---

[16] OSEKI, J.H. O unico e o homoênio na produção do espaço. In Martins, J. de S. (org.) Henri Lefebvre e o Retorno à Diatética, São Pauo : Hucitec, 1996 .

diferentes poderes aquisitivos, as transformações espaciais não são acessíveis a uma grande parte da população, o que favorece o surgimento de tensões sociais (MINEO, 2008). Assim, o impacto deste modelo de desenvolvimento urbano é bastante negativo para a população que depende de um "ordenamento territorial pautado por orientações mais redistributivas que concentradoras dos benefícios públicos" (RAEDER, 2009, p. 10).

Para Reader (2009) muitas das transformações urbanas empreendidas em razão dos eventos internacionais, podem não ser fundamentais nem para a realização deles, nem para suprir necessidades da população local. Este fato faz surgir espaços com pouco uso pela população após o evento, compondo uma paisagem de 'grandes elefantes brancos'. Este pode ser o produto de um urbanismo de exaltação de projetos, em detrimento de um urbanismo baseado em planejamento da cidade como um todo. "O esquema de produção e consumo manipula a vida útil dos objetos, primando pela sua efemeridade e substituição, dando uma impressão de dinamismo e de possibilidade de ascensão social" (MINEO, 2008, p.1035).

Para Mineo (2008), uma segunda conseqüência do processo de globalização no espaço é o abandono das características históricas dos lugares. A partir do momento em que as cidades passam a investir fortemente no *marketing* urbano, numa imagem positiva para aumentar a lucratividade atraindo turistas, por exemplo, o espaço urbano perde sua memória. As transformações para adaptar a cidade às novas necessidades criadas pela contemporaneidade, constrói e destrói várias formas e estruturas. A história e cultura locais se transformam em mercadoria e espetáculos superficiais. "Ocorre aí uma perda do elo histórico do homem com o seu entorno através da memória" (CARLOS[17] 1998, *apud* MINEO, 2008, p. 1040).

Os grandes eventos internacionais, esportivos ou culturais, demonstram uma nova forma de construção do espaço urbano, que atualmente responde às exigências do capitalismo globalizado. Segundo Mineo (2008), a paisagem urbana se modifica de acordo com os diferentes períodos da história, alterando sua função e seu valor de acordo com as necessidades de cada época.

---

[17] CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1998.

Hoje, os valores estão muito mais embasados no lucro do sistema capitalista e o espaço é reflexo disso.

Mesmo depois da crise fiscal do Estado, atualmente o modelo de desenvolvimento urbano continua o mesmo, baseado no empresariamento, no planejamento por projetos, nas intervenções pontuais, na produção de espaços desiguais e venda de espaços estratégicos. Segundo Sánchez (2004), as cidades têm sido pensadas pela lógica da mercadoria e ampliadas de acordo com investimentos internacionais, dependendo da sua valorização e inserção no circuito mundial. O paradigma do planejamento se instaura devido à estrutura em redes da cidade contemporânea, que gera competitividade entre seus componentes, e por isso, disseminação deste modelo de desenvolvimento urbano de maneira contínua. Tal modelo se torna padrão e é, assim, aplicado por diversas cidades em contextos bastante diferentes, pois se configura como um receituário, devido ao aparente sucesso em algumas localidades (SÁNCHEZ, 2004, p.41).

A exemplo do planejamento urbano fundamentado nos mega eventos, para Sánchez (2001, p.32), “existe uma hegemonia do pensamento e da ação sobre as cidades”, o que sustenta nova reestruturação da economia global. Segundo a autora a política de promoção e legitimação de certos projetos de cidades-modelo, resultado da ação combinada e articulada de atores de diferentes escalas, é o instrumento de consolidação da ‘agenda urbana’. Logo, a reestruturação urbana, baseada no mercado das cidades, se da pela produção global do espaço social. No contexto atual, a visão única de mundo impõe necessidades comuns.

O processo de urbanização contemporâneo reflete, portanto, novas estruturas sociais, espaciais e políticas organizadas pelo sistema econômico capitalista, hoje mais complexo do que em relação ao período que precedeu à globalização. A presença cada vez maior dos megaeventos, caracteriza um dos elementos deste processo, e evidencia o aumento do número de metrópoles que disputam, no plano mundial, gerência de tais acontecimentos. Portanto, ao entender os efeitos e as contradições do modelo de desenvolvimento atual, que se estabelece a partir dos investimentos internacionais, fica evidente o verdadeiro interesse dos atores sociais que participam do processo de urbanização contemporâneo, cada vez mais determinado pelas lógicas capitalistas de produção do espaço.

3 PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO

Segundo Souza (2006, p.73) planejamento urbano é uma ferramenta que deve ser utilizada para a realização do desenvolvimento socio-espacial. De acordo com o autor, sua finalidade fundamental é contribuir para a mudança social positiva, entendida como a melhoria da qualidade de vida e a promoção da justiça social. Por meio do planejamento, seriam criadas as condições necessárias para a sobrevivência da sociedade como um todo, tendo como referência o longo prazo. Neste conceito planejar é

> tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra. (SOUZA, 2006 p.46).

Para Souza (2006), planejar no dias atuais não se resume a intervenções no espaço físico, e sim discutir multidisciplinarmente a prática das transformações socio-espaciais. Em tese, um processo de planejamento adequado ao contexto político-econômico e às condições sociais do momento, contribuiria para um desenvolvimento socio-espacial positivo e homogêneo.

Segundo Ribeiro (1994), o Brasil já experimentou diferentes padrões de planejamento urbano: desenvolvimentista, humanista, reformista, social, ambiental, e nos dias de hoje o planejamento dito estratégico, cujas bases estão fortemente fundadas no neoliberalismo, no *citymarketing*, na cidade-empresa, cidade-mercadoria, cidade-pátria. Villaça (1993) afirma, que durante século XX o processo de planejamento urbano sofreu fortes mudanças, e caiu num descrédito entre 1960 e 1970, num contexto em que os urbanistas não mais tinham ciência do verdadeiro significado de um Plano Diretor, os políticos não acreditavam ou não lhes interessava o planejamento, e a população, devido à repressão, estava afastada da vida política.

Até 1988, os Planos Diretores, denominados por Villaça (1993) de planos políticos, não precisavam ser aprovados na câmara Municipal, nem definir prazos,

metas e plano de obras, e muito menos ser debatidos com a população. Villaça (1993) afirma que os políticos não acreditavam e nunca desejaram o Plano Diretor e segundo ele, a maioria dos prefeitos queria fazer obras sem precisar contar com o apoio e a participação popular. Para o autor o modelo de planejamento pós-moderno, importado e adaptado à nossa realidade, tornou, na teoria, o processo de planejamento mais político. Na nova concepção de planejamento, os planos políticos deixariam aos poucos de ser racionais, tecnocráticos e planejados pela elite dominante, para se tornarem mais participativos e coerentes com a realidade.

Villaça (1993) aponta o quanto se estabelece a partir daí uma distância entre o discurso e a prática do planejamento. Antes, a elite elaborava planos para a ela mesma, pois era somente ela que participava das decisões políticas. Logo, o discurso da elite dominante era colocado em prática com facilidade, sem limitações nem questionamentos. Havia falta de sintonia entre as necessidades da maioria da população e os interesses da minoria governante, portanto, como forma de continuar no poder, a elite fazia um discurso para adquirir apoio da população, mas a prática era outra, favorecendo seus próprios interesses. No entanto, depois de 1988, o contexto passa a ser outro. Estabelecem-se na Constituição Federal direitos e deveres para todo o cidadão, e a maioria da população, que antes não tinha nenhum direito de participar passou a reivindicar os seus.

Mesmo nos dias de hoje, século XXI, a crítica de Villaça (1993) continua condizente com a realidade, pois, de certa forma, a elite continua a elaborar os planos, sendo possível afirmar, contudo, que a sociedade brasileira avançou no processo de planejar de forma democrática. A oposição presente entre os interesses da minoria dominante e as necessidades e direitos da maioria, podem ser representados por dois distintos métodos de planejamento adotados nos dias de hoje: o participativo e o estratégico, conforme será aprofundado no próximo tópico.

3.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO[18] X PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Segundo Vainer (2000), atualmente o modelo de planejamento urbano mais difundido no Brasil e na América Latina é o denominado estratégico. Este padrão de planejamento responde à flexibilidade do mundo globalizado, à complexidade do atual estágio da economia capitalista, à facil comunicação entre as metrópoles estruturadas em redes. Dentro desta estrutura urbana globalizada, Vainer (2000) aponta a questão da competitividade urbana como o eixo central das discussões acerca das cidades contemporâneas. Devido ao fato das cidades quererem atrair qualidade de serviços, indústrias de ponta, novas tecnologias, força de trabalho qualificada, ocorre entre elas uma competição generalizada pelo melhor investimento de capital estrangeiro.

Güell (1997, p.51) também afirma que o processo de planejamento urbano evoluiu (QUADRO 2) em resposta às mudanças provocadas pela nova dinâmica socioeconômica do século XX. Para este autor, o planejamento estratégico é um complemento do planejamento científico e tecnocrático desenvolvido até então. O objetivo principal do plano neste modelo, é tornar a cidade mais competitiva no cenário econômico, para a partir daí, oferecer maior qualidade de vida aos cidadãos. Segundo esta lógica, competir por recursos internacionais se torna fundamental tanto para projetar a cidade no cenário mundial, como para estruturá-la internamente em relação às infra-estruturas e às necessidades básicas da vida urbana. O planejamento estratégico, ao pretender tornar a cidade atraente ao capital internacional, distorce a função principal do planejamento, quando os recursos são direcionados ao embelezamento da cidade e não ao atendimento focado nos reais problemas urbanos.

---

[18] O termo Planejamento Estratégico adotado neste trabalho faz referência ao modelo de planejamento catalão citado por Vainer (2000).

ENFOQUE TRADICIONAL	ENFOQUE ESTRATEGICO	COMPLEMENTO
Predomínio do produto	Predomínio do processo	Antes não se pensava em um caminho sistemático para a evolução da cidade. Atualmente volta-se a atenção para a importância do planejamento a longo prazo, o que facilita a gestão urbana (curto prazo).
Setorial	Integrado e Coordenado	O desenvolvimento de uma cidade era visto como desvinculado das outras. Hoje tem-se uma visão global, de integração entre as mesmas.
Normativo	Estratégico	O urbanismo teocrático dos anos 1960 e 1970 foi criticado, e a tendência atual se orienta pelas praticas baseadas na reflexão da gestão estratégica
Orientado a objetivos	Orientado ao custo beneficio	O planejamento era limitado à conquistas de objetivos, atualmente o que determina seu desenvolvimento é a atratibilidade das cidades , suas vantagens em relação as outras. Baseado, portanto, na competitividade.
Orientado a oferta urbana	Orientado à demanda urbana	Os planos eram realizados para satisfazer as exigências de infra-estrutura, equipamentos de transporte, uso do solo. No momento presente preocupa-se muito mais em atender às necessidades de grandes empresas, turistas, etc.
Sujeito aos limites administrativos	Superação dos limites administrativos	Atualmente as cidades devem se organizar em redes, formam regiões, se complementam estabelecendo uma relação hierárquica. Antes o planejamento estava restrito aos limites administrativos.
Participação ‘aberta’ (planejamento mais amplo, na escala da cidade)	Participação focalizada, mais restrita e pontual	Ao controlar a participação de diferentes agentes sociais e interesses, fica mais fácil conduzir o desenvolvimento socioeconômico.

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO DO TRADICIONAL PARA O ESTRATÉGICO

FONTE: GUELL 1997, p.53 – ADAPTADA PELA AUTORA

Para Vainer (2000) a construção deste modelo de planejamento urbano estratégico se baseia em três analogias, em três estratégias conjunturais: a cidade-mercadoria, a cidade-empresa e a cidade-pátria. A propaganda da cidade (*marketing*

urbano) se torna cada vez mais determinante no processo de planejamento e gestão, já que a cidade precisa ser um produto de qualidade para ser vendido no mercado internacional. A partir desta analogia fica claro o reflexo da economia capitalista na construção do espaço urbano. A cidade 'vende' seus atributos de acordo com as características dos compradores visados, deve possuir diferentes espaços, lugares de lazer e entretenimento, segurança para investimentos, serviços especializados para empresas, equipamentos comerciais e de serviços. Portanto, os planos são construídos estrategicamente preocupados em vender a mesma coisa aos mesmos compradores transnacionais, que têm inevitavelmente as mesmas necessidades, o que torna o mercado ainda mais competitivo (VAINER, 2000,p.80). Segundo aponta Castells e Borja

> o governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infra-estruturas e de serviços (comunicações, serviços econômicos, oferta cultural, segurança etc.) que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solventes[19] à cidade que facilitem suas exportações (de bens de serviços, de seus profissionais etc). (CASTELLS e BORJA[20] 1996, *apud* Vainer, 2000, p.80).

Tornar a cidade competitiva é, portanto, planejá-la para que tenha todos os atributos valorizados pelo grande capital. Os megaeventos, por exemplo, são um dos elementos utilizados para a promoção da cidade enquanto mercadoria, já que, de acordo com essa leitura, aquela capaz de gerir grandes eventos internacionais é bem estruturada e segura para investimentos. No entanto, segundo este principio, a cidade-mercadoria não é acessível a todos, o seu público consumidor é específico e qualificado e suas intervenções pontuais, o que gera exclusão e marginalização socio-espacial. Deste ponto de vista, o planejamento estratégico em questão, pode ser considerado paradoxal, porque se em tese deveria proporcionar justiça social e

---

[19] Usuários solventes são os investidores internacionais

[20] CASTELLS, M; BORJA, J. As cidades como atores políticos. Revista Novos estudos. São Paulo: CEBRAP; n° 45, 1996, p.152-166

qualidade de vida para todos, ao contrário disso, tem gerado ainda mais desigualdade e pobreza.

A segunda analogia feita por Vainer (2000) é a relação da cidade com uma empresa. Segundo o autor, o planejamento estratégico é inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, e segundo seus defensores “deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas”. Como explica Vainer (2000,p.83-88) a cidade que saiu da forma passiva e assumiu a forma ativa de sujeito, ganha a identidade de metrópole, que funciona como uma grande empresa, procurando sempre atrair investimentos e tecnologia.

Sendo assim, o planejamento da cidade-empresa funciona pela transposição do planejamento estratégico adotado na corporação privada, para a administração pública, ou seja do território natal para o território filiado. Agir estrategicamente, empresarialmente, significa antes de tudo levar em consideração as dinâmicas do mercado para tomar decisões reafirmando o domínio do modelo econômico capitalista. O planejamento passa a basear-se cada vez mais na concepção liberal de funcionamento, na qual os atores privados são os responsáveis por ‘gerir’ esta grande empresa, a metrópole, conforme ditam as regras do mercado. “Na cidade-empresa reina o pragmatismo, o realismo, o sentido prático, a produtivização é a única lei” (VAINER, 2000, p.91).

A terceira e última analogia é feita entre cidade e pátria. Vainer (2000) afirma, que para que o plano estratégico funcione, a cidade deve estar unificada em torno de um mesmo projeto, um mesmo objetivo, e esta condição fica pressuposta quando se classifica a cidade como um único sujeito. A manipulação ideológica está, portanto, presente, e é fundamental para a concretização da estratégia. No cenário urbano, a coesão entre os indivíduos, de tal modo que busquem um mesmo objetivo, é desenvolvida a partir do momento que todos tem a consciência da crise e a vontade de transpô-la. Assim, o sentimento de instabilidade e fragilidade, provocado pelos problemas, se transformam em patriotismo cívico. Ao governo local sobra a tarefa de “dotar seus habitantes de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da cidade” (CASTELLS e BORJA 1996, *apud* VAINER, 2000 p, 94).

Estas três analogias associadas à cidade, que explicam como o planejamento estratégico é adotado nas metrópoles, têm conseqüências que tornam o processo de construção do desenvolvimento urbano contemporâneo um paradoxo. Primeiro, porque olhando a cidade como mercadoria-empresa-pátria gera-se a sua despolitização, já que segundo Vainer (2000)

> este projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições do exercício da cidadania. (VAINER, 2000, p.78)

Para o autor assistimos atualmente a uma redefinição dos conceitos de poder público, de governo e de cidade. O que antes era espaço de encontro e confronto entre cidadãos em exercício da cidadania, "suporte de identidade política" (DREYFUSS e MARCHAND[21] 1998, *apud* VAINER,2000, p.90) hoje é espaço, objeto, sujeito de negócios, é o terreno onde são asseguradas as condições estáveis e permanentes de produtividade e competitividade. Segundo o autor, a despolitização das cidades também é planejada visando garantir as escolhas de agentes detentores do capital privado. Com isso, os agentes detentores de capital privado são muito mais influentes nas transformações do espaço urbano que o próprio cidadão comum. Além disso, a parceria público-privada não existe para que os interesses do governo local sejam concretizados, e sim para que estes dependam das exigências dos atores privados. Portanto, até mesmo na parceria público-privada existe uma estratégia que permite que as ações e decisões sejam tomadas pelos mesmos atores que protagonizam em função das oscilações do mercado. Tudo isso garante que os "interesses do mercado estejam adequadamente presentes, representados no processo de planejamento e decisão" (VAINER, 2000,p. 87).

Por último, fazendo a relação entre cidade e pátria, pode-se pensar em alienação do indivíduo. Este é levado a responder às mudanças por uma massa despolitizada, que ao invés de agir, questionar, reivindicar, é levada a construir um

---

[21] DREYFUSS, F ; MARCHAND, A. Gouvernement local et légitimation : vers des républiques urbaines ? Revue Future Intérieur, n°29. Paris : Harmatton, 1995, p. 71-102

patriotismo cívico, e deixar nas mãos de um governo forte e personalizado as ações transformadoras.

O segundo modelo de planejamento urbano, o participativo, encontra suas raízes em históricas reivindicações populares pelo direito à cidade, principalmente no movimento da reforma urbana, surgido na década de 1960, e afirmado na década de 1980 com o fim da ditadura militar no Brasil. O planejamento urbano participativo leva em consideração a participação direta da população em momentos decisórios, e tem como característica o predomínio de princípios de cooperação e integração dentro da administração, além da politização de questões ligadas à justiça social e à valorização política do poder legislativo (FREY[22] 1996, *apud* AMARAL e SILVA, [200-]).

Para Amaral e Silva ([200-]) este modelo de planejamento surge nos países subdesenvolvidos em meados dos anos 1980, buscando combater a especulação imobiliária, a segregação sócio-espacial e fomentar a participação popular na gestão das cidades, baseada no ideário de reforma urbana[23]. Seguindo estes princípios, em 1988 foram incluídos na Constituição Federal Brasileira os artigos 182 e 183, que compõem o capítulo da Política Urbana, e que garantiu a participação popular nas decisões de interesse público, em defesa do direito à cidade, à habitação, ao acesso a melhores serviços públicos, e por decorrência "a oportunidade de uma vida urbana digna para todos" (OLIVEIRA, 2001, p.03).

Após treze anos de construção e tramitação legislativa, complementarmente à Constituição Federal, foi aprovado no Congresso Nacional o Estatuto da Cidade,

---

[22] FREY, K. Crise do estado e estilos de gestão municipal. Revista Lua Nova 07, 1996

[23] Para Maricato (*apud* BASSUL, 2002) os objetivos da emenda popular da Reforma Urbana eram *Em relação à propriedade imobiliária urbana* - instrumentos de regularização de áreas ocupadas. Captação de valorização imobiliária. Aplicação da função social da propriedade. Proteção urbanística, ambiental e cultural. *Em relação à política habitacional* - programas públicos habitacionais com finalidade social. Aluguel ou prestação da casa própria proporcionais à renda familiar. Agência nacional e descentralização na gestão da política. - *Em relação aos transportes e serviços públicos* - natureza pública dos serviços sem lucros, com subsídios. Reajustes das tarifas proporcionais aos reajustes salariais. Participação dos trabalhadores na gestão do serviço. *Em relação à gestão democrática da cidade* - conselhos democráticos, audiências públicas, plebiscitos, referendo popular, iniciativa legislativa e veto às propostas do legislativo

Lei n°10.257/ 2001, que regulamenta os seus artigos 182 e 183. O Estatuto da Cidade veio estabelecer diretrizes gerais da política urbana, que orientam as ações dos agentes locais e reúnem importantes instrumentos de planejamento urbano, garantindo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

Segundo Oliveira (2001, p. 07) a Lei n°10.257/2001 reúne "normas relativas à ação do poder público na regulamentação do uso da propriedade urbana em prol do interesse público, da segurança e bem-estar dos cidadãos, e do equilíbrio ambiental". Essas diretrizes gerais são princípios básicos, que orientam as ações dos agentes sociais responsáveis pelo planejamento urbano, que para a autora se trata de um processo permanente, construído com a participação de diferentes grupos sociais. Essas diretrizes são:

a) *Função social da cidade e da propriedade urbana* - possibilitam o governo municipal a estabelecer justiça social no uso das propriedades, atendimento às necessidades de todos os cidadãos quanto à qualidade de vida. Para tanto, deve buscar o equilíbrio necessário entre interesses públicos e privados;
b) *Justa distribuição dos ônus e bônus do processo de urbanização* – garantem que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços, equipamentos urbanos melhorias realizadas pelo poder público. Este princípio contrapõe-se ao do planejamento estratégico e pontual, que concentram investimentos em determinadas áreas da cidade;
c) *Recuperação da valorização imobiliária* – o poder público municipal pode utilizar os instrumentos urbanísticos para recuperar a mais-valia[24] urbana freando a especulação imobiliária e o beneficiamento da parcela privilegiada da população;
d) *Ajuste de todos os instrumentos de gestão financeira da administração municipal aos objetivos do justo desenvolvimento urbano, privilegiando os investimentos geradores de bem-estar aos diferentes segmentos sociais.* Com esta adequação, os investimentos deixam de estar voltados para

[24] Para Oliveira (2001) mais-valia urbana é a valorização imobiliária gerada pelos investimentos públicos em infra-estrutura social e física

grandes obras, para serem utilizados na prestação de serviços básicos (saúde, educação, transporte coletivo etc.), de infra-estrutura (pavimentação, saneamento etc.) e de habitação. (DANIEL[25] 2001, *apud* AMARAL e SILVA, [200-]);

e) *A autonomia política, administrativa, financeira e legislativa do poder público municipal* – Cabe ao município a responsabilidade de formular a política urbana e fazer cumprir, através do Plano Diretor, as funções sociais da cidade, já que é a esfera do governo mais próxima do cidadão. No entanto, esta autonomia político-administrativa deve estar calcada numa relação harmônica entre as demais esferas de governo (Estaduais e Federais) da área urbanística;
f) *Garantia do direito a cidades sustentáveis* – Para Oliveira (2001,p.12) "a adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana devem ser compatíveis com os limites de sustentabilidade ambiental, social e econômica";
g) *Integração e complementaridade entre as áreas urbanas e rurais do município*;
h) *Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população pobre*;
i) *Simplificação da legislação* de tal modo que esta seja entendida pelos grandes contingentes populacionais de baixa renda, visando o enquadramento da maioria das construções e os usos do solo às normas urbanas;

A situação da maioria das cidades contemporâneas requer atenção e ação concreta do poder público sobre os processos em curso. Como afirma Maricato (2001, p.49), ao discutimos a situação das cidades contemporâneas devemos levar em consideração a violência, as ocupações irregulares, as áreas ambientalmente

---

[25] DANIEL, C. Reforma urbana e os desafios da gestão democrática da cidade. In: RIBEIRO, L.C.Q.; SANTOS JÚNIOR, O.A. Globalização, fragmentação e reforma urbana. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

frágeis ocupadas por moradias pobres, tragédias ambientais (enchentes, epidemias, desmoronamentos). Além disso, a cidade está associada à dinâmica do mercado imobiliário especulativo e excludente, que acentua a segregação socio-espacial, à necessidade de ampliação de ofertas de moradias sociais, ao aumento do comércio informal em espaços públicos, ao baixo padrão de saneamento e habitabilidade. Por isso, existe a dificuldade dos governos municipais em construir uma proposta urbanística eficiente, ou seja, a cidade engloba questões muito amplas, e não apenas problemas pontuais.

Para Oliveira (2001) é através do instrumento básico da política urbana, o Plano Diretor, somado aos demais instrumentos urbanísticos (QUADRO 3) e à gestão participativa, que o poder público municipal encontrará as bases para construir gradativamente uma política de desenvolvimento urbano capaz de responder aos problemas contemporâneos. O plano diretor deve integrar fatores políticos, econômicos, financeiros, culturais, ambientais, institucionais, sociais e territoriais que revelam a situação do município, e que aliado aos demais instrumentos urbanos de gestão do espaço e de participação popular, interfere no processo de desenvolvimento local e garante a função social da cidade.

Gestão democrática	Deverá ocorrer por meio da ação de conselhos de política urbana, da iniciativa popular de leis e da realização de debates, audiências e consultas públicas para a aprovação e a implementação dos Planos Diretores e das leis orçamentárias;
Plano diretor	Obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, e referência para o cumprimento da função social da propriedade (art. 182, §§ 1º e 2º, da CF). Passou a ser exigido também para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico, para aquelas influenciadas por empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental e para as que pretendam utilizar os instrumentos do Estatuto da Cidade;
Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios	A ociosidade de vastas extensões de terrenos urbanos dotados de infra-estrutura é responsável por deseconomias, como a elevação dos custos de prestação dos serviços públicos e a sobrevalorização fundiária. Previsto no art. 182, § 4º, da Constituição Federal, como primeira penalidade pela retenção ociosa de terrenos, esse dispositivo foi regulamentado pelo Estatuto da Cidade e tornou-se aplicável;

QUADRO 3 - instrumentos urbanísticos e de participação - c**ontinua**

QUADRO 3 - instrumentos urbanísticos e de participação - c**ontinuação**

IPTU progressivo no tempo	Segunda sanção prevista na seqüência do § 4º do art. 182, para combater a ociosidade de terrenos urbanos, o IPTU progressivo no tempo será aplicado aos proprietários que descumprirem a primeira penalidade, pelo prazo de cinco anos, com progressão da alíquota limitada ao dobro de um exercício para outro, até o máximo de 15%;
Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública	Última das penalidades constitucionais previstas no capítulo da política urbana. Torna a desapropriação de imóveis urbanos ociosos semelhante à que ocorre para fins de reforma agrária;
Usucapião especial	Usucapião especial de imóvel urbano de propriedade particular constitui um dispositivo auto-aplicável da Constituição. O Estatuto da Cidade, contudo, amplia a possibilidade de iniciativa para a usucapião coletiva, que pode facilitar a regularização fundiária de áreas urbanas de difícil individualização, como as favelas;
Concessão de uso especial para fins de moradia	Permite que imóveis públicos ocupados há mais de cinco anos, sem oposição, tenham a posse regularizada de maneira assemelhada aos casos de usucapião de imóveis particulares, mas sem transferência da propriedade. O dispositivo foi vetado pelo presidente da República, mas reposto pela Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, que limita a fruição do benefício aos que satisfaziam as condições da lei na data de 30 de junho de 2001;
Direito de superfície	Permite a transferência, gratuita ou onerosa, por escritura pública, do direito de construir sem que este alcance o direito de propriedade do terreno. Torna mais flexível a utilização de terrenos urbanos;
Direito de preempção	Assegura preferência ao poder público na aquisição de imóveis urbanos, desde que, devidamente notificado pelo proprietário, manifeste o interesse pela compra no prazo de trinta dias, findo o qual o direito deixa de prevalecer. Objetiva permitir a formação de estoque de terras públicas sem a necessidade de procedimentos de desapropriação;
Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso	Consiste na possibilidade de o município estabelecer determinado coeficiente de aproveitamento dos terrenos, a partir do qual o direito de construir excedente deve ser adquirido do poder público. O mesmo deverá ocorrer quando o uso for alterado e resultar na valorização do imóvel;
Operações urbanas consorciadas	Permitem um conjunto de intervenções e medidas, consorciadas entre poder público e iniciativa privada, com vistas a alcançar transformações urbanísticas de maior monta. No âmbito das operações, o direito de construir pode ser expresso em certificados de potencial adicional de construção, vendidos em leilão ou utilizados para o pagamento de obras;

QUADRO 3 - instrumentos urbanísticos e de participação - **conclusão**

Transferência do direito de construir	Faculta o exercício desse direito em imóvel distinto do que originalmente o detinha. Mecanismo útil para a implantação de equipamentos urbanos (reduz os custos de desapropriação), para a preservação do patrimônio histórico e cultural, e para a regularização de áreas ocupadas por população de baixa renda;
Estudo de impacto de vizinhança	Documento técnico a ser exigido, com base em lei municipal, para a concessão de licenças e autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos ou atividades que possam afetar a qualidade de vida da população residente na área ou nas proximidades.
Consórcio imobiliário	Poderá ser constituído nos imóveis alcançados pela obrigação de parcelar, construir ou utilizar. O proprietário transfere seu imóvel ao Poder Público e recebe como pagamento, após a realização das obras, unidades imobiliárias urbanizadas ou edificadas.

QUADRO 3 – INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS E DE PARTICIPAÇÃO REGULAMENTADOS PELO ESTATUTO DA CIDADE

FONTE: BASSUL, 2002 – ADAPTADA PALA AUTORA

Tudo isso, reforça a idéia do planejamento urbano Participativo, estabelecido na lei do Estatuto da Cidade, que pode “tornar possível a concepção de cidade e sociedade, politizando as decisões através da participação da comunidade na gestão municipal”, (DANIEL 2001, *apud* AMARAL e SILVA, [200-]) promovendo o bem-estar coletivo e a justiça social. O Estatuto da Cidade, resultado das reivindicações dos movimentos populares e da sociedade civil, incorpora a idéia de cidades sustentáveis, democráticas e planejadas, e reflete as reais necessidades urbanas, devendo ser estudado e aplicado com “a esperança de mudança positiva do cenário urbano do país” (OLIVEIRA 2001,p.4).

Maricato (2001) explica que atualmente a ocupação do solo urbano obedece às leis do mercado capitalista, onde os agentes sociais disputam a melhor localização para seus investimentos visando a valorização de seus empreendimentos imobiliários. Levando em conta o interesse coletivo, a política pública, ao invés de reservar as áreas mais valorizadas para o mercado privado, alimentando assim a especulação fundiária, deveria distribuir a localização dos investimentos públicos e fiscalizar/ controlar o uso e ocupação do solo, utilizando os instrumentos disponíveis do planejamento urbano. Dentre eles destacam-se alguns eficientes na captação da mais-valia urbana: o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o IPTU progressivo no tempo, a desapropriação com

pagamentos em títulos da dívida pública, o direito de preempção e as operações urbanas consorciadas. Se utilizados para esse fim, podem recuperar a valorização da terra convertendo-a em receitas públicas, através de impostos e contribuições fiscais, ou mais diretamente em melhorias locais em benefício da comunidade (SMOLKA e AMBORSKI, 2001, p.37). A captura da mais-valia pode contribuir para o planejamento e desenvolvimento urbano quando há coerência da cobrança de tributação sobre o valor da terra; quando facilita a provisão de infra-estrutura necessária, estabelecendo assim a equidade social; e quando controla o uso do solo, garantindo a justa distribuição dos bônus da urbanização.

Segundo Maricato (2001, p.50) as cidades brasileiras possuem algumas limitações à prática do planejamento democrático, dentre elas estão a interdependência entre a sociedade e o ambiente construído, e a dificuldade de gerir a máquina pública administrativa. Para a autora, as cidades são o reflexo das relações sociais e sua reprodução depende ativamente da sociedade, por isso "é impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual, autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa reproduzir cidades que não tenham essas características".

A segunda limitação, a dificuldade de administração da máquina pública, tem como base a formação da sociedade brasileira, que distancia o discurso da prática e busca inspiração para as mudanças fora do país. Sociedade que, de certa maneira, nega a realidade e a historia local, tem resquícios do clientelismo, baseia-se nas relações de favor e privilégios no lugar de outra baseada em direitos. Mesmo levando em consideração as limitações da realidade brasileira, segundo Maricato (2001), é na esfera local que estão as condições para uma ação transformadora. Em função da mudança sofrida pela estrutura produtiva no mundo atual, do ideário neoliberal e do recuo dos Estados, é através da "reconstrução dos corpos políticos e identidades cidadãs" (FIORI[26] *apud* MARICATO, 2001, p.67) locais, que as cidades, compondo uma rede, irão retomar a construção do Estado-Nação.

Para orientar a construção de cidades democráticas e igualitárias Maricato (2001) aponta alguns pré-requisitos para sua concretização ao longo do tempo. A

---

[26] FIORI, J. L. O federalismo diante do desafio da globalização. In: AFFONSO, R. de B. A. e SILVA, P.L.B. (orgs.). A federação em perspectiva. São Paulo: Fundap, 1995.

autora propõe a criação da consciência da cidade real, pois acredita ser impossível administrar um território sem conhecê-lo. Neste processo é importante construir indicadores espaciais de qualidade de vida, utilizando-os como parâmetro de mudança e evolução urbana. Há ainda a necessidade de criar espaços de debate democráticos, que dêem visibilidade aos conflitos, formando cidadãos interlocutores dos problemas da cidade, que acaba extinguindo a manipulação gerada pela desinformação. Por último, a autora aponta a necessidade de uma reforma administrativa, com a formação de agentes que promovam uma ação integrada, e o aperfeiçoamento e democratização de informação sobre o município.

Dependendo do ponto de vista, em todo o Planejamento Participativo (PP) existe estratégia, assim como no Planejamento Estratégico (PE) pode haver uma forma de participação. A diferença é que a estratégia[27] do PP está voltada para atender os direitos e necessidades de toda a população, enquanto a estratégia do PE está primeiramente voltada para os interesses do capital internacional. A participação pública e a gestão democrática no processo de planejamento urbano são os objetivos principais do PP, enquanto o PE utiliza este discurso para legitimar o planejamento previamente estabelecido. No PE o governo local, a partir de uma única visão da cidade, estabelece missões e objetivos a serem cumpridos pelo plano, sem levar em consideração a opinião pública. Enquanto o PP constrói coletivamente diretrizes de desenvolvimento, levando em consideração objetivos comuns, baseado na idéia de que a cidade deve responder às necessidades de todos os habitantes que nela residem.

Os grandes eventos são exemplo do PE, que desde a escolha em sediar os jogos não leva, na maioria das vezes, em consideração a participação pública. (ESSEX e CHALKLEY 1998, *apud* RAEDER, 2009). As obras relacionadas ao evento são pontuais e elaboradas por comissões fechadas, que não inclui a sociedade civil organizada. A participação dos habitantes resume-se a conviver com impactos do evento.

A partir da explicitação destes diferentes métodos de planejamento, contemporaneamente presentes na efetivação da política urbana no Brasil, o tópico

---

[27] Palavra derivada do latim *stratégéma,* significa a arte de planejar e executar movimentos e operações. (CUNHA, 2007)

seguinte vai aprofundar a maneira como os grandes projetos urbanos, implantados nas ocasiões de mega eventos esportivos, passram a se tornar um instrumento de planejamento e estruturação do espaço.

3.2 CIDADES, PLANEJAMENTO URBANO E MEGA EVENTOS INTERNACIONAIS

Mascarenhas (2008) afirma que é crescente a influência dos eventos internacionais na estruturação urbana, e ressalta, que eles direcionam as escolhas dos governos locais, num contexto onde a disputa pela sede destes grandes eventos é cada vez mais acirrada. Esta tendência de utilizar os grandes eventos como estratégias do modelo de planejamento, é vista como uma “alavanca para a dinamização da economia local e sobretudo para redefinir a imagem da cidade no competitivo cenário mundial” (MASCARENHAS, 2008).

Inserido no atual processo de um planejamento urbano com um viés neoliberal, marcado pela fraca participação do Estado e alta influência do capital privado, os megaeventos se tornaram elementos importantes na estruturação urbana ligada aos interesses do mercado. Segundo Sánchez (2004), atualmente existe um planejamento de projetos, e não mais o planejamento tradicional, que seguia Planos Diretores e Leis de Zoneamento. Como o interesse é atrair investimentos do capital internacional, os GPUs e os Grandes Eventos Urbanos (GEUs) se tornam mais visíveis e, portanto, estratégicos na guerra da concorrência, como já explicado anteriormente.

Os projetos passam então a ser planejados em detrimento da cidade como um todo, e a sua viabilização se dá em especial pela efetivação das parcerias público-privadas. Estas parcerias são fundamentais para a estruturação dos projetos, pois visam obter financiamento para as obras frente a escassez de recursos públicos e escapar dos regulamentos e impedimentos burocrático-administrativos da máquina pública.

O espaço metropolitano se consagra como acolhedor deste novo modelo de intervenção urbana, devido à sua densidade cultural e econômica e pela

concentração de recursos. Todo este processo faz surgir novas dinâmicas sócio-espaciais e novos desafios de construção das cidades.

Avaliando a evolução do papel dos eventos internacionais esportivos no planejamento urbano, percebe-se que ao longo do tempo eles foram se constituindo em fortes estruturadores de transformações urbanas, e colocados no centro dos debates sobre a renovação das cidades. Segundo Mascarenhas (2008) os primeiros Jogos Olímpicos deixaram poucos vestígios na paisagem urbana. Los Angeles, em 1932, foi a primeira cidade a utilizar os jogos como oportunidade para alavancar a economia local, naquela época impactada pela crise de 1929. Após a segunda guerra mundial, com a consolidação do Estado de bem-estar social nos países europeus, houve a difusão da prática esportiva, e com isso, os projetos olímpicos tornam-se uma efetiva possibilidade de executar projetos de desenvolvimento urbano.

Além de possibilitar a valorização de áreas centrais, nos anos 1980 implantou-se uma nova filosofia de mercantilização dos eventos, constituindo uma década marco no processo histórico de transformação dos jogos, em especial, pelo crescente poder empresarial relacionado a sua organização (MASCARENHAS, 2008). Seul em 1988 adotou plenamente a parceria público-privada e com a gradativa consolidação do pensamento neoliberal, assistiu-se cada vez mais o declínio das políticas sociais em favor dos princípios do mercado.

O final da guerra fria, com a derrocada do bloco soviético em 1990, representou grandes mudanças políticas e econômicas no cenário mundial, e o ideal do modo de produção capitalista tornou-se dominante. Reflexo disso foi a destinação da vila olímpica depois dos jogos, que antes era normalmente destinada à habitação popular, e a partir deste momento elas passaram a ser destinadas para uso residencial de classe média. “Em Seul foi possível obter-se lucro através de venda das Vilas Olímpicas e de Mídia por U$ 203.6 milhões, mesmo antes dos Jogos” (RIBEIRO, 2006, p. 12).

Em 1992 os Jogos olímpicos sediados em Barcelona tiveram grande repercussão internacional, e o evento foi visto como uma estratégia para empreender intervenções urbanísticas. Barcelona realizou assim a façanha de conjugar a natureza e exigências dos jogos, com os objetivos fundamentais da gestão urbana. As cidades-sedes que vieram na seqüência (Atlanta-1996, Sydney-

2000, Atenas-2004, Pequim-2008), não conseguiram desenvolver tão bem a mesma estratégia. Gastos públicos, sofisticação das obras, interesses do mercado imobiliário, tensões e desigualdade socio-espacial, foram algumas das características comuns nesses eventos.

As vantagens econômicas em se receber megaeventos podem ser grandes, por isso, constituem um cenário relevante para países em desenvolvimento ou recém-industrializados, que pretendem se candidatar como sede de eventos esportivos, como, por exemplo, Johanesburgo na África do Sul (Copa 2010). No entanto, Ribeiro (2006) afirma que para equilibrar as mudanças positivas e negativas dos impactos dos grandes eventos na estrutura urbana, o ideal é que as instalações referentes aos jogos estejam adaptadas ao plano de desenvolvimento socio-econômico de longo prazo da cidade. Para o autor, esta deveria ser uma condição necessária para a candidatura de uma cidade que pretende sediar grandes eventos esportivos. Segundo ele, na maioria das vezes as receitas geradas cobrem apenas os custos operacionais, e pouco cobrem os investimentos em transporte e infra-estrutura, que fica advento de parcerias público-privadas. Se a cidade não for bem estruturada para recebê-los, as desvantagens socioeconômicas podem ser mais negativas que positivas. Segundo Mascarenhas (2008)

> num cenário urbano de escassez de infra-estrutura básica, um evento desta dimensão pode contribuir para sanar determinados problemas. Mas pode também comprometer as igualmente escassas finanças públicas, e inclusive acirrar o nível de desigualdade social, conforme a distribuição espacial dos investimentos realizados. (MASCARENHAS 2008, p.01),

Planejar a cidade tendo em vista objetivos externos provoca tensões entre os interesses locais e globais, como afirma Milton Santos[28] (2006, *apud* MASCRENHAS, 2008) há um “conflito entre horizontalidades e verticalidades, que inserem a cidade contemporânea no cerne da globalização”. O autor explica, que as verticalidades são expressas por relações que hierarquizam os espaços que distanciam a população, já as horizontalidades são caracterizadas por relações de

[28] SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

proximidade, de vizinhanças, na qual é possível desenvolver uma solidariedade ativa e aumentar a eficácia política. A reflexão sobre estes conceitos é central a partir da interpretação dos arranjos espaciais contemporâneos, das relações sociais e territoriais de cidades em rede. Portanto, tendo em vista as espacialidades locais e globais, as horizontalidades são domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as outras formas de processos sociais.

Exemplo do conflito entre interesses locais e globais ocorreu recentemente no Rio de Janeiro. Os inúmeros eventos esportivos sediados na capital carioca, VII Jogos Sul Americanos-1992, Jogos Pan Americanos-2007, e agora sede da Copa 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, esboçam uma parte da estratégia do Brasil em se tornar um centro de eventos em grande escala (RIBEIRO, 2006). Esta intenção implica em tornar as cidades brasileiras referências globais, transformando localidades em globalidade. Com este objetivo, muitos justificam, que a cidade que se prepara para receber os megaeventos tem seus projetos de cunho social acelerados; mais oportunidades de emprego para milhares de pessoas; seus sistemas viários e de transporte são aperfeiçoados; as áreas de comunicações se desenvolvem; incrementa-se o potencial turístico durante e após os Jogos.

No entanto, a realidade não é apenas esta, como afirma Benedicto (2009), acabado o Pan 2007 no Rio de Janeiro, o legado efetivo foi muito reduzido. A proposta inicial de ganhos com infra estrutura urbana, projetos sociais, valorização da prática esportiva, dentre outras, foram deixados em segundo plano, acreditando-se que todas estas ‘boas intenções’ tinham somente o objetivo de garantir o sucesso da candidatura para sediar o evento, parte de um grande plano estratégico de venda da cidade. A autora afirma ainda, que essa disparidade entre o discurso a as ações do governo local fomentaram os conflitos sociais relacionados ao evento. Segundo Benedicto (2009) os investimentos foram concentrados em áreas privilegiadas, as obras de infra estrutura não foram cumpridas, as vilas olímpicas ficaram ameaçadas de terem seu uso alterado para atividades mais lucrativas do que as atividades esportivas, houve violência policial como medida de segurança, as comunidades pobres coincidentemente próximas aos grandes complexos esportivos e

empreendimentos imobiliários foram removidas, provocando tensão e exclusão social, dinâmica explorada no capítulo seguinte deste trabalho.

Em resumo, o discurso oficial era incoerente, o legado foi de exclusão sem muitos benefícios para as camadas mais pobres da sociedade. Neste contexto, os conflitos sociais surgidos foram expressão do exercício da cidadania de sujeitos coletivos, em contraponto com o modo de fazer política em privilégio de poucos:

> acordos entre poucos atores das coalizões dominantes, a adaptação da norma pública para legitimar os interesses particulares e específicos, as tentativas de privatização de territórios urbanos, o repasse de importantes equipamentos para os grupos privados e a gentrificação de áreas consideradas estratégicas para as operações de renovação urbana. (BENEDICTO 2009, p.11).

Os primeiros Jogos Olímpicos podem ter deixado poucos vestígios na paisagem urbana, como afirma Mascarenhas (2008), mas atualmente estes megaeventos não só marcam o cenário urbano com grandes projetos arquitetônicos, transporte, habitação e infra-estrutura, como produzem instabilidade social, pelos conflitos e tensões ocorridos entre agentes sociais locais e globais.

Outro exemplo foi o que ocorreu no Pan Americano de 2003 em San Domingo, onde o planejamento do grande evento ignorou as reivindicações da sociedade, (ela nem foi convidada a participar dos debates a respeito dos jogos), que ao denunciar a situação de pobreza do país foi reprimida para manter a imagem "positiva" dos jogos (MASCARENHAS, 2008). A situação de tensão permanente entre os agentes privados e públicos, característica do atual modelo de planejamento, enfraquece a estrutura social da cidade quando as transformações são feitas visando a melhoria da imagem, e não a resolução de problemas urbanos.

Tendo em vista as conseqüências espaciais, políticas e estruturais da difusão do modelo de PE, como, por exemplo, a redefinição do conceito de cidadania, de cidade, de governo, de política no espaço urbano; além disso, o cenário de desigualdade e marginalização; a sociedade silenciosa e conciliadora; e o poder público subordinado às exigências do capital internacional, é inevitável questionar se este é o único modelo condizente com o contexto atual da

globalização, já que seus efeitos não constituem o cenário almejado para as cidades.

Frente à existência dos conflitos de interesses, de um planejamento excludente, dos problemas de despejo, das mudanças na legislação para adaptação dos grandes eventos, confirma-se mais uma vez a necessária ampliação da participação da sociedade civil no processo de planejamento para a mudança deste cenário. Rolnik (2010) destaca que as operações de megaeventos têm significado violações ao direto à moradia.

> A população é retirada das suas moradias e espaços de trabalho diante de uma 'operação de embelezamento' – que vai ser transmitida pelos meios de comunicação. Os megaeventos são (re) posicionamentos do mundo globalizado, se apresentando como uma cidade de classe internacional, com "cara de nada", sem nenhuma identidade local. (ROLNIK, 2010)

Segundo Deboulet, Roulleau-Berger e Berry-Chikhaoui (2007) as políticas públicas voltadas para o objetivo central da reestruturação urbana através de grandes projetos, impondo-se como estratégia para que a cidade se torne competitiva no mercado global, têm grande impacto sobre os cidadãos em situação de pobreza. Seus interesses são ainda mais negligenciados em prol dos projetos que, buscando reforçar a interface nacional-global, tentam fazer desaparecer as zonas mais precárias próximas aos lugares de prestígio. Os autores ressaltam que no cenário da metrópole internacional[29] as tensões político-sociais são muitas, mas os insatisfeitos com as mudanças, não têm liberdade de expressão nem poder de opinião, já que a população afetada pelos projetos é em sua maioria estrangeira (migrante ou imigrante), ou cidadãos ilegais.

No entanto, num contexto metropolitano internacionalizado, as manifestações, sem poder contestar o modelo neoliberal, reagem a favor do direito à cidade e justiça social estruturadas em redes. As redes de contestações adotam 'movimentos sociais globais' e pela articulação entre as associações de residentes

---

[29] Autores franceses utilizam o termo globalização quanto se referem a processos de domínio econômico, já "[...]o caráter da internacionalização sustenta também a circulação entendida no amplo sentido, de indivíduos, saberes, modelos comuns ou científicos, normas espaciais, imagens[...](BERRY-CHIKHAOUI; DEBOULET;ROULLEAU-BERGER, 2007. p.12)

ilegais nos países asiáticos ou organizações de ONGs na Europa, por exemplo, a população passou a ser ouvida. As respostas às intervenções de impacto negativo se dão na mesma proporção da escala da metrópole. (BERRY-CHIKHAOUI; DEBOULET;ROULLEAU-BERGER, 2007)

Segundo Uzzo (2010), o Brasil está muito na frente de outros países, pois o Direito à cidade está incorporado na legislação Brasleira, existem órgãos nacionais voltados para a questão urbana, como o Conselho Nacional das Cidades e o Ministério das Cidades, mas o país ainda está longe de atingir o ideal da reforma urbana.

Para Taylor (2010), o que falta é "informação para a população e boa vontade dos governos". Tanto nas Filipinas quanto no Brasil a legislação é avançada e cria espaços para a participação, mas os governos não se apropriam dela e nem a aplicam. Além disso, a sociedade civil não se organiza para propor e exigir sua participação na elaboração de políticas públicas participativas. Enquanto tenta-se instaurar um processo de planejamento participativo entre os agentes sociais o desafio é

> "cobrar para que a infra-estrutura dos megaeventos tenha utilidade social e ambiental, respeite à cultura e diversidade do povo, que o sucesso de seus eventos não seja às custas de abusos do Direito à Cidade e que esse Direito Humano não seja violado". (DIÁLOGO discute megaeventos e gestão democrática das cidades no fórum social urbano, 2010.)

O problema está na falta de conhecimento dos cidadãos a respeito das formas de participação pública, bem como na falta de interesse dos governos locais em difundir estas informações. Ao refletir sobre o processo de planejamento pretende-se questionar o modelo econômico dominante, voltando a atenção para os reais interesses de gestão urbana local, de modo que se construam cidades mais justas. Smolka e Amborski (2001 p.62) reafirmam que o problema não está no fato de os planejadores não terem acesso aos instrumentos transformadores do espaço, e sim, no fato destes não serem compreendidos na íntegra ou, quando são entendidos, falta vontade política para implementá-los.

Confrontando os dois modelos de planejamento urbano aprofundados, o participativo e o estratégico, cabe à sociedade civil fazer valer seu direito nesse

processo tornando-se um agente ativo na transformação do espaço. “O planejamento pressupõe encontro e confronto entre diferentes posições” (RIBEIRO, 2008), portanto é preciso refletir sobre o processo de construção do espaço, e utilizando os instrumentos urbanísticos promulgados na lei do Estatuto da Cidade, transformar a realidade a partir da ótica dos habitantes da cidade, e não da orientação do mercado. Os megaeventos internacionais vistos como elementos reestruturadores do espaço, deveriam levar em consideração a sociedade local, aqueles que são impactados pelas conseqüências desses eventos a longo prazo, e que não constituem usuários solventes, como citado por Vainer (2000).

O desafio é encontrar a convergência entre os atores sociais, dinamizando a economia local, sem que as cidades dependam dos grandes eventos internacionais. Levando em conta este desafio algumas questões se colocam. Como, neste contexto de interesses globais, converter os investimentos em contribuições para tornar as cidades mais justas e menos desiguais? Como fortalecer o exercício da cidadania e o desenvolvimento da democracia urbana para que os cidadãos possam ‘enxergar’ e ter um papel mais ativo, ao invés de serem meros figurantes do espetáculo urbano? Enfim, o planejamento precisa ser recuperado enquanto atividade política para trazer novas possibilidades de reconstruir o espaço urbano (CONFERÊNCIA internacional os mega eventos e a cidade, 2010).

4 ANÁLISE DE CORRELATOS: REESTRUTURAÇÃO URBANA EM CIDADES SEDE DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS INTERNACIONAIS

Neste capítulo serão apresentados e analisados três intervenções urbanas implementadas para receber eventos internacionais esportivos sediados em três cidades diferentes: Barcelona – Espanha, Olimpíadas de 1992; Rio de Janeiro – Brasil, Pan Americano 2007; e Johanesburgo – África do Sul, Copa do Mundo de Futebol 2010. A escolha dessas cidades deu-se em razão das diferenças socioeconômicas entre cada uma delas, o que permite distintas análises, no que diz respeito ao impacto desses eventos sobre o espaço urbano.

4.1 BARCELONA – OLIMPÍADAS DE 1992

Desde sua origem as olimpíadas têm como princípio reunir um grupo de atletas para disputarem um conjunto de modalidades esportivas simbolizando a paz, a amizade e o bom relacionamento entre os povos. Por volta de 1930, em função de sua visibilidade na mídia, os jogos olímpicos começaram a servir de palco para manifestações políticas, desvirtuando seu principal objetivo. A partir de então, os atletas passaram a precisar de segurança, em virtude de atentados e ameaças políticas. Atualmente, o evento é visto como estratégia para atrair grandes investimentos e dinamizar a economia da cidade que o sedia, o que acentua a competição entre as cidades e vai contra os princípios originais dos jogos. À exemplo do que ocorreu em Barcelona no ano de 1992, a partir de quando tal cidade passou a ser referencia mundial para a atividade do planejamento urbano.

Segundo Tura e Subirats (1994), a partir dos anos 1970, com a crise do petróleo e a nova situação econômica no mundo, os governos municipais locais da Europa Ocidental foram obrigados a reduzir os gastos e mudar sua estratégia de desenvolvimento, baseada desde o final da Segunda Guerra Mundial no estado do bem estar social. A intensa falta de recursos para garantir o bem estar social de toda

a população, provocada ela recessão econômica, fez com que algumas administrações locais mais dinâmicas, e atingidas pela crise, buscassem alternativas para restabelecer sua autoridade e responsabilidade local. Foi assim que as cidades passaram a estimular o desenvolvimento de sua recuperação econômica utilizando instrumentos como, o aumento de subsídios, redução de impostos, organização do território para o desenvolvimento da propriedade industrial. Estas operações urbanas favoreceram então a criação de novas empresas, além da otimização das condições das empresas existentes.

Em síntese, o governo local barcelonês passou a utilizar sua força política, para criar regulamentos locais que facilitassem a entrada do capital privado. Acreditavam que despertando o interesse do setor privado para operações que pudessem trazer benefícios para a cidade e para a comunidade industrial, ajudariam a administração local a restabelecer sua economia. Para os autores Tura e Subirats (1994), o poder público passou a ter um novo papel, não mais aquele de arrecadador de imposto, mas também de líder na formação dos trabalhadores, “atuando como um verdadeiro promotor imobiliário”, coordenando uma ampla gama de iniciativas e investimentos.

Em 1975, depois da ditadura franquista, que coincidiu com a crise econômica, Barcelona teve seus primeiros governos democráticos. Segundo Riera (2004), num primeiro momento as administrações democráticas atuaram em pequenas áreas urbanas, praças e parques e, depois, ampliaram sua intervenção para escalas maiores, de reequilíbrio de áreas obsoletas ou de reequilíbrio entre regiões da cidade. A partir de 1979 a idéia foi converter as atividades de planejamento urbano em oportunidades econômicas, fomentando a participação de promotores e beneficiários. Dentre outras medidas, criou-se uma companhia para promover o apoio econômico e de gestão para as ações que a cidade mais necessitava, tais como instalações de espaços públicos, de antenas de comunicação, entre outras.

Em 1981, tentando se restabelecer de uma situação econômica frágil, e visualizando uma vantagem na participação da crescente internacionalização da economia mundial, Barcelona se apresentou como candidata para os jogos Olímpicos de 1992. Segundo Tura e Subirats (1994, p. 5), Barcelona sempre precisou de um evento internacional como apoio para investir em infra-estrutura, e

sem a ajuda do capital estrangeiro, a cidade dificilmente teria conseguido financiar todas as operações de remodelação urbana e de melhoria da qualidade de vida. Exemplo disso, foram as Exposições Mundiais de 1929 e 1988, e mais recentemente o Fórum 2004 das Culturas, que facilitou a chegada do trem de alta velocidade e legitimou novas atuações de transformação e crescimento da cidade em grande escala. Estes grandes eventos atrairam investimento e novas oportunidades para atuações urbanísticas e arquitetônicas singulares.

Portanto, dentre muitos outros, o principal objetivo em sediar os Jogos Olímpicos era dinamizar e fortalecer a economia de Barcelona no cenário mundial. Os investimentos trariam turistas, novos equipamentos, remodelação de infra-estruturas, serviços de segurança e comunicação, instalações esportivas, centros médicos, hotéis, e outros serviços. Segundo Tura e Subirats, (1994) estudos mostram, que os impactos dos Jogos na economia das cidades normalmente excedem os custos dos investimentos para a promoção do evento, o que explica a forte competição entre as cidades e o esforço da cidade de Barcelona em ser sede dos jogos de 1992.

Segundo Tello (1994), para tornar Barcelona competitiva para sede das Olimpíadas, foram estabelecidas seis linhas estratégicas de atuação: redução dos desequilíbrios sociais, formação e recursos humanos, serviços avançados às empresas, fatores de atração comercial, cultural e turístico, promoção industrial, infra-estrutura em serviços. Estas linhas tinham por objetivo tornar Barcelona um centro internacional de comércio e consumo, aproveitando o ensejo dos jogos olímpicos.

Em 1984 foi criada a Oficina Olímpica de Barcelona, com o objetivo de assegurar que os jogos fossem sediados da cidade. Em outubro de 1986, o presidente do Comitê Internacional Olímpico (CIO) Juan Antonio Samaranch, anunciou publicamente a escolha de Barcelona como sede dos jogos de 1992. A partir de então, reforçou-se o trabalho de organizar a cidade para receber o evento tão esperado.

4.1.1 Projetos Urbanos e processos de reestruturação do espaço

De acordo com Riera (2004), o projeto de requalificação de Barcelona baseou-se na especificidade da cidade ser mediterrânea, e buscou atender as áreas comuns entre arquitetura e o urbanismo. No geral, considerou-se a cidade dividida em partes, o que permitiu soluções formais pontuais, específicas e de qualidade, vinculadas ao desenho da escala urbana. Para adaptar a cidade ao seu novo papel de centro terciário, foram estabelecidas ações de recuperação do centro histórico e remodelação de dez áreas designadas como novas centralidades. Essas localidades são a Diagonal-Sarriá, Rua de Tarragona, Renfe-Maridiana, Vila Olímpica, Porto Urbano, Valle Hebron, La Sagrera, Diagonal-Mar, Praça das Glorias-Estação Norte e Praça Cerdá. Segundo Tello e Martinez (1994) a maioria destas áreas situa-se nos extremos do tecido urbano consolidado e corresponderiam a áreas com instalações obsoletas e espaços mal aproveitados. A idéia era, através do desenho urbanístico e arquitetônico, proporcionar o caráter simbólico do novo espaço urbano, e construir uma imagem forte da cidade que atraísse investidores e futuros consumidores. A estratégia era ainda fazer que os espaços funcionassem como "catalisadores do mercado imobiliário", dinamizando a renovação urbana e facilitando o processo de terceirização.

A súbita dinamização do mercado imobiliário fez disparar o preço das habitações na segunda metade dos anos 1980. Segundo Tello e Martinez (1994), de uma média de 35mil *pesetas* por metro quadrado em 1986, passou a 70mil no ano seguinte. Ao mesmo tempo, o preço das construções novas subiu de 60 mil para 103 mil pesetas por metro quadrado. De 1987 a 1993 o preço médio do metro quadrado foi de 103 mil pesetas para 234 mil (TABELA 01 e FIGURA 3).

TABELA 1 - VARIAÇÃO DO PREÇO DO M² DA HABITAÇÃO NOVA NOS DISTRITOS DE BARCELONA ENTRE 1989 E 1993.

Distrito	Aumento 1987-1993 (%)
Eixample	152.83
Sants-Montjuic	180.99
Les Corts-Pedralbes	108.82

TABELA 01 - **continua**

TABELA 01 - **conclusão**

Sarià-Sant Gervasi	114.10
Gràcia	118.10
Horta-Guinardo	86.30
Nou Barris	177.72
Sant Andreu	171.62
Sant Marti	162.70

FONTE: TELLO E MARTINEZ (1994, P.66)

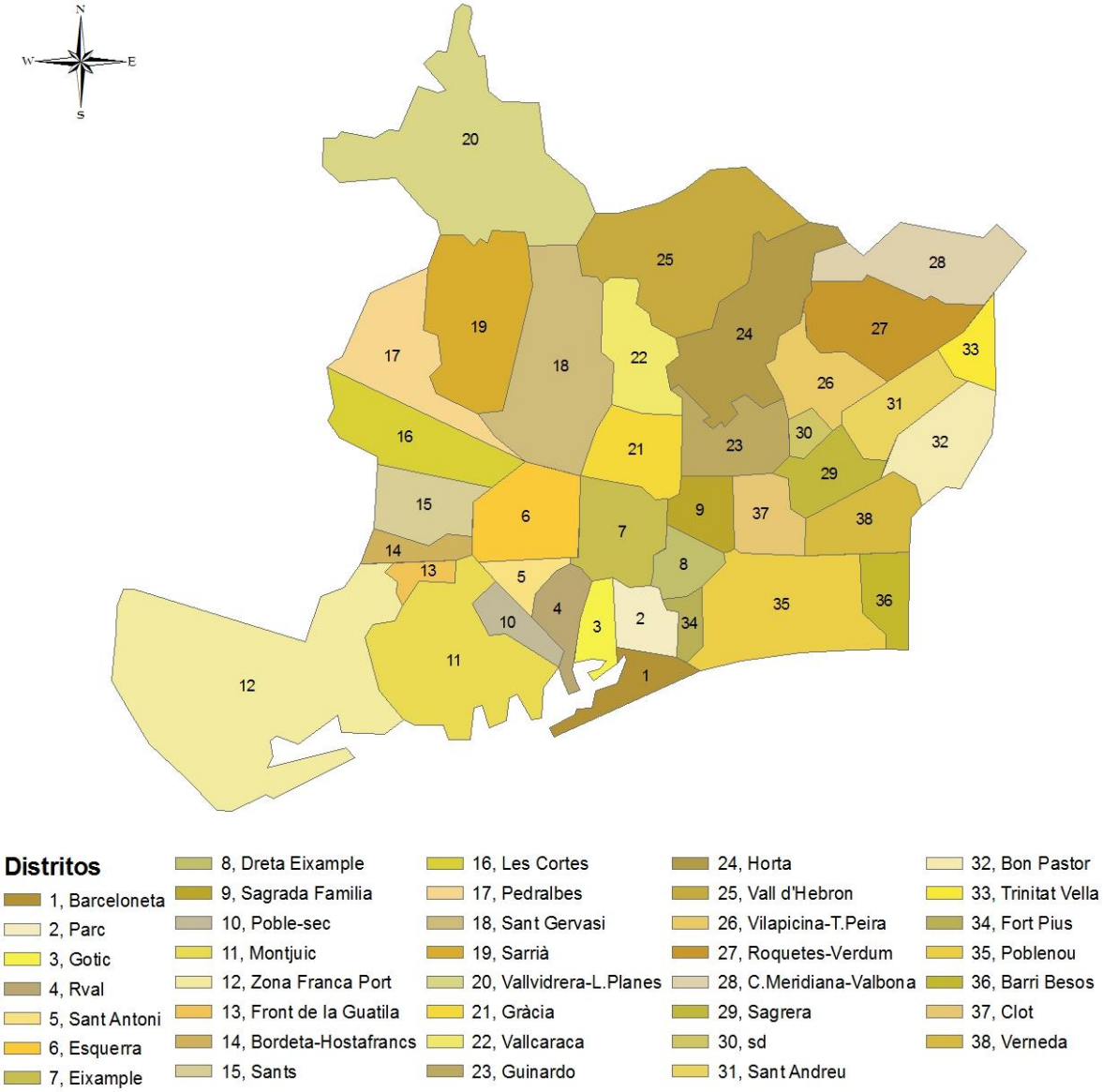


FIGURA 3 - DISTRITOS DE BARCELONA

FONTE: TELLO E MARTINEZ (1994, P.69) – ADAPTADO PELA AUTORA

Esse aumento do preço se difundiu mais tarde também pala região metropolitana, mas de forma diferenciada. A diferença do aumento dos preços entre uma cidade e outra, se deu pela proximidade em relação à diferentes regiões de Barcelona. Segundo aponta o estudo de Tello e Martinez (1994, p.73), nas cidades caras de San Cugat e San Just, por exemplo, situadas perto do distrito mais caro da cidade pólo, foram encontrados preços médios de 225 mil pesetas por metro quadrado para construções novas em 1991, enquanto em Hospitalet e Badadona, vizinhas de distritos urbanos mais baratos, foi encontrada a média de 125 mil pesetas por metro quadrado no mesmo ano.

Tello (1994) afirma ainda, que o plano estratégico de Barcelona tinha como objetivo reafirmar o município como centralidade, ignorando as relações espaciais e funcionais dos quase 30 municípios a sua volta. O espaço metropolitano Barcelonês, que possuía aproximadamente 2.200.000 habitantes em 1989, quando se fundamentaram as bases para o plano, correspondia ao espaço de produção industrial e de resistência às ações do governo local.

O Centro Velho de Barcelona, que até a segunda metade do século XIX representava a totalidade do território urbano, sofria um processo de degradação física, de alta densidade e heterogeneidade morfológica, e com a falta de investimento do poder público quanto à infra-estrutura urbana e à manutenção dos serviços sociais. De acordo com Riera (2004), foi neste contexto que no final da década de 1980 o governo local empreendeu políticas de reformas urbanísticas, por meio dos Planos Especiais de Reforma Interna (Peri), destinadas a frear o processo de degradação do centro velho. Apesar deste plano se desenvolver por meio da mobilização e de negociações das associações de bairro, não alcançou plenamente seus melhores objetivos, dentre os quais o de manter os moradores e suas atividades econômicas na região. O resultado foi “uma forte tendência à terceirização, uma progressiva substituição de habitantes de camadas populares por classes médias e surgimento de regiões de forte marginalização ligadas a novos habitantes provenientes da imigração” (RIERA, 2004).

Segundo Fidel (2004), a região portuária foi revitalizada devido à instalação estratégica da vila Olímpica, que se localizou entre o parque da Ciutadella e o centro do bairro de Poblenou (FIGURA 04). De acordo com o governo local, toda esta área possuía apenas instalações industriais obsoletas e uma estrutura urbana degradada,

o que fragmentava a estrutura da cidade. Com base no discurso da administração local, a fim de recuperar o patrimônio histórico e cultural das indústrias para a cidade, e desfazer a barreira segregadora por meio da recuperação dos espaços industriais, aproveitou-se a oportunidade do evento internacional olímpico e deu-se continuidade ao *Plan Especial de la Zona Costera Metropolitana*. A partir desse plano o setor urbano costeiro foi totalmente modernizado permitindo um novo uso do espaço e uma nova relação da cidade com o mar (FIGURA 05 e 06). Esta transformação exigiu mudança na lei do uso do solo da área prevista no *Plan General* de 1976, antes exclusivamente industrial. Na nova proposta foi permitido o uso múltiplo, e hoje a região abriga hotéis, comercio e residências, o que estabeleceu as bases para o primeiro bairro marítimo de Barcelona.

FIGURA 4 – ZONA COSTEIRA DE BARCELONA

FONTE: BLOGSPOT.COM , 2010

FIGURA 5 – VISTA DO PORTO OLIMPICO NOS ANOS 1960
FONTE: SKYSCRAPERCITY, 2010

FIGURA 6 – VISTA DO PORTO OLIMPICO EM 2000
FONTE: BLOGSPOT.COM, 2010

Os objetivos básicos do projeto, eram a criação de uma estrutura urbana com prioridade para o uso residencial e equipamentos de infra-estrutura adequados, criando uma identidade relacionada com os bairros vizinhos. Além disso: projetar vias contínuas e habitações vinculadas à morfologia existente; proporcionar áreas públicas, equipamentos e serviços; reutilizar edifícios antigos; recuperação da orla marítima e previsão de uma área de esportes.

De forma geral o plano de reestruturação urbana de Barcelona compreendeu:

- Um bairro residencial que reinterpretou a estrutura urbana do centro de Barcelona;
- A Avenida do Litoral que desafogou o trânsito sem produzir uma barreira entre o bairro e as praias
- Área de equipamentos costeiros, baseada em um uso hoteleiro, comercial e recreativo, que marcou um ponto de concentração de atividades de uma faixa do passeio marítimo;
- Passeio marítimo, de caráter peatonal, beirando as praias;
- Praias equipadas com deques, levando até o mar a qualidade, acessibilidade e legibilidade da cidade.

De acordo com Tello (1994) a estratégia do governo local de Barcelona, para não gerar dívidas aos cofres públicos, foi estabelecer certo equilíbrio entre os esforços do setor público e os interesses do setor privado, beneficiando-se assim das transformações na cidade. Com este objetivo, uma agencia local foi mobilizada para estudar possibilidades de aproveitamento das instalações esportivas depois dos jogos. Para diminuir o impacto negativo que o estádio olímpico ou o palácio de esportes poderiam causar, estes equipamentos foram providos de espaços para eventos culturais e eventos cívicos importantes.

Com base nessa estratégia, os gastos do Comitê Organizador Barcelonês (COOB) que seriam aproximadamente U$ 1 bilhões, representou para o cofre público apenas 9% do total, sendo o restante reembolsado com o comércio, como mostra a TABELA 2. Apesar da eficiência dessa parceria público-privada, o autor salienta, que foram poucos os pontos de convergência entre os objetivos públicos e os objetivos do mundo dos negócios. Esta parceria poderia, portanto, ter provocado tensões políticas se o processo de colaboração não tivesse sido estabelecido consensualmente.

TABELA 2 – FONTES DE REEMBOLSO DOS GASTOS PÚBLICOS

Fonte	% reembolsado
Venda de direitos de televisão aos jogos	33,30%
Doações de patrocinadores	27,70%
Títulos em venda de bilhetes de loteria moedas e selos comemorativos	18,50%
Venda das entradas para os jogos	5,50%
Licença de uso das imagens gráficas do evento	2,10%

FONTE: TURA E SUBIRATS, 1994 - ADAPTADA PELA AUTORA

Para Tura e Subirats (1994), existem chaves para as ações entre o setor público e o setor privado, enquanto um lado enxerga as necessidades como possibilidade de fazer negócio, o outro representa a população local, e dá voz a sua participação. Nas palavras dos autores:

> *"una comunidad de negocios capaz de entender los retos que puede afrontar una ciudad en un momento dado y de interpretar estas necesidades colectivas como oportunidades para hacer negocio y procurar prosperidad (drucker, 1984) y una clase de políticos sin miedo de ver su papel através de otros ojos y capaces de combinar su posición legítima de liderato colectivo con factores que facilitarán la participación de la comunidad, mientras se hace uso total de los recursos generados por la comunidad misma."* (TURA e SUBIRATS, 1994, p.03)

Passado o período dos Jogos Olímpicos fez-se um balanço dos avanços, da eficiência das políticas realizadas e do legado deixado pelo evento. De acordo com Tello (1994) das seis frentes estratégicas de ação para tornar a economia de Barcelona aquecida e reconhecida no cenário mundial, as que tiveram maior sucesso foram aquelas estabelecidas pelo governo local antes do plano estratégico, como por exemplo, a formação de recursos humanos e redução de desequilíbrios sociais. Este dado confirma a correta inclusão de projetos já em desenvolvimento nas linhas estratégicas do plano.

A média de realização das linhas estratégicas de atuação foi avaliada em função do compromisso dos responsáveis, do nível de aceitação, do grau de concretização da medida, do prazo de execução, da dotação orçamentária e do nível de implantação dos projetos. Segundo a autora, a frente de formação e recursos humanos foi realizada em 67,8%; a redução de desequilíbrio sociais em 49,6%; a atração comercial, cultural e turística teve 40,7% de efetividade; as ações que visavam a promoção industrial 40,7%; as estratégias para a implantação de infra-estruturas e serviços 40,0% de média; e a frente de serviços avançados em empresas teve 35,7% de realização.

Segundo Kennett (2006) o impacto do evento na cidade foi equivalente a 50 anos de desenvolvimento, ocorridos em apenas seis anos de preparo para as Olimpíadas. A realidade de Barcelona pós-olímpica é caracterizada por um modelo

de economia mista, que estabelece uma melhoria contínua de infra-estruturas e promoção da cidade como destino de turismo e de negócios. De acordo com dados estatísticos de 2006, obtidos no site de turismo da cidade, em 1990 o número de turistas era de 1,7 milhões; em 2002 as atividades turísticas correspondiam a 15% do PIB da cidade; em 2005 Barcelona recebeu aproximadamente 5 milhões de visitantes, chegando a 6.476.033 em 2009.

Barcelona tem ampla experiência em desenvolver planos estratégicos, e no setor turístico ocorreu o mesmo. O Plano Estratégico Turístico entrou em vigor em 2008, e teve como objetivo promover um modelo de turismo que potencializasse o equilíbrio entre os habitantes e os turistas, preservando os valores de identidade da cidade (ESTATISTICAS de turismo en barcelona, 2010). Isso mostra o aquecimento planejado e contínuo dos investimentos da cidade neste setor. Se comparada com outras cidades-sede olímpicas, como mostra a FIGURA 7, as taxas de crescimento do turismo em Barcelona são sempre crescentes.

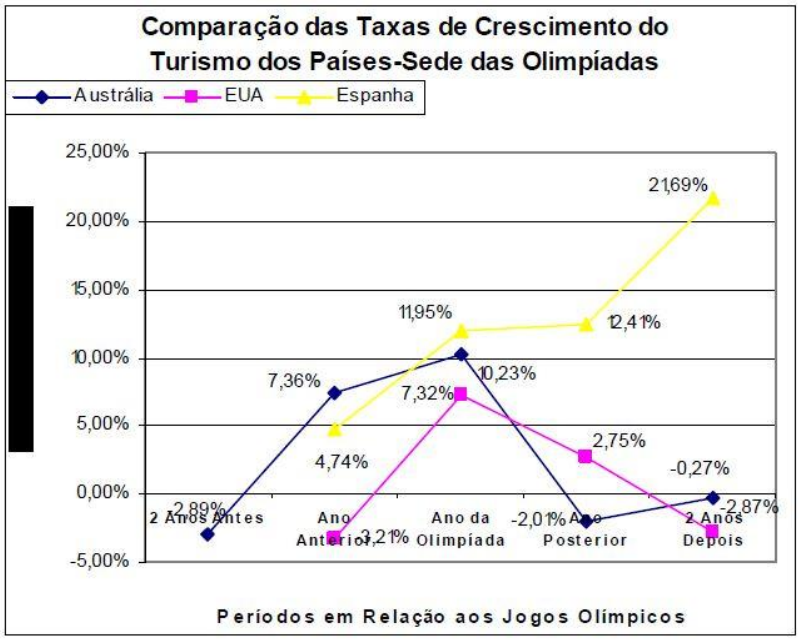


FIGURA 7 – COMPARAÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO TURISMO DOS PAÍSES-SEDE DAS OLIMPÍADAS
FONTE: CARVALHO E GAIO, 2006

Kennett (2006) destaca, que a promoção da cidade com relação a melhorias nas infra-estruturas, combinadas às boas perspectivas de emprego nos diversos serviços, somadas à melhor qualidade de vida, contribuíram para um aumento

drástico da chegada de imigrantes a cidade. Em 2005 o numero de estrangeiros chegou a 13% da população total, transformando a estrutura social da cidade e criando uma nova realidade multicultural em Barcelona.

Os jogos olímpicos aumentaram, sem dúvida, o número de instalações esportivas, ampliando também a promoção do esporte, e com isso, o interesse da população por atividades físicas. De acordo com Kennett (2006) 41% dos barceloneses que praticam esporte, aproveitam os novos espaços, como as praias artificiais e a orla marítima. O esporte tornou-se também uma ferramenta importante de integração entre os imigrantes e os habitantes. Segundo o autor, o governo da Catalunia adotou a prática do esporte como base de políticas públicas, a fim de assegurar estabilidade e coesão social em meio a uma diversidade populacional crescente.

Apesar de todos os legados positivos de desenvolvimento do capital industrial, comercial e imobiliário, aquecimento econômico, embelezamento da cidade, construção de infra-estruturas, aumento das práticas esportivas e do turismo, melhoria da qualidade de vida, e recuperação do centro histórico, questões como a alta terceirização e a dinamização do mercado imobiliário, podem também ser interpretados como legados negativos. Segundo Limonad (2005), muitas das intervenções que criaram novos espaços urbanos, não foram acompanhadas de uma preocupação em reservar a integridade do patrimônio histórico e cultural, o que rompeu os laços de pertencimento com a possibilidade de uso e apropriação da população residente. Um exemplo disso foi a renovação urbana radical no bairro Poblenou, onde foi construída a Vila Olímpica.

Segundo Tello e Martinez (1994), a alta valorização do mercado imobiliário, elevou o preço da habitação, e a população sem rendimento suficiente para pagar a compra ou o aluguel dos imóveis, foi obrigada a procurar condições mais favoráveis e acessíveis. Para Limonad (2005) a modernização de Barcelona foi acompanhada pela descaracterização gradual da cidade. A transformação do valor de uso social pelo valor de troca de áreas produzidas não ficou restrita apenas às grandes obras nas áreas periféricas. Existem regiões, como o Eixample (FIGURA 8), onde as intervenções dos agentes públicos e privados é menos visível e aparente, mas não menos impactante. Os espaços foram pensados e construídos principalmente para os visitantes e turistas, e não para atender as necessidades da população residente.

Nas áreas de interesse relevantes para colocar Barcelona no mapa mundial, a população foi expropriada, e nas áreas pouco estratégicas para os investimentos privados, a população permaneceu com as infra-estruturas de abastecimento elétrico, hidráulico e telefônico precárias (FIGURA 9).

FIGURA 8 – VISTA DO BAIRRO EIXAMPLE DIREITO
FONTE: LIMONAD, 2005

FIGURA 9 – EDIFICAÇÕES NO BAIRRO EIXAMPLE DIREITO
FONTE: LIMONAD, 2005

Riera (2004) afirma que a história urbanística esteve ligada às iniciativas municipais, ao protesto dos cidadãos e à negociação e legitimação midiática do projeto estratégico com apoio das elites. Embora os movimentos sociais não tenham gerado movimentos de massa, sempre influenciaram na construção física da cidade. Num primeiro momento, as reivindicações eram mais ligadas às necessidades

imediatas, fazendo frente às necessidades habitacionais em razão das expropriações e da falta de moradias. Num segundo momento, passaram a estar ligadas à de qualidade de vida, relacionada a forma e ao desenho da cidade.

Um bom exemplo de manifestação, foi a movimentação contra a demolição da fábricas de Poblenou (FIGURA 10). Can Ricard era um dos grandes complexos industriais do século XIX, situava-se no bairro de Poblenau, área, portanto, de grande interesse ao patrimônio industrial de Barcelona. No entanto, o governo local destruiu esse patrimônio histórico no final da década de 1980, sob a justificativa de que ali seria construída a vila olímpica para os jogos de 1992. O poder público ignorou as manifestações da sociedade e demoliu grande parte do complexo, não levando em consideração o legado cultural e histórico da área para a população local (FUGURA 11).

FIGURA 10 – MANIFESTAÇÃO DOS HABITANTES LOCAIS CONTRA A DESTRUIÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL CAN RICART**,** [198-]
FONTE: BLOGSPOT.COM, 2010

FIGURA 11 – REPRESSÃO DO PODER PUBLICO EM CAN RICART, [198-]
FONTE: BLOGSPOT.COM, 2010

Para o autor, mesmo tendo maior facilidade de diálogo entre os governantes numa administração democrática, não ocorreu em Barcelona uma mudança importante na participação dos cidadãos na construção da cidade. Na verdade a "democracia" da cidade não é participativa, e se resume em escutar as decisões de superioridade impostas pelo governo local, sem levar em consideração as expectativas da população. Riera (2004) afirma, que as associações de vizinhança, apesar de reconhecerem as melhorias nos bairros, dizem que existe um "despotismo ilustrado no urbanismo barcelonês dos últimos anos".

Apesar de todos os avanços positivos, a recessão econômica após os Jogos Olímpicos foi evidente. O capital privado foi à procura de novos mercados mais rentáveis e produtivos. Em razão disso, aumentou o desemprego em até 25%, houve corte das despesas públicas e a região metropolitana entrou em crise, devido à acentuação da hierarquização e da desigualdade sócio-espacial. Em resposta à nova situação socioeconômica foi proposto um novo plano, o 'II Plano Estratégico de Barcelona 2000', aprovado em 1994, que tinha como objetivo principal "acentuar a integração da área de Barcelona na economia internacional com o fim de garantir o seu crescimento, em termos de progresso econômico, social e de qualidade de vida".

Os demais objetivos e as grandes linhas de atuação foram baseados no balanço das seis frentes de desenvolvimento estabelecidas no I Plano Estratégico de 1988. O segundo plano estratégico baseou-se também na avaliação de cenários

geopolíticos, nas incertezas econômicas globais e pretendeu melhorar cada vez mais a capacidade de concorrência de Barcelona no cenário mundial, evitando que a economia perdesse sua dinamicidade depois dos Jogos Olímpicos. O objetivo maior integrou cinco linhas estratégicas, cada uma com objetivos, sub-objetivos, medidas ou ações:

a)Estratégia I: facilitar os processos de adaptação dos setores econômicos da área de Barcelona à economia internacional;

b)Estratégia II: promover a articulação econômico-social da área de Barcelona;

c)Estratégia III: gerar uma resposta positiva às novas necessidades de integração social;

d)Estratégia IV: assegurar o desenvolvimento de uma atividade econômica moderna no cenário mundial;

e)Estratégia V: posicionamento da área de Barcelona na economia internacional.

Em geral, o considerado sucesso obtido pelo planejamento urbano de Barcelona tornou-se um modelo mundial, na medida em que o discurso do plano estratégico foi, de certo modo, cumprido na prática. No entanto, o plano estratégico baseado na cidade-empresa e na cidade-mercadoria, visualizando o lucro e a produtividade gerou espaços que excluem muitos de seus habitantes, incluindo apenas o público passageiro e solvente. Segundo Riera (2004), “não se pode prescindir do usuário se realmente se pretende construir uma cidade para todos”. No caso de Barcelona, o planejamento foi claramente feito para turistas e grandes investidores, e esse era um dos objetivos principais do plano. Portanto, é possível afirmar que o planejamento estratégico, quando visa prioritariamente os investimentos econômicos e não os sociais, está desvinculado do principio norteador da prática do planejamento urbano, o de integrar seus espaços e a sociedade como um todo, num movimento de transformação positiva para todos.

Para Sánchez (2001), Barcelona se insere num caso paradigmático de modernização urbana, no qual as imagens-síntese são promovidas de tal maneira, que não deixam dúvidas ou margem para interpretações da informação que veiculam. Ao construir uma cidade simbolicamente eficiente, as imagens-sintese conseguem produzir fatos sociais inquestionáveis. Constróem assim uma realidade

parcialmente verdadeira através de um conjunto de informações fragmentadas, baseadas numa única perspectiva. São imagens de poder, de convenção social, e portanto, de uma política questionável. Segundo a autora, o novo projeto de cidade, construído para fundamentar as transformações positivas e negativas vinculadas ao megaevento esportivo, reinventa a cidade e busca a conotação simbólica na valorização do 'novo', evitando conflitos e construindo um consenso da maioria. A política do *city marketing,* utilizada como instrumento de legitimação do Plano Estratégico, promove a coesão social e o consenso quando leva a maioria da população a ter uma participação representada e passiva no projeto da cidade. Sendo assim, é estabelecida uma nova condição da cidadania, quando os protestos e reivindicações são controlados e abafados para manter uma ordem social, que, como afirma a autora, é o motor para desenvolvimento do novo projeto da cidade, a ser reconhecido mundialmente.

Foi, portanto, a partir do planejamento estratégico que Barcelona conseguiu se destacar mundialmente, tornando-se um produto a ser vendido no mercado mundial de cidades, transformando seu contexto sócio-espacial de acordo com os interesses de compradores, e não de acordo com as necessidades dos habitantes.

> *"En Barcelona se han reducido las desigualdades, pero no por un proceso de movilidad ascendiente de las clases populares, sino porque buena parte de éstas está siendo, poco a poco, sustituida o expulsada por quienes tienen mayor poder adquisitivo. Barcelona será cada día una ciudad más rica porque se debe contar con recursos para vivir en ella, y con una población más envejecida, ya que los que se tienen que marchar son los jóvenes"* (FAVB[30]*, apud* SANCHEZ, 2001, p. 42).

Se a maneira como foram reduzidos os espaços de desigualdade em Barcelona, conforme cita FAVB, for a forma mais correta de desenvolver um planejamento urbano, a maioria das cidades comercializadas no mercado mundial segue uma boa forma de estruturação do espaço. No entanto, se o principio da igualdade social é gerar espaços comuns, sem exclusão, a forma mais digna de

[30] FAVB. La Barcelona de Maragall. Barcelona: Federación de las Asociaciones de Vecinos de Barcelona, n. 10-11, nov.-dez.1992

construir o espaço urbano não se dará por meio do planejamento estratégico, pontual e efêmero.

4.2 RIO DE JANEIRO – JOGOS PAN AMERICANOS DE 2007

Nas Olimpíadas de 1932, em Los Angeles, EUA, inspirados pela realização dos primeiros Jogos Centro-Americanos, alguns representantes de países latino-americanos no Comitê Olímpico Internacional (COI) propuseram a criação de uma competição entre todos os países das Américas, com o intuito de desenvolver o esporte na região. Assim foram criados os Jogos Pan-Americanos, evento esportivo realizado de quatro em quatro anos, que envolve atletas da América do Norte, América do Sul e América Central. Segundo mostra a QUADRO 4 já foram realizados quinze Jogos Pan Americanos, sendo o último no Rio de Janeiro - Brasil.

ANO	CIDADE	PAIS
1951	Buenos Aires	Argentina
1955	Cidade do México	México
1959	Chicago	Estados Unidos
1963	São Paulo	Brasil
1967	Winnipeg	Canada
1971	Cáli	Colômbia
1975	Cidade do México	México
1979	San Juan	Porto Rico
1983	Caracas	Venezuela
1987	Indianápolis	Estados Unidos
1991	Havana	Cuba
1995	Mar del Plata	Argentina
1999	Winnipeg	Canadá
2003	Santo Domingo	República Dominicana
2007	Rio de Janeiro	Brasil

QUADRO 4 – LISTA DAS CIDADES SEDE DOS JOGOS PAN AMERICANOS
FONTE: HISTORIANET, 2010

Segundo Amendola (2002), a partir da década de 1990 a administração municipal do Rio de Janeiro incorporou a ideologia do Plano estratégico inspirada na cidade de Barcelona, e que tem como objetivo maior tornar a cidade funcional do ponto de vista da competitividade, sob a lógica mercadológica de cidades.

A década de 1990 se caracterizou, no Brasil e na América Latina, como um período de introdução de princípios neoliberais na política econômica do país, e como conseqüência, aconteceram privatizações de empresas públicas, liberalização do comércio, diminuição do papel do governo na economia e no âmbito dos aspectos sociais, etc. Esse ideário neoliberal passou a imperar nas decisões políticas e conduzir também o futuro das cidades. De acordo com essa lógica, o Estado intervém minimamente nas decisões sócio-econômicas e os grandes atores políticos são os empresários e investidores. É nesta perspectiva, que se insere o planejamento da cidade do Rio de Janeiro para receber os jogos Pan-americanos de 2007.

Segundo Reginensi (2008), em 1996 foi publicado pela prefeitura municipal e pelo setor empresarial o primeiro Plano Estratégico do Rio de Janeiro, "*Rio Sempre Rio".* O Plano Estratégico I, já havia sido elaborado desde 1993 com a consultoria de J. Borja e M. Castells (consultores espanhóis), e dizia ser a solução para reverter o quadro de decadência da cidade. O quadro de estagnação econômica se dava pela falta de empregos, moradias, infra-estrutura, deteriorização de equipamentos urbanos, problemas de mobilidade, a falta de infra-estrutura moderna (transportes e telecomunicações), obsoletismo do porto e a insegurança dos habitantes e turistas, dentre outros fatores. O planejamento estratégico prometia tornar o Rio de Janeiro atraente aos investimentos do poder público e privado, e traria oportunidades para o enfrentamento da pobreza e da exclusão social no município por meio do esporte.

De forma geral, como cita Sanchez e Biensnstein (2001), utiliza-se a implementação de grandes projetos urbanos sob o discurso da promoção do desenvolvimento econômico local, quando na verdade o discurso cria bases simbólicas para legitimar as transformações. Segundo os autores, as sucessivas administrações públicas, desde 1992, com a eleição do prefeito Cesar Maia, tinham como objetivo promover a cidade no cenário mundial. Para tanto, foram desenvolvidas inúmeras intervenções e transformações urbanas, a fim de preparar a cidade para sediar o mega evento esportivo.

Em 2001 foi publicado o Plano Estratégico II, “As cidades da Cidade”, que dividia a cidade em 12 regiões de planejamento (FIGURA 12), com o objetivo de prever, identificar e mobilizar os potenciais de cada uma dessas regiões, traçando o futuro delas e desenhando uma nova metrópole com a participação de todos os cidadãos. O plano continuava com a intenção de tornar a cidade cada vez mais competitiva para sediar um grande evento, “capaz de enfrentar os desafios de novos paradigmas introduzidos pela revolução tecnológica na era da globalização*:* cidades adaptáveis, flexíveis, receptivas e capazes de inovar” (REGINENSI, 2008, p.02). Nas propostas, o plano apresentava 12 objetivos centrais, 68 estratégias, 1154 projetos e uma média de 96 projetos em cada uma das 12 regiões.

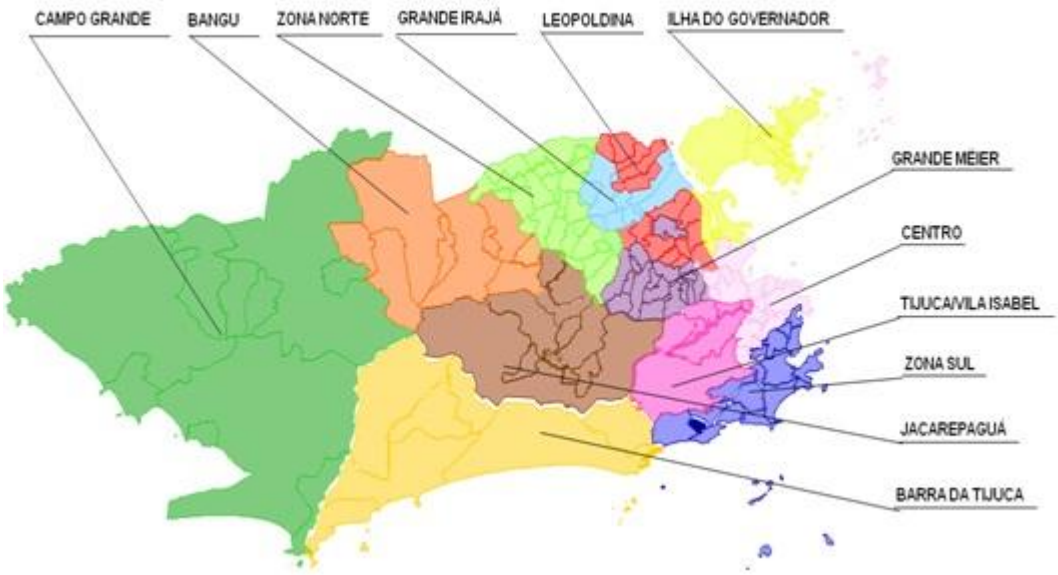


FIGURA 12 - CIDADE DO RIO DE JANEIRO SUBDIVIDIDA EM 12 REGIÕES ESTRATÉGICAS DE PLANEJAMENTO
FONTE: SITE PREFEITURA RIO DE JANEIRO

Com a fracassada tentativa de sediar os jogos Olímpicos de 2004, o governo municipal passou a utilizar estratégias de marketing ainda mais fortes, para tornar o Rio de Janeiro mais competitivo. As características positivas eram exaltadas na mídia, suas qualidades geográficas (clima quente, praias) e sociais, como o convívio ‘amigável’ de diferentes classes sociais, se tornaram cada vez mais conhecidas, e com isso a cidade foi eleita a mais simpática do mundo pela New Scientist em 2003, e o melhor destino da América Latina segundo a Travel Weekly em 2004. Todo esse

esforço foi coroado com a escolha do Rio de Janeiro para sediar os jogos Pan Americanos-2007 em 2002.

Assim como em Barcelona, Sanchez e Biensnstein (2001) destacam que no Rio de Janeiro foram criadas secretarias provisórias para coordenar e planejar a execução dos jogos. A então Secretaria Especial do Rio 2007 tinha como objetivos: proporcionar condições de treinamento, competições e capacitação técnica aos atletas e profissionais envolvidos nos Jogos Pan-Americano; e implantar projetos, interagindo com o Comitê Olímpico Brasileiro, clubes e entidades desportivas de todo o país, com intenção de identificar atletas em formação com potencial para participar dos jogos. Estes novos arranjos institucionais visavam agilizar os processos e as tomadas de decisões relacionadas ao evento.

Outra medida, de acordo com Sanchez e Biensnstein (2001), foi a iniciativa do governo local em adotar parcerias estratégicas com o setor privado, a fim diminuir os gastos e responsabilidades financeiras na implementação de parte da infra-estrutura necessária para o evento. A fim de manter o equilíbrio dos gastos, a administração municipal utilizou medidas como, a transferência de parte dos custos de execução das obras, assim como parte da administração de equipamentos da prefeitura e a concessão do direito de uso de alguns espaços, para os grandes investidores estrangeiros. No entanto, com esta parceria, percebeu-se que o governo local dependia cada vez mais das decisões e dos investimentos do empresariado. Exemplo disso, foi a mudança na legislação urbana, que passou a se adequar aos grandes projetos e não mais ao interesse da sociedade. Para a implantação da Vila do Pan na Barra da Tijuca, deu-se a liberação do gabarito e a ampliação do índice de aproveitamento do terreno onde está situado o empreendimento. O que aconteceu foi a tendência da cidade se reestruturar completamente em função do evento e não o contrário, que seria o evento se adaptar à cidade e aos valores nela existentes.

Como aponta Sánchez e Biensnstein (2001), as obras relacionadas ao evento deveriam se distribuir ao longo de quatro áreas ou anéis conectados por grandes estruturas viárias e modalidades massivas de transporte. Observou-se, no entanto, que o discurso inicial da administração local, da justa distribuição dos empreendimentos no território urbano não foi cumprido. A maior parte dos investimentos e equipamentos relacionados se concentrou na Barra da Tijuca, onde

ocorreram 70% das competições (FIGURA 13), ainda que acompanhados da implantação de vários equipamentos em outros bairros da cidade, tais como o Estádio Olímpico do Engenho de Dentro, o “Engenhão”; o Complexo Esportivo do Autódromo; o Centro de Convenções do Rio-Centro e o Complexo Esportivo da Cidade do Rock, a revitalização da orla marítima, da cidade do esporte, do complexo esportivo Riocentro, a despoluição da Baía de Guanabara, etc.

Algumas das melhorias em mobilidade previstas seriam: a construção da Linha Amarela, importante via de ligação entre a Zona Norte e a Zona Oeste, uma nova linha de barca da Barra da Tijuca até o centro, um bonde até o aeroporto, e a duplicação da linha expressa que liga o bairro da Barra da Tijuca à zona sul.

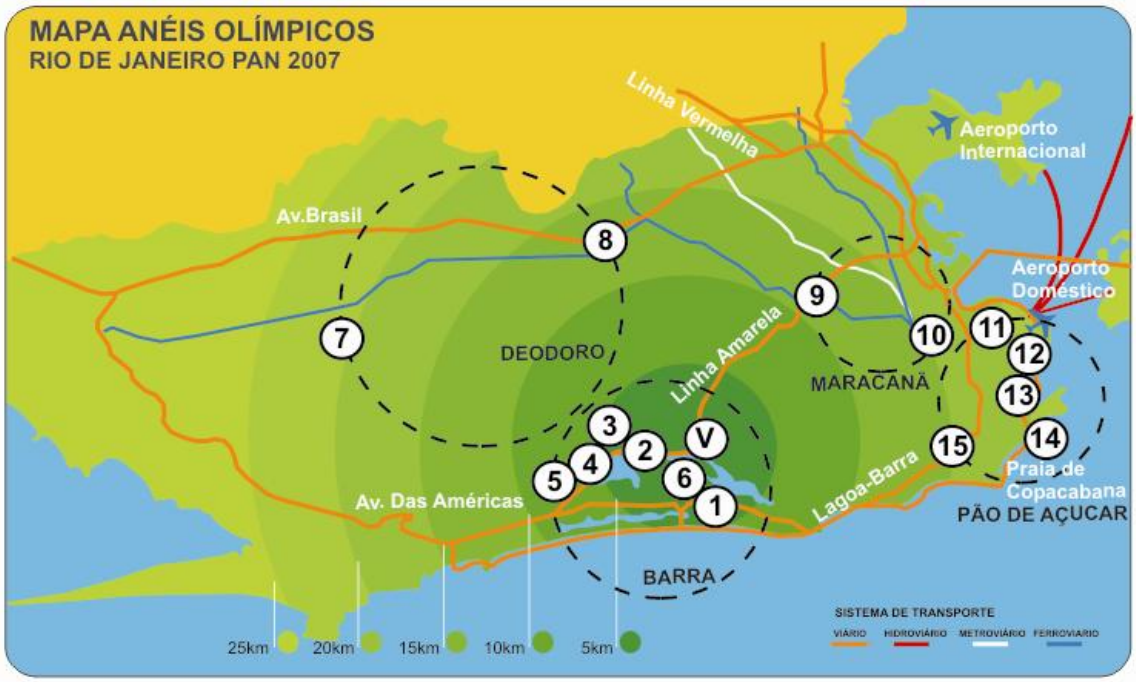


FIGURA 13 - ANÉIS OLÍMPICOS DO PAN 2007
FONTE: SANCHEZ e BIENENSTEIN , 2001

Para efeito de estudo, serão analisados neste trabalho a intervenção na orla da praia de Copacapana, o impacto da Vila Panamericana e as conseqüências das

medidas de segurança, já que estes foram um dos projetos que tiveram maior repercussão na mídia local e internacional.

4.2.1 Projetos Urbanos e processos de reestruturação do espaço

Segundo Reginensi (2008), a orla da cidade do Rio de Janeiro foi objeto de um projeto de reabilitação, que consistiu num primeiro momento em reordenar os quiosques de venda de comidas e bebidas. Os novos quiosques (FIGURA 14) possuiriam banheiros, cozinha e depósito subterrâneos, além de um *deck* avançando sobre a areia, permitindo a liberação de espaço no calçadão. O projeto foi fruto de uma parceria entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a empresa Orla Rio, e tinha como objetivo a revitalização dos quiosques da orla da cidade, dinamizando economicamente e culturalmente o espaço de 8 praias: Leme, Copacabana, Arpoador, Ipanema, Leblon, São Conrado, Barra da Tijuca e Recreio.

FIGURA 14 – NOVO QUIOSQUE DO PROJETO ORLA RIO, 2009
FONTE: JORNAL DO BRASIL ONLINE , 2010

O evento do Pan acabou servindo de pretexto para a erradicação da pobreza urbana (moradores de rua, vendedores ambulantes) das áreas a beira mar, cartão postal da cidade para o turismo internacional. Reginensi (2008) aponta a falta

de participação dos diversos atores envolvidos com a economia da praia nesse processo, como os vendedores ambulantes, os barraqueiros que armam as barracas nas areias, e os responsáveis pelos quiosques, que tomaram conhecimento do projeto de revitalização por meio da construção dos tapumes. De acordo com a autora, a iniciativa colocou em evidência ao mesmo tempo os desafios econômicos e simbólicos do espaço, “em torno do qual convergem fluxos de turistas e habitantes e as estratégias inerentes à sua valorização”.

Reginensi (2008) considera que o projeto é insustentável do ponto de vista social, já que fragilizou os quiosqueiros que não possuiam recursos para competir com o capital multinacional. Uma parte destes quiosques foi comprada por firmas consolidadas vinculadas ao capital internacional, tais como Coca-Cola, Nestlé, Mc Donald’s, Bob’s, substituindo o trabalho de pequenos empresários. Segundo Dilascio (2009), é a própria empresa Orla Rio que intermedia a negociação entre proprietários dos quiosques e empresas anunciantes, e recebe em troca 10% das vendas de cada estabelecimento. Além disso, para permitir o *marketing* de empresas de comidas e bebidas nos novos quiosques, a legislação municipal sofreu alterações.

> “Essa invasão do marketing, porém, esbarra no 5º parágrafo do Artigo 463 da Lei Orgânica Municipal (LOM), que diz que “é completamente proibida a publicidade exposta na orla marítima”. Em 2007, o artigo sofreu alteração, e a legislação passou a permitir a propaganda dentro dos limites do estabelecimento comercial, como esclarece o parágrafo 8º. Porém, o que se vê na prática são letreiros nas coberturas, com a conivência da prefeitura, que ignora a prática nas operações de choque de ordem.” (DILASCIO, 2009)

Em resumo, o projeto da empresa Orla Rio acabou excluindo grande parte da população residente do trabalho legal, muitos indivíduos não conseguiram se cadastrar para trabalhar na areia ou calçadão, e passaram a sofrer os impedimentos da legislação e da ação da Guarda Municipal. Segundo Sá (2010) a prefeitura municipal e a Secretaria Especial de Ordem Pública (Seop) lançaram o projeto “Operação Choque de Ordem” na orla do Rio de Janeiro. Segundo a prefeitura o projeto ofereceria mais segurança e tranqüilidade para os turistas e habitantes. O nível de segurança aumentou, mas o que se viu, foi também um alto controle e

fiscalização do trabalho dos vendedores ambulantes e dos barraqueiros, que passaram: a ter horário de entrada e saída da areia, a ser obrigados a utilizar barracas padronizadas, a ser proibidos de vender bebidas e alimentos não industrializados, e dispor o número limitado de cadeiras e sombreiros para aluguel. Neste contexto de conflito, surgiu a cooperativa Orla Legal formada pelos quiosqueiros, barraqueiros e vendedores ambulantes, que passou a resistir ao projeto do novo quiosque da Orla, e tem procurado defender os diretos dos vendedores que não trabalham nos novos quisques.

Segundo a reportagem Vila Panamericana (2007), o projeto de construção da Vila Panamericana, (FIGURA 15) situado na Barra da Tijuca, segue padrões estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e atende a todas as exigências da Organização Desportiva Pan-Americana (Odepa), promotora do evento. O complexo tem 17 edifícios, totalizando 1.480 apartamentos de um a quatro quartos. A construção previa, piscina, ciclovia, pista para *cooper* e corrida, quadras poliesportivas, sauna, *fitness center* e salas com computadores para acesso à internet, além de serviços permanentes de assistência médica. A escolha do local deu-se pela proximidade de onde seriam realizadas mais de 60% das provas, de onde também estariam o Centro de Imprensa Principal (MPC) e o Centro Internacional de Transmissões (IBC). Segundo a informação veiculada, essa vila deixaria um grande benefício para a cidade, servindo posteriormente de residência para os habitantes locais, contribuindo para amenizar o déficit habitacional do município.

FIGURA 15 - PROPAGANDA DA VILA DO PAN
FONTE: SLIDESHARE.NET, 2010

Segundo a mesma reportagem, o governo federal, através da CAIXA ECONÔMICA, financiou R$ 189 milhões para a concretização da obra, que foram retirados do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), fundo destinado para projetos populares. A prefeitura investiu R$ 40 milhões em obras de infra-estrutura e R$ 100 milhões no direito de construir da Vila Panamericana. Além disso, houve mudanças nos parâmetros construtivos da área, tais como taxa de ocupação e aumento do gabarito para favorecer a implantação da obra.

> "[...] no local, o gabarito era de apenas 2 andares. A Prefeitura encaminhou proposta à Câmara para que o gabarito aumentasse para 10 andares. Com isso, agregou 8 pisos,ou seja, agregou um valor ao terreno que possibilitou o interesse da iniciativa privada e a construção da Vila, pela Agenco, que investiu R$250 milhões. Desta maneira, multiplicou por 5 o valor construído na área. Só o chamado "solo criado" já equivaleria aos R$140 milhões." (VILA PANAMERICANA, 2007)

Segundo a Associação de Moradores do Canal do Anil (2009) para a implantação da Vila Panamericana, a Prefeitura e a Guarda Municipal desabrigaram famílias e demoliram várias casas do Canal do Anil, com o argumento de que a comunidade estava situada em área de risco, devido ao terreno instável, sujeito à inundações, e situado numa faixa marginal de rio. De acordo com a Lei Orgânica do município as remoções só poderiam acontecer após o risco ser atestado por meio de um laudo técnico, além disso, elas deveriam ser negociadas e não forçadas, e as famílias realocadas em lugar urbanizado nas proximidades. De acordo com Lima (2008), durante a construção da Vila a empresa Rio Massa Engenharia Ltda, responsável pelas as obras, dava às famílias que desabrigava cheques com valores entre R$ 3 mil e R$ 11 mil.

Rangel (2005) afirma, que a venda dos apartamentos da Vila do Pan foi recorde no Brasil, cerca de 1.300 dos 1.480 apartamentos foram vendidos em apenas um dia, em menos de oito horas, antes mesmo do projeto ter sido finalizado. Um apartamento com uma suíte custou cerca de R$ 100mil, um de duas R$200mil e as unidades de três suítes foram vendidas pelo valor médio de R$ 290mil. Os proprietários dos novos apartamentos acreditavam que poderiam valorizar o dinheiro investido em mais de 30%, num um caso explícito de especulação imobiliária.

Segundo Nunes (2008), passada a euforia do evento, ocorreu uma grande desvalorização da área, em especial pelo não cumprimento das promessas de construção de quadras de esportes, de um centro comercial próximo, e de uma estação de tratamento de esgoto. Além disso, pelo fato do terreno não ser apropriado para grandes obras, surgiram buracos dentro do condomínio, deslizamento de terras e alagamento dos estacionamentos construídos no subsolo. Alguns dos proprietários venderam seus imóveis por preços abaixo do que pagaram, com medo da desvalorização crescente e da ampliação de seu prejuízo.

Segundo Tabak (2007), o Rio de Janeiro teve recorde de investimento em segurança diante o evento do Pan em 2007: R$ 562 milhões do governo federal, o maior montante investido de uma só vez num único estado. De acordo com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) 75% desse investimento - cerca de R$ 420 milhões - ficaria como legado da União para o Estado do Rio de Janeiro.

Segundo Davis (2007), no terceiro mundo urbano, os pobres tem medo dos grandes eventos internacionais de alto nível, pois sabem que eles levam as autoridades a ‘limpar’ a cidade e, no caso, eles são a sujeira. Nos dias atuais, melhorar a paisagem da cidade a partir de projetos de renovação urbana, para criar sócio-economias homogêneas na cidade e promover assim a segurança pública, são discursos utilizados como pretextos para legitimar os despejos e a remoção das favelas.

Como afirmou um coronel da Força Nacional do Pan-2007, diante de um evento mundialmente conhecido é importante assegurar a boa imagem do país. Em reportagem, Juste (2006) afirma que a Força Nacional foi criada em 2004 para atuar em situações de crise ou para apoiar os governos estaduais fazendo a segurança de grandes eventos. É formada por bombeiros, policiais militares, rodoviários e voluntários, e só entram em ação quando requisitados. Para o evento do Pan-americano, a Força Nacional teve treinamento específico para garantir a segurança dos atletas e turistas. Com este contingente, o governo procurou mostrar eficiência na questão da segurança pública, para que o evento ocorresse normalmente e os turistas circulassem sem medo (FIGURA 16).

FIGURA 16 – SEGURANÇA NO PERÍODO DOS JOGOS PANAMERICANOS, 2007
FONTE: JORNAL O GLOBO ONLINE , 2010

De acordo com Benedicto (2009), o caso que mais ficou conhecido na mídia, na tentativa do governo afirmar sua força e criar uma sensação de segurança, foi a ocupação do Complexo do Alemão, que resultou numa operação de 44 mortos. A estratégia era bloquear as principais vias de acesso à favela e desarmar a quadrilha que atuava no local. No entanto, enquanto o governo local afirma que foi uma repressão necessária, críticos rebatem dizendo que foi uma operação estratégica para atrair a atenção da mídia e mostrar a eficiência do policiamento na cidade.

Salles (2007) lembra que a operação teve cobertura completa da imprensa. Nos dias 28 e 29 de junho de 2007 saíram nove páginas sobre o assunto no Jornal O Globo, reforçando e apoiando o papel do Batalhao de Operações Policial Especializada (Bope).

Pode se considerar que do ponto de vista do *marketing,* o objetivo foi cumprido. Segundo levantamento do setor turístico, o evento trouxe uma média de 553 a 626 mil turistas, e gerou uma renda em torno de US$ 617 a US$ 698 milhões (RIO convention bureau, 2009). Um dos objetivos do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e da Prefeitura do Rio de Janeiro era fazer dos jogos Pan-americanos uma “vitrine” para a cidade, o que lhe capacitaria para sediar as Olimpíadas no futuro. De fato, as modernas instalações esportivas somadas as transformações na infra-estrutura, a imagem vendida da cidade carioca turística e segura, possibilitaram ao Rio de Janeiro sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos olímpicos em 2016.

Após fazer um levantamento de dados nos jornais depois do evento, Gurgel (2008) mostra que as obras não realizadas e o atraso dos projetos foram

considerados ‘pequenas falhas’, que não afetaram o evento, nem tampouco a imagem da cidade. Na verdade os Jogos Pan-americanos serviram de impulso para a possível candidatura de sede da Copa em 2014 e de sede dos Jogos Olímpicos em 2016, considerndo-se o objetivo atingido. A prefeitura passou então a elaborar relatório para agradar os votantes do Comitê Olímpico Internacional (COI), que admite a miséria na cidade, mas também defende o aproveitamento das belezas naturais, o sucesso do Pan e a presença de um povo acolhedor. Para tanto, o Plano Estratégico II foi aprimorado, culminando com o surgimento do III Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro que, seguindo a mesma lógica neoliberal, buscou justificar todas as transformações e adaptações no espaço urbano entre 2007 e 2010.

Segundo Couto [ca 2008], apesar de seu sucesso midiático, pode-se afirmar que os Jogos Pan Americanos foram um fracasso, em especial no que se refere aos objetivos de prover um legado para a cidade e um modelo inclusivo de gestão urbana aliado ao esporte. Muitos dos projetos previstos numa Agenda Social do Pan, como a despoluição de lagoas e a construção de infra-estrutura viária não foram cumpridos. Além disso, privatizou-se um dos maiores centros de convenções da cidade, o Riocentro; comunidades carentes foram removidas sem qualquer política habitacional; tentou-se construir um shopping no estádio de Remo da Lagoa Rodrigo de Freitas, descaracterizando o uso esportivo; a Vila do Pan foi apropriada de forma elitista; e a maior parte das instalações esportivas do evento encontra-se hoje subutilizada ou mesmo abandonada.

Segundo Sánchez e Biensnstein (2001) ocorreu uma grande valorização imobiliária no entorno direto das obras, nomeada Área de Influencia Direta do PAN 2007. Segundo os autores, nos últimos dez anos, nessa região observa-se uma valorização constante dos preços imobiliários dos apartamentos residenciais, que iniciou antes mesmo do anúncio da vitória da candidatura do Rio de Janeiro.

Para os autores, a idéia de conceder à iniciativa privada boa parte dos equipamentos que abrigaram os jogos do evento, na tentativa de diminuir os gastos públicos, intensificou a tendência à exclusão dos setores menos favorecidos da cidade. Afirmam ainda, que as diversas concessões de uso de equipamentos públicos, reforçam a tendência de um urbanismo calcado em grandes projetos e no empresariamento urbano, num processo contrário a propostas de transformação

urbana que visem justiça distributiva e equidade social. Segundo aponta Couto [ca 2008], nenhuma das arenas construídas para o evento encontram-se abertas ao uso dos cidadãos, e lembra que todas foram financiadas com dinheiro público (Estádio Olímpico do Engenhão, Velódromo da Barra, Arena Multiuso, Parque Aquático Maria Lenk).

Diante de promessas não cumpridas, de flexibilizações da legislação urbana, de despejos e descasos pelas questões sociais, surgiram também atores que procuram intervir criticamente na implementação da iniciativa do Pan – 2007. Segundo aponta Sánchez e Biensnstein (2001), os movimentos de resistência organizados por servidores públicos, partidos políticos, delegações de outros estados e movimentos sociais (MST, o Fórum Estadual de Luta pela Reforma Urbana (Felru), a Rede contra a Violência, a Frente contra Remoção e pela Moradia Digna e a CUT/RJ) não se mostraram contrários à realização dos jogos na cidade, mas se manifestaram contra o modo como o projeto do evento foi sendo implantado, de maneira autocrática e sem participação da população. Segundo Bertolotto (2007) para parte da população o Pan Americano passou a ser chamado de Pandemônio, e os protestos eram contra a violência, a miséria, a desigualdade social, os gastos públicos destinados às obras do Pan-Americano, e a política de segurança implantada nas vésperas dos jogos. Apesar de encontrarem pouco espaço na mídia, estes movimentos procuraram refletir e atenuar as conseqüências, conquistas e os prejuízos da cidade, desmistificando assim a imagem de uma cidadania unificada e a idéia de um consenso social condizente com as inúmeras transformações (SANCHEZ; BIENSNSTEIN, 2001).

Benedicto (2009) afirma, que durante todo o conflito, ocorreram diversas manifestações contestando a falta de participação popular, de uma reflexão a respeito dos possíveis impactos negativos do evento, e a ampliação da desigualdade urbana (FIGURA 17). Segundo a autora, os protestos já eram comuns na cidade desde antes do Pan, no entanto, a pressão sobre os movimentos existentes se intensificou ao longo do processo. Sendo assim, a realização do evento permitiu uma articulação dos diferentes grupos de resistência, que antes atuavam de forma isolada pela cidade, e que se associaram para constituir o Comitê Social do Pan.

FIGURA 17 - MANIFESTAÇÃO NO MARACANÃ - DIA DA ABERTURA DO PAN RIO 2007
FONTE: BLOGSPOT , 2010

Para Couto [ca 2008], em síntese, percebe-se que o planejamento geral do Pan e as intervenções urbanas arbitrárias, são ações alheias a uma política social e de turismo por meio do esporte, que em tese beneficiaria a população da cidade, e em particular os segmentos mais pobres.

Lima (2007) afirma que de acordo com o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) de Setembro de 2008, os gastos totais inicialmente previstos em 2001, em torno de R$ 400 milhões, chegaram ao patamar de aproximadamente R$ 3,3 bilhões. A falta de planejamento do Comitê Organizador e o aporte insuficiente de recursos dos patrocinadores, geraram várias irregularidades na prestação de contas do Ministério do Esporte, que acabou arcando com grande parte dos custos dos jogos. Segundo Celso Sartori, professor de marketing da escola de negócios Ibmec-Rio, "faltou ao Rio um projeto que coordenasse o comprometimento das autoridades com as melhorias". O ministro Marcos Villaça do TCU, aponta como problema a falta de um plano de metas, já que muitos projetos nem sequer tinham prazo para conclusão, além do superdimensionamento da estrutura esportiva, que causou atrasos nas obras e gastos demasiados. Segundo o ministro, “devido à sucessão de atrasos e imprevistos, os serviços passaram a ser contratados às pressas, sem licitação”, para evitar a impressão de inexistência de organização e infra-estrutura por parte dos habitantes (LIMA, 2007).

Segundo Sánchez e Biensnstein (2001), uma cidade que cresce a partir do processo de planejamento estratégico, visando a sua venda, constrói espaços

propensos à exclusão e distribuição desigual de oportunidades. Para os autores, o urbanismo olímpico, que sinaliza o suposto renascimento das cidades por meio de megaeventos, constrói citadinos patriotas defensores do evento e uma minoria da população com poder econômico suficiente para ter acesso aos seus benefícios.

Em resumo, o plano para receber o Pan - 2007 no Rio de Janeiro não é um bom exemplo a ser seguido, já que o evento foi superfaturado, não deixou nenhum desenvolvimento positivo para a sociedade, aumentou a especulação imobiliária, a segregação sócio-espacial e as tensões sociais (RAMOS, 2007). Conforme afirma Benedicto (2009), os legados efetivos foram poucos, já que os ganhos com infra-estrutura urbana, projetos sociais, valorização da prática esportiva foram deixados em segundo plano. Os gastos dos cofres públicos não foram revertidos à população residente, e quem acabou se beneficiando dos investimentos públicos foram os grandes empreendedores. De maneira geral, o discurso neoliberal impõe ao governo local a compreensão de que os investimentos devem se dar nos setores que viabilizam o empresariamento da cidade. Nessa lógica, os investimentos nos demais setores públicos diminuem, contribuindo para o descontentamento da população, o agravamento de conflitos sociais, o crescente processo de favelização, gerando, portanto, cidades cada vez mais, social e espacialmente, segregadas e injustas.

4.3 JOHANESBURGO – COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2010

Essa competição internacional de futebol foi criada pelo francês Jules Rimet, em 1928, após ter assumido o comando da instituição mais importante do futebol mundial, a FIFA. A Copa do Mundo é um evento que a acontece a cada quatro anos desde 1930. De acordo com a notícia Oficial! A Copa do Mundo é nossa (2007) a escolha das sedes da copa se dá segundo os seguintes critérios de avaliação:

- uso da verba disponível para o evento,
- venda de ingressos,
- estádios,
- estrutura para treinamentos,
- facilidades para a mídia,
- possibilidade de realização de congressos e eventos,

- segurança,
- telecomunicações,
- transportes,
- capacidade de acomodação.

Entre os países já escolhidos pela FIFA para ser sede de uma Copa do Mundo de Futebol (QUADRO 5), todos se situavam na América do Norte, América Central, na Europa, na Oceania, ou na América do Sul. No entanto, de acordo com reportagem Perguntas e Respostas (2007), a Fifa decidiu adotar um rodízio entre os continentes com o objetivo de garantir a realização de Mundiais em países menos ricos e menos tradicionais no futebol. Em razão dessa diretriz, o evento mundial foi levado à Asia em 2002, África em 2010 e trazido à América do Sul em 2014.

ANO	**PAIS SEDE**	**CONTINENTE**
1930	Uruguai	América do Sul
1934	Itália	Europa
1938	França	Europa
1950	Brasil	América do Sul
1954	Suíça	Europa
1958	Suécia	Europa
1962	Chile	América do Sul
1966	Inglaterra	Europa
1970	México	América Central
1974	Alemanha Ocidental	Europa
1978	Argentina	América do Sul
1982	Espanha	Europa
1986	México	América Central
1990	Itália	Europa
1994	Estados Unidos	América do Norte
1998	França	Europa
2002	**Coreia do Sul e Japão**	**Asia**
2006	Alemanha	Europa
2010	**Àfrica do Sul**	**Africa**
2014	Brasil	América do Sul

QUADRO 5 - PAÍSES SEDE DA COPA DO MUNDO
FONTE: HISTORIA DAS COPAS DO MUNDO, 2010

Segundo Filho[31] [200-], até 1994, a África do Sul era governada exclusivamente pela minoria branca, os únicos com direito a voto. A extensão da participação política para o restante da população só foi possível depois de quase um século de mobilização contra o regime de separação racial, o *apartheid*. No regime do apartheid os negros não tinham direitos, eram obrigados a viver em zonas residenciais exclusivas, como Soweto em Johanesburgo, instaurando um modelo urbano calcado na segregação sócio-espacial. Esse regime acabou gradualmente a partir do governo do presidente Frederik de Klerk, iniciado 1989, que lutou pela reconciliação racial. Desde 1994, aconteceram duas eleições multirraciais, primeiramente a eleição do presidente Nelson Mandela, seguido da eleição do atual presidente Thabo Mbeki, em 1990, que também construiu sua carreira política nos tempos de luta contra o *apartheid*.

Durante o *apartheid*, a política externa sul-africana foi marcadamente defensiva e reativa. A partir de 1994, no governo de Nelson Mandela, deu-se uma reformulação da política exterior da África do Sul: “O país passou a ser cortejado por países de todos os continentes e a desejar participação ativa em todos os foros possíveis” (FILHO, [200-]). O partido do Congresso Nacional Africano (CNA) estabeleceu sete princípios para a concretização da política externa (QUADRO 6), e desta forma o governo conseguiu projetar a África do Sul no cenário internacional com uma política bastante ativa.

PRINCIPIOS
1 - a crença nos direitos humanos, que deveriam ser promovidos nas esferas política, econômica, social e ambiental;
2 - a democracia como elemento fundamental para a solução dos problemas da humanidade;
3 - a justiça e a lei internacional devem orientar as relações entre as nações;
4 - a paz internacional é a meta a ser buscada por todas as nações e, uma vez tendo falhado, os conflitos devem ser solucionados através de meios pacíficos e acordos internacionais;

QUADRO 6 - princípios do governo de Nelson Mandela - **continua**

[31] Profº da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília

QUADRO 6 - princípios do governo de Nelson Mandela - **conclusão**

5 - os interesses do continente africano devem ser refletidos na política externa da África do Sul;
6 - o desenvolvimento econômico da África do Sul depende da cooperação econômica regional e internacional num mundo interdependente;
7 - as relações exteriores da África do Sul devem espelhar seu profundo compromisso com a consolidação da democracia no país.

QUADRO 6 - PRINCÍPIOS DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DE NELSON MANDELA
FONTE: FILHO, [200-]

O governo de Thabo Mbeki, de 1999 – 2000 se caracterizou pelo 'renascimento africano'. No final do século XX o país passou por situações críticas, como guerras civis, estrutura econômica desvinculada de processos avançados, poucos investimentos externos, corrupção generalizada, desigualdade social , um quadro de doenças graves. Neste contexto, a idéia do renascimento se baseava em quatro condições: a) a liquidação total do colonialismo, com o fim do regime do *apartheid* na África do Sul; b) a falência do modelo neocolonial; c) o fim da guerra fria e, portanto, das ingerências externas no continente, pelo menos nos níveis em que existiram durante a maior parte da segunda metade do século XX; d) a aceleração do processo de globalização, que em tese abriria novas perspectivas para a África.

Segundo Filho [200-], o presidente Mbeki lançou claramente um apelo à comunidade internacional, chamando a atenção para o fato de que o renascimento africano estava vinculado com o resgate dos valores humanos mais profundos. Portanto, "se tratava de um desafio lançado à comunidade internacional para auxiliar as novas lideranças africanas a encontrarem um rumo para o continente" (FILHO, [200-]). Para que isso se concretizasse, no plano interno, os governos africanos deveriam dar especial atenção ao bem-estar do cidadão, agindo com responsabilidade social e boa governança, resgatando a cidadania e a função social do Estado.

As longas décadas de racismo institucionalizado, deixaram mazelas de difícil superação. Segundo Costa (2010) a África do Sul é um país pobre e desigual, possui bolsões de riqueza como Sandton, Melrose ou Rosebank, e bolsões de pobreza como Newtown e Soweto. O país enfrenta graves problemas de violência

infantil, estupro, desemprego, anafalbetismo, extrema pobreza, baixa expectativa de vida e além disso, possui a maior epidemia de Aids do mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) Johanesburgo é o retrato de uma das cidades mais desiguais do mundo.

Com a intenção de melhorar as condições sociais e econômicas, a África do Sul tinha também a intenção de se projetar no cenário econômico, e com a ajuda do capital internacional modificar a realidade precária do país. Nesse processo o país tornou-se um forte concorrente à Copa do Mundo, reforçado pela decisão da FIFA de estabelecer um rodízio entre continentes. Em 2004 o país foi escolhido como sede da Copa Mundial de 2010 e foram definidas nove cidades sede, distribuídas pelas províncias sul africanas, conforme mostra a FIGURA 18.

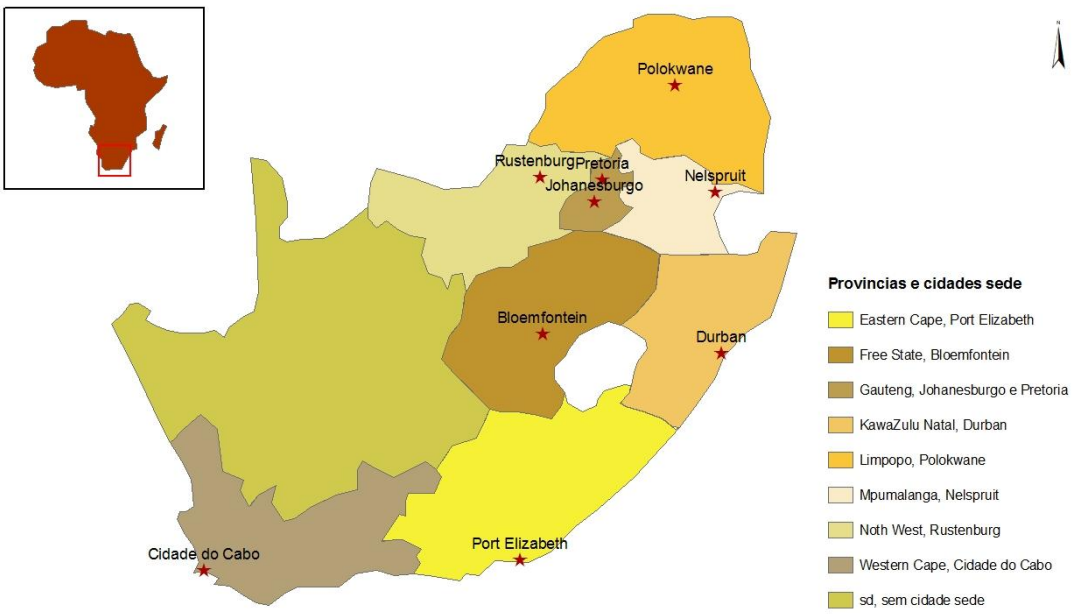


FIGURA 18 - CIDADES SEDE DA COPA DE 2010
FONTE: COPA DA AFRICA, 2009 – ADAPTADO PELA AUTORA

4.3.1 Projetos Urbanos e processos de reestruturação do espaço

No presente trabalho optou-se por investigar as transformações urbanas ocorridas na cidade de Johanesburgo, na província de Gauteng. Segundo a notícia Copa da Africa (2009), essa cidade é responsável por 16% do PIB sul-africano, concentra 74% dos escritórios centrais das empresas do país, é conhecida como capital financeira, tem uma das 40 maiores áreas metropolitanas do mundo e, além disso, terá mais de 30% dos jogos concentrados no seu entorno próximo. Possui dois estádios, o Soccer City, onde ocorrerão a abertura e a final do evento, e o Ellis Park, mesmo estádio utilizado na Copa das confederações, que passou por uma adaptação de U$27 milhões.

Johanesburgo não é a cidade mais visitada pelos turistas na África do Sul, no entanto, apresenta atrações ímpares, tais como o complexo *Cradle of Humankind* (berço da humanidade), onde foi encontrado um dos fosseis mais antigos de hominídeos, o *Little Foot,* e o bairro de Soweto, símbolo da luta contra o apartheid. Além disso, possui um rico histórico por ter sido fundada durante a corrida do ouro em 1886 (GUIA goal: Johanesburgo, 2010).

Para preparar Johannesburgo para a Copa de 2010, e ajudar a projetar o país como um todo no cenário mundial, o governo local investiu em questões estratégicas, como *marketing* urbano, turismo, infra-estrutura urbana, segurança, e projetos de incentivo ao esporte e adaptação dos estádios.

Os investimentos em *marketing* urbano foram grandes, na expectativa de aumento no setor turístico do país. Segundo o ministro de Turismo Marthinus van Schalkwyk, em 2009, o setor turístico sul-africano teve um crescimento de 3,6% do número de visitantes estrangeiros em relação ao ano de 2008. O turismo representou 7,4% do PIB do país. Além disso, o ministro afirma que os turistas que visitaram a África do Sul em 2009 gastaram 7% mais que os de 2008. É nesta tendência que o Ministério do Turismo espera que continue o aquecimento do mercado em 2010, e o resultado teria relações diretas com o evento da Copa do Mundo. (ÁFRICA do Sul pretende melhorar turísmo com legado da Copa 2010).

Segundo Brum (2009) o governo Sul Africano investiu principalmente em infra-estrutura do sistema viário e na segurança para preparar a cidade de

Johanesburgo para o evento da Copa de 2010. O sistema de transporte público é quase inexistente na cidade, o que dificulta a acessibilidade e mobilidade da população e dos visitantes, por isso foi substituído por algumas vans que funcionam como taxis. Sabendo que a eficiência do setor de transporte público é uma das principais exigências da FIFA, para satisfazer a demanda do período dos jogos, criou-se um novo sistema, o *Bus Transit System*, veículo leve sobre pneu, similar ao que circula em Curtitiba.

Um segundo investimento feito no setor de transporte, foi o trem de alta velocidade, o Gautrain, responsável por conectar a cidade de Johanesburgo com a capital Pretoria. O problema enfrentado é que o moderno sistema de transporte será útil apenas durante a Copa, caso não sejam feitos investimentos públicos contínuos no projeto. Segundo comenta o jornalista Levi Guimarães (*apud* BRUM, 2009) “muitos moradores reclamam que os itinerários do BRT e do Gautrain priorizam aeroportos, hotéis e estádios e não serão úteis para o deslocamento no dia a dia”. Além disso, segundo Brum (2009), ocorreram protestos da associação dos motoristas das vans, que possivelmente perderão espaço no mercado de trabalho. De acordo com Zanini (2010) os motoristas das vans ameaçam fazer greve durante a copa, aproveitando a visibilidade do evento para protestar contra as péssimas condições sociais.

A segurança foi um segundo ponto considerado crítico da cidade. Dados oficiais apontam que no centro de Johanesburgo a taxa de assassinatos é uma das maiores do planeta. Estudo da ONU, de março de 2008 a abril de 2009, revela que a taxa de assassinatos na cidade é de 88 em cada grupo de cem mil habitantes. Segundo Bardella (2008), em 2008 mais de vinte imigrantes foram assassinados em manifestações xenófobas por habitantes locais, que crêem que estes são responsáveis pela escassez de trabalho local. De acordo com índices oficiais, 24,2% dos sul-africanos estão desempregados, ou seja, um em cada quatro adultos.

Durante os jogos, será criado uma espécie de cinturão de segurança em áreas específicas, com o apoio de 180mil homens efetivos da marinha, do exército e da aeronáutica. O projeto de segurança é nacional e U$ 89,9 milhões já foram gastos com equipamentos de alta tecnologia, para patrulhamento nas rodovias e monitoramento do deslocamento das seleções pelo ar. Segundo Rodriguez (2010), o plano de segurança do Serviço de Polícia Sul-Africana (SAPS) engloba sistema de

câmeras, cães farejadores, membros do esquadrão anti-bomba, escoltas e policiais nos hotéis que receberão as seleções e naqueles com maior fluxo de visitantes. Para os turistas que desconhecem o local, a organização recomenda que circulem nas áreas mais seguras evitando assim qualquer conflito (FIGURA 19).

FIGURA 19 – DICAS PARA TURISTAS NA COPA 2010
FONTE: ZANINI, 2010

Além da questão da segurança e da mobilidade, outros investimentos estão sendo feitos em infra estrutura. A Sociedade Central de Johanesburgo se uniu a empresas e investidores para revitalizar bairros do centro, num investimento de R$ 600 milhões. De acordo com Guimarães (2010), além de governo local trabalhar pela limpeza e segurança dos bairros, implementaram-se diferentes estratégias para tirar os desabrigados das ruas, com o objetivo de “evitar ao máximo o contato dos turistas de todo o mundo com a realidade da desigualdade social no país” (ROGERS apud GUIMARÃES, 2010). Como comenta Bill Rogers, representante do Movimento de Ação contra o Vício de Johanesburgo em entrevista ao jornal *Sunday Times*:

> “Ficamos sabendo de planos da cidade para transferir mais de 15 mil sem teto para abrigos longe da cidade. Mas parece que esse plano tem se tornado mais urgente, então perguntamos se não é só uma tentativa de ‘limpar’ as ruas antes da Copa”.

Segundo ele, “transferência para abrigos longe da cidade” pode ser comparada a colocar os desabrigados em campos de concentração, além de uma solução temporária, somente para os 30 dias da Copa.

Segundo Coelho (2010), Soweto, maior bairro de Johanesburgo, que possui cerca de 70% da população da cidade, está sendo reestruturado em partes. O bairro, que é berço da história do apartheid e sofre em geral com falta de infra-estrutura básica, está sendo ‘embelezado’ para a Copa. As ruas receberam asfalto, as praças terão novos bancos, e os locais de visitação turística passaram por completa transformação.

Segundo notícia O legado que a Copa do Mundo pretende deixar no continente africano da Universidade do Futebol (2010), o comitê Organizador Local (COL) elaborou com a FIFA três projetos que visam oferecer saúde, educação e capacitação, com o objetivo de deixar um legado positivo para o país após o evento. Os três projetos são *Win in Africa with Africa* (Vencer na África com a África), *Football for Hope Festival* (Festival do Futebol pela Esperança) e *20 Centres for 2010* (20 Centros para 2010).

O primeiro projeto recebeu US$ 70 milhões (R$ 128,3 milhões) de investimento, objetiva a construção de 52 campos de futebol, profissionalizar ligas de futebol do continente e formar executivos capazes de comandar as 53 associações da África. No segundo, delegações de entidades que utilizam o futebol para a transformação do mundo, disputarão um torneio envolvendo 32 países, paralelo à Copa do Mundo de 2010. Por fim, o projeto 20 Centros para 2010 pretende erguer 20 centros de atividades para educação, cuidados com a saúde pública e treinamento de futebol. Cinco deles ficarão na África do Sul. (O LEGADO que a Copa do Mundo pretende deixar no continente africano da Universidade do Futebol, 2010)

Na cidade de Johanesburgo estão localizados dois dos dez estádios construídos e reformados para o evento, o *Soccer City* e o Ellis Park. O primeiro, situado em Soweto, foi originalmente construído em 1987 e abrigou eventos importantes, como o grande discurso de Nelson Mandela após sua libertação em 1990. Atualmente esse estádio é um dos mais importantes do mundo, com capacidade para 94 mil torcedores.

O segundo, Ellis Park, é propriedade da equipe de rugby “Golden Lions”. Considerado o mais moderno da África do Sul, receberá 7 dos 15 jogos da cidade, e tem capacidade para 61 mil torcedores. Ele foi oficialmente inaugurado em 1928 e sofreu diversas transformações desde então, sendo totalmente reconstruído no ano de 1982 (GUIA goal: Johanesburgo, 2010).

Segundo a reportagem Greve interrompe obras em estádios da Copa na Africa do Sul (2009), a alta intensidade dos trabalhos combinada com a visibilidade na mídia das intervenções relacionadas à Copa, desencadeou uma greve dos funcionários públicos e dos operários que trabalhavam na construção dos estádios em protesto pelos baixos salários pagos (FIGURAS 20 e 21). O sindicato Nacional dos Mineradores (NUM), que reúne também trabalhadores da construção civil, entrou em greve contra as más condições de trabalho, reivindicando um reajuste salarial de 13%. A paralisação teve impacto sobre o desenvolvimento das obras dos estádios, aeroportos e estrutura viária, mas depois de uma semana os servidores públicos e a entidade patronal do setor de construção civil do país chegaram num consenso.

FIGURA 20 - MANIFESTAÇÃO DE OPERÁRIOS, 2009
FONTE: GLOBOESPORTE.COM, 2010

FIGURA 21 - MANIFESTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, 2009
FONTE: GLOBOESPORTE.COM, 2010

De acordo com Bond (2010), os movimentos sociais urbanos sempre estiveram presentes na história da África do Sul. Na década de 1980 deram origem a um poderoso projeto de reforma urbana no início dos anos 1990, culminando em 1994 com um programa da campanha eleitoral do Congresso Nacional Africano (ANC) – o “Programa de Reconstrução e Desenvolvimento” – que propunha várias formas de “desmercadorização” do mercado imobiliário, e um particular, o financiamento à moradia. Para o autor, os protestos da população devem continuar enquanto ocorre o campeonato mundial. Segundo estimativa média da polícia local, desde 2005 ocorreram mais de 8.000 incidentes em atos de manifestação. Em parte, a revolta da população deve-se a adoção de políticas macroeconômicas e de micro desenvolvimento neoliberais após o fim do apartheid em 1994, que aumentaram as desigualdades no país. Segundo o autor, “o impacto da economia global-local aumenta a intensidade e a extensão das contradições.”

Para analisar os impactos das transformações urbanas e suas repercussões na economia local e na organização social, geradas a partir da Copa do Mundo de 2010, é necessário ter em vista as diferenças entre os processos urbanos ocorridos nos continentes Africano e Europeu (QUADRO 7), este onde se localizou a maioria das cidades-sede.

ANO	**PROCESSOS URBANOS NOS ESTADOS UNIDOS E NA EUROPA**	**PROCESSOS URBANOS NA AFRICA**
1950-1960	Crescimento e concentração metropolitana suburbanização	Rejeição da cidade
1970 - 1980	Desconcentração populacional e revitalização não metropolitana Desurbanização – Contra-urbanização	Invasão da cidade – A "cidade autoajuda"
1980-1990	Concentração e revitalização metropolitana Gentrificação - Re-urbanização	Consolidação da "cidade informal"
Taxa de crescimento urbano	0,5 % Europa (1995-2000) 0,9% America do Norte (2000-2006)	4,3% (1995-2006)

QUADRO 7 - COMPARATIVO ENTRE EUROPA, ESTADOS UNIDOS E ÁFRICA
FONTE: SEIXAS, 2004 e PORTAL BRASIL, 2010

Segundo Friedmann[32] (*apud* SEIXAS, 2004), Johanesburgo é a única cidade-mundo da África do Sul. Apesar de, segundo a hierarquia das cidades mundo ser considerada secundária, além de situada num país periférico, possui uma economia com elevada mobilidade do capital, cuja decisão de aplicação está concentrada num grupo de cidades globais. No entanto, conforme aponta Seixas (2004), a capital financeira da África do Sul ainda está vinculada a um processo de descolonização, além de participar do processo de metropolização/ globalização. Esta afirmação permite-nos entender a estrutura urbana e questionar qual o maior legado que o evento deixará para a cidade, ou para o país. Segundo Sánchez (2001), os GPUs têm grande impacto na construção do espaço, pois geram exclusão e segregação espacial devido à valorização imobiliária do entorno direto. A partir desta afirmação, qual seria, portanto, a repercussão dessas grandes intervenções urbanas a longo prazo? Em especial se levarmos em conta a realidade de um país construído sob a idéia de segregação espacial. Serão em sua maioria negativos ou positivos?

Para a especialista em eventos esportivos de grande porte, Scarlett Cornelissen, professora do departamento de Ciências Políticas da Universidade de Stellembosch

[32] FRIEDMAN, M.; FRIEDMAN, R. D. Capitalismo e liberdade. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

> “o significado real da África do Sul como sede da Copa do Mundo é o potencial político de promover uma maior unidade social, de transcender as divisões do apartheid, com os mesmos efeitos da copa de Rugby 1995, que o filme Invictos mostra. É um evento que pode unir o país, em um projeto de construção da nação que já dura mais de 20 anos, desde a libertação do Nelson Mandela” (CORNELISSEN *apud* GROSS, 2010) .

De acordo com Gross (2010), segundo a referida professora, a Copa do Mundo foi vendida para os sul-africanos ressaltando as vantagens econômicas que o evento traria. No entanto, apesar de usado como estratégia política para a promoção da imagem da cidade e do país no mundo, o evento pode trazer mais efeitos negativos do que positivos, em especial, se não for planejado o uso dos equipamentos pela sociedade após o evento, se não forem equilibrados os gastos do poder público, se de uma forma geral a população for mais contra do que a favor do evento. É um risco, que qualquer país sede de um grande evento esportivo corre. “Os eventos são imprevisíveis, as vezes nem tudo sai como esperado, vários fatores locais e externos podem minar seu sucesso” (CORNELISSEN *apud* GROSS, 2010).

4.4 SINTESE DA ANÁLIDE DE CORRELATOS

De maneira geral os impactos dos grandes eventos esportivos têm peculiaridades de acordo com as características da cidade que o recebe. As cidades analisadas, Barcelona, Rio de Janeiro e Johanesburgo, passaram por processos de urbanização distintos, e ocupam diferentes papéis na economia global. Portanto, apesar de todas elas terem o mesmo motivo para ser sede de um mega evento esportivo, o de atrair investimentos do capital internacional com a intenção de melhorar a qualidade da infra estrutura, dinamizar a economia local e assim garantir uma promoção no cenário mundial, as dinâmicas econômicas geradas podem ser as mesmas no curto prazo, mas têm repercussões diferentes na estrutura sócio espacial em longo prazo.

As três cidades, mesmo que com diferentes intensidades, estão envolvidas no processo de globalização, por isso, submetidas à mesma lógica, do capitalismo, da concorrência, da disputa pelo melhor lugar na economia mundial, como já afirmado

por Vainer (2000). A exemplo da cidade de Barcelona, que foi tida como modelo de planejamento no âmbito mundial após receber os Jogos Olímpicos de 1992, a cidade do Rio de Janeiro e de Johanesburgo buscaram parcerias público-privadas e investiram na qualificação do espaço urbano, na infra estrutura viária, na segurança, no *marketing* urbano, na revitalização de áreas degradadas, no setor de turismo, na diversificação de serviços e comércios, etc. De maneira geral, as conseqüências desse processo foram as mesmas: num primeiro momento aquecimento da economia local, aumento do turismo e dos investimentos internacionais, mas as intervenções pontuais também produziram a elitização dos espaços, segregação sócio-espacial e a especulação imobiliária.

A grande diferença está na relação entre as dinâmicas locais de cada cidade e o processo amplo da globalização. Devido às diferentes intensidades de inserção no fenômeno internacional, a repercussão de um mega evento é distinta. Barcelona, por exemplo, é uma região mais central do ponto de vista do capital, pois está mais conectada às redes de cidades com poder de decisão sobre as dinâmicas econômicas capitalistas. Portanto, além de desenvolver um planejamento estratégico local voltado para receber os Jogos Olímpicos, o que preparou a cidade muito antes dos quatro anos (ano da escolha como sede e o ano do evento), conseguiu manter a qualidade de infra-estrutura local e as dinâmicas econômicas depois do evento devido à sua ‘centralidade’ no cenário global. Apesar dos impactos negativos inerentes ao processo de planejamento estratégico (segregação, especulação imobiliária, desapropriações etc) de maneira geral a cidade se sustentou financeiramente depois do fim dos jogos.

A situação da cidade do Rio de Janeiro e de Johanesburgo é bastante diferente do ponto de vista da centralidade econômica. Ambas são metrópoles e possuem uma importância relevante no cenário nacional, mas não são tão centrais no cenário global. Portanto, a exemplo do ocorrido na capital carioca, a tendência é que ao final dos jogos os grandes empreendedores vão em busca de investimentos mais lucrativos e ao município fica o encargo de administrar os impactos gerados pelas obras. Devido à fraca economia local (frente à economia internacional), somada aos acentuados problemas de pobreza e desigualdade social, diferente de uma cidade européia, a cidade do Rio de Janeiro não conseguiu por si só amenizar as conseqüências negativas do processo. De modo geral, as adaptações para o evento

foram feitas num curto período de tempo, o que gerou conflitos e até mesmo erros projetuais.

Em Johanesburgo a precariedade social é ainda mais grave. De acordo com os dados levantados, um projeto estratégico para o desenvolvimento da cidade como um todo, a partir dos investimentos gerados pela Copa, é desconhecido, e a economia local não é tão influente na economia mundial. Os projetos continuam se destacando por serem pontuais e de grande porte, e a situação de segregação espacial e social existente não mostra indícios de mudança. As conseqüências deste processo podem ainda ser positivas se houver uma continuidade de investimentos, tanto do poder local quanto dos empreendedores internacionais, que poderiam sustentar as mudanças e controlar os impactos negativos.

Em síntese, percebe-se que os grandes eventos esportivos internacionais não promovem necessariamente desenvolvimento socio-espacial, objetivo geral do planejamento urbano, principalmente em cidades com pouca visibilidade no cenário mundial. De certa forma, como mostra o QUADRO 8, a população local de baixa renda fica relacionada aos legados negativos, enquanto os turistas e grandes investidores são quem desfrutam dos legados positivos; conflitos e tensões sociais se agravam; a mídia constrói um consenso e esconde a voz dos movimentos sociais; as intervenções pontuais geram espaços mais fragmentados, e elitizados. Por isso, parece incoerente utilizar estes grandes eventos como instrumentos de planejamento, já que planejamento urbano deveria pressupor desenvolvimento baseado na justiça e equidade social.

A lógica do mercado capitalista influencia de tal maneira a construção e estruturação do espaço urbano, que o princípio do planejamento, de promover a função social da terra, dá lugar à promoção da cidade enquanto economicamente ativa. Portanto, fica claro que o atual contexto econômico, que fundamenta o planejamento estratégico, não resolve os problemas sociais presentes nas cidades, na verdade, acaba acentuando-os ainda mais.

DADOS GERAIS			
Nome do evento	**Olimpíadas 1992**	**Pan americano 2007**	**Copa 2010**
Localização	Cidade de Barcelona	Cidade do Rio de Janeiro	República da África do Sul **Cidades sede**: Bloemfontein, Cidade do Cabo, Durban, **Joanesburgo**, Nelspruit, Polokwane Porto Elizabeth, Pretória, Rustenburgo
Ano do projeto	1992	2007	2010
Número de habitantes (2010)	1,6 Milhões de habitantes em Barcelona	6.2 milhões habitantes no Rio de Janeiro	3 milhões de habitantes em Johanesburgo
IDH do pais (2010)	IDH Espanha: 0,955 – muito alto	IDH Brasil: 0,813 – alto	IDH África do Sul: 0,683 – médio
PIB do pais (2009)	US$ 1.3 trilhões da Espanha	US$ 2.0 trilhões do Brasil	US$ 0,49 trilhões da África do Sul
Elementos explorados pelo marketing urbano	_ comercio, hotéis, bares e restaurantes, feiras de artesanatos, atrações turísticas e culturais e paisagens naturais como as praias de Sant Sebastia e Barceloneta _ Marcada pelas obras de Antonio Gaudi _ Apesar de toda as modernas transformações a cidade preserva marcos historicos como o Bairro Gótico, a estrutura urbana do Plano Cerdà, executado durante a segunda metade do século XIX _ Combina tranquilidade da praia e as atrações e ofertas culturais de uma cidade grande. Apresenta-se como segura para os habitantes e visitantes	_ Cidade reconhecida pelo carnaval. É cartão postal brasileiro. Representa muito da cultura popular brasileira, pelas musicas e bares. _ Cidade possui pontos turísticos conhecidos internacionalmente como as praias de Copacabana, Leblon, Ipanema, o Morro do cristo Redentor, o Pão de Açúcar etc _ Cidade abriga vários eventos culturais internacionais. Destaca-se na economia nacional por ser um grande pólo de serviços e negócios. _ "Constituída por paisagens de excepcional beleza cênica", nas praias, nos morros na vegetação parques e geografia	_ Johanesburgo - foi centro do mercado de ouro e diamantes, fundada na década de 1880. Inclui Soweto, símbolo da luta contra o apartheid. _ é a maior metrópole do sul da África com uma população que chega a 5.7 milhões se incluindo os arredores. é a única cidade global africana. _ Johanesburgo se situa no pais considerado o mais bem estruturado economicamente no continente africano é cada vez mais sede dos setores financeiros e de serviços da Africa do Sul. _ Cidade foi planejada para separar as pessoas. O planejamento urbano peculiar, muito por causa do Apartheid, criou lugares muito distantes uns dos outros.

QUADRO 8 – Resumo informações estudo de casos correlatos - **continua**

QUADRO 8 – Resumo informações estudo de casos correlatos - **continuação**

	_ Forte desenvolvimento econômico devido ao aumento da construção civil, crescimento do sector dos serviços, incremento do turismo de lazer e turismo cultural	_ Cidade reconhecida ela pratica do esporte diária	_ E a cidade que vai receber a abertura e a final do torneio mundial da Copa.
PROJETO			
Características do plano	Plano que planeja a cidade conforme interesses internacionais Plano considera a cidade como uma mercadoria, uma empresa, uma pátria Visão mais competitiva da cidade, em busca da maior inserção no contexto regional, na Comunidade Econômica Européia e no contexto mundial. I Plano Estratégico de Barcelona 2000 - aprovado e março de 1990	Altamente dependente de investimentos empresariais Apoiado no discurso neoliberal considera a cidade como uma mercadoria, uma empresa, uma pátria Utiliza natureza simbólica das transformações urbanas conduz à uma nova percepção da cidade. Plano Estratégico do Rio de Janeiro - aprovado em 1996	Não foram obtidas informações.
Corrente teórica a que se filia a intervenção urbana	Planejamento Estratégico	Planejamento Estratégico	Não foram obtidas informações.
Objetivos gerais do plano	_ Converter a cidade de Barcelona num centro internacional de serviços e consumo. _ Discurso baseado na globalização como valor _ Melhorar a utilização de potencialidades naturais, sociais, produtivas e técnico - cientificas da cidade. _ Promover maior conectividade e acessibilidade internacional	_ Trazer melhorias no transporte publico _ Proposta de inclusão social e da valorização do esporte _ Estruturar a cidade para concorrer como sede futura de uma olimpíada _ Melhora da infra-estrutura urbana e da imagem da cidade	_ Construção de metro e melhorias gerais na mobilidade urbana _ "A copa vai fazer emergir uma nova África do Sul" _ Aproveitar a oportunidade para que o país se organize e melhore sua infra-estrutura, atraindo mais investidores _ Investir em educação, saúde publica, e infra estrutura esportiva

QUADRO 8 – Resumo informações estudo de casos correlatos - **continuação**

	_ Estabelecer o reequilíbrio social sem conflitos _ Criar um ambiente urbano de qualidade e infra-estrutura capazes de atrair capital e investimentos em empresas e serviços de ponta. _ Promover uma diversidade cultural rica e diversificada, especialmente atrativa para o turismo e o consumo em geral.	Criação de empregos, especialmente através da construção civil _ Adaptar a cidade às atividades do terciário superior. Incrementar a economia de serviços ligados ao turismo e ao entretenimento. Modernizar o setor de telecomunicações para atrair grandes empresas _ Distribuição das obras em quatro áreas ou anéis conectados por grandes estruturas viárias e modalidades massivas de transporte	_ Proporcionar ganhos sociais como incentivo ao esporte _Mostrar para o mundo que a Africa como um todo é um pais rico e seguro para investimentos do capital mundial
Principais locais de intervenção	_ A região do porto foi o ponto de partida para a transformação da cidade. Houve renovação da área central _ Revitalização do bairro Poblenau para construção da vila olímpica _ Adaptação do Mont-Juic que abrigou as quadras de competições esportivas	_ Concentração de investimentos em áreas historicamente privilegiadas pelos investimentos públicos como a Barra da Tijuca. _ Recuperação e revitalização da área portuária que compreende o cais do porto e adjacências, que abrange da Praça Mauá a Santo Cristo, Saúde e Caju. _ Transformações no centro da cidade, ja que estava estrategicamente próximo dos principais eixos viários, portos e aeroportos, conectando diversos lugares da Cidade.	_ Investimentos na área de transporte, reforma de vias de acesso aos maiores bairros de Johanesburgo. Reforma no aeroporto e implantação do primeiro trem de alta velocidade, unindo a capital administrativa do país, Petroria, com a capital econômica, Joanesburgo. _ Projeto de modernização urbana em Soweto. Intervenções no bairro central de Jouanesburgo, Hillbrow, conhecido pela violência _ Revitalização de parques, playgrounds. Modernização do estadio de Soccer City no bairro de Soweto e daptação do estádio Ellis Park.
Instrumentos de planejamento urbano utilizados	_ Redução de impostos e aumento de subsídios facilitando a implantação de grandes empresas e industrias _ Políticas de parcerias publico-privadas	_ Conceção do direito de uso do solo _ Solo criado	Não foram obtidas informações.

QUADRO 8 – Resumo informações estudo de casos correlatos - **continuação**

	_ Operações imobiliárias para a valorização e terceirização do espaço _ City marketing para legitimar as transformações socio-espaciais	_ Marketing urbano _ Baixa arrecadação de IPTU	
Participação popular	_ Operação de comunicação e de mídia forçaram um modelo de consenso que ocultou as vozes críticas e que gerou a imagem de unidade _ Os movimentos populares não conseguiram participação efetiva e não chegaram a influenciar no desenvolvimento estratégico da cidade. _ Reivindicações originaram as associações de vizinhança que procuraram manter do caráter do bairro para a recuperação de sua identidade, integrar e redistribuir o crescimento da cidade	_ O plano de desenvolvimento para receber o Pan mostrou forte descaso pelos interesses da sociedade. Os canais de participação comunitária foram ignorados. _ Houve articulação dos diferentes grupos da resistência que antes atuavam de forma isolada pela cidade, que se associaram para constituir o Comitê Social do Pan	_ A Copa foi vendida para a cidade como um meio de revitalização econômica e oportunidade de crescimento, o que aparentemente instaurou um consenso de aceite dos jogos pela população local. _ Não houve qualquer participação da opinião publica na formulação das diretrizes projetuais ou na escolha da cidade para o evento. _ Deu-se em razão das greves que reivindicavam melhores condições salariais, promovidas pelos trabalhadores da construção das obras para o evento.
Conformidade com a Legislação Urbanística	Não foram obtidas informações.	Não foi respeitada	Não foram obtidas informações.
Principais conflitos derivados da implantação do plano	_ A maior parte dos projetos de transformação e crescimento da cidade enfrentou críticas e freqüentes oposições e mobilizações populares, encabeçadas, principalmente, pelo movimento de vizinhança _ Conflito entre os habitantes do bairro Poblenau e os agentes da policia municipal contra a demolição do complexo industrial Can Ricard	_ Conflitos sócio espaciais entre os barraqueiros e vendedores ambulantes e o Choque de Ordem na orla das praias _ Imagem da cidade também é relacionada à violência, à desordem urbana, e às favelas	_ A Copa do Mundo pode elevar o numero de casos de violência, pois as atenções estarão voltadas para os jogos. _ Greve dos operários sul-africanos (70mil funcionários) em protesto ao baixos salários . Obras nos estádios, rodovias, ferrovias, aeroportos e hospitais foram interrompidas.

QUADRO 8 – Resumo informações estudo de casos correlatos - **continuação**

	_ Conflitos sociais derivados da "limpeza" do território de grupos sociais que, por sua exclusão ou contestação, poderiam danificar a imagem de cidade "ideal"	_ Problemas para a viabilização dos projetos derivados das resistências dos moradores das áreas impactadas. Repressão dos movimentos sociais para passar a imagem de cidade segura _ O aumento dos preços das obras em função dos atrasos que atingiram quase todas as instalações.	_ Vários fatores limitantes como pouca de infra-estrutura condizente com os parâmetros para a copa, segurança pública, falta de capacidade técnica, insuficiência de mão de obra especializada, distância dos grandes centros, falta de iluminação publica _ Reivindicações de moradores de rua que estão sendo "escondidos" durante a Copa do Mundo". O objetivo é evitar o contato dos turistas com a realidade da desigualdade social no país.
legados positivos	_ Barcelona realizou um novo urbanismo e consolidou uma nova arquitetura, recebeu novos investimentos em infra-estrutura urbana _ A população pôde comprar os imóveis a preços subsidiados, o que fez o governo local reduzir o déficit habitacional. Obras como o Palácio de Esportes São Jordi são usadas, até hoje pela população. _ A cidade recebe passa a receber 5 milhões de turistas por ano na cidade, número três vezes maior que a população total. O porto passou a ser o principal no Mediterrâneo : é o que soma mais toneladas no transporte de mercadorias _ Apenas um terço do orçamento teve como destino a construção e a reforma de instalações esportivas. Os dois terços restantes foram usados em infra-estrutura	_ Promoção da cidade no cenário mundial _ Aumento das taxas de turismo _ Aquecimento da economia local no período dos Jogos _ A cidade recebeu muitos investimentos internacionais.	_ A expectativa é de que o torneio atraia mais ou menos 500 mil turistas estrangeiros ao país. _ Desenvolvimento do "Plano de Proteção à Criança" - num cenário de epidemia de HIV e crise econômica, há rituais, costumes e a prática de crimes que aprisionam as crianças pobres. _ O evento traz esperança de mudança para boa parte da população.

QUADRO 8 – Resumo informações estudo de casos correlatos - **continuação**

Agentes sociais relacionados aos legados positivos	Turistas, e detentores do capital internacional	Investidores, setor imobiliário, turistas	Turistas, e detentores do capital internacional
legados negativos	_ Aumento do preço da moradia (131%), elitização da cidade. Exclusão social. _ Os desinvestimentos nos setores públicos básicos de saúde, educação e a geração de empregos comprometeram os cidadãos _ Um severo controle sobre os usos e a ocupação do espaço público a favor do turismo, das elites, do privado e do mercado, em detrimento dos usos populares, socializantes, interculturais, comunitários e alternativos. _ Terceirização extrema e a uma perda de referências de identidade e convivência baseadas na própria população sobre a tradição turística da cidade. _ No plano econômico, passados os Jogos,o investimento – tanto privado como público– caiu de maneira brusca e a cidade sofreu um período de impactos muito negativos: contração econômica e aumento do desemprego. _ O modelo econômico tornou-se muito dependente de atividade/especulação imobiliária e do turismo.	_ Conflito viário aos arredores do Estádio Engenhão. Estrutura viária mau planejada. _ Desemprego por falta de programas de qualificação de mao de obra _ A vila do Pan desrespeitou a legislação ambiental e urbana. Os 17 edifícios ocuparam uma região de risco ambienteal. Houve desvalorização do empreendimento apos os jogos. _ Mais da metade da produção e dos empregos gerados pelo Pan não beneficiou os habitantes locais _ A construção da Vila Pan-americana, na Barra da Tijuca foi financiado com recursos públicos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) _ Elevação dos custos de vida nos locais das intervenções, o que leva a gradativa expulsão dos moradores	_ A implantação de nova linha de ônibus o Bus Rapid Transit (BRT) tira trabalho dos motoristas das vans que se revoltam e ameaçam fazer greve durante a copa Mais de 20 mil moradores foram removidos e transferidos para áreas empobrecidas da cidade. _ Não há demanda local suficiente para o futebol após a realização da Copa _ Os compromissos do governo de proporcionar ganhos sociais com o evento não estão se confirmando

QUADRO 8 – Resumo informações estudo de casos correlatos – **conclusão**

	_ Duzentas famílias foram despejadas para abrir caminho para a construção de novas rotatórias e outras adaptações urbanísticas antes do Jogos Olímpicos de 1992 _ Especulação, a segregação urbana, a legitimação acrítica dos poderes políticos, econômicos e midiáticos e da repressão _ Vila olímpica gera novas moradias de uso residencial para classes médias, e não mais destinadas ao uso popular	_ Segregação e exclusão social - Os moradores que não conseguem acompanhar o aumento dos valores dos aluguéis e imóveis, além do custo de vida que tende a se elevar, acabam obrigados a se deslocar para outras áreas. _ Superdimensionamento da estrutura esportiva. O evento custou 12 vezes mais que qualquer outra edição dos jogos "foi o Pan-americano mais caro de todos os tempos _ Os problemas de infra-estrutura persistem e são tratados com improviso	
Agentes sociais mais citados nos legados negativos	População residente	População residente	População residente
Balanço cofres públicos	Sem prejuízos	Com prejuízos	Não foram obtidas informações.
Órgãos envolvidos	Órgãos públicos e privados	Governo federal, governo estadual e municipal e setor privado.	Orgãos públicos e privados
Valor do projeto	US$ 20 bilhões para gerar a infra-estrutura e US$ 400 milhões em segurança.	R$ 3,2 bilhões de reais.	US$ 57,14 bilhões

QUADRO 8 – RESUMO INFORMAÇÕES ESTUDO DE CASOS CORRELATOS

FONTE: A AUTORA, 2010

5 PRODUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO: CURITIBA – SEDE DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014

Em maio de 2009 Curitiba, e mais onze cidades brasileiras foram escolhidas como sedes da Copa do Mundo, que se realizará em 2014[33]. Segundo estimativa do IBGE Curitiba possuía 1.851.215 habitantes em 2009, a sétima cidade mais populosa do Brasil (PERFIL do município de Curitiba, 2010). Nos últimos quarenta anos, ficou conhecida internacionalmente por projetar-se na preservação do meio ambiente, educação, saúde, lazer e economia. Em 2009 ganhou o Globe Award Sustainable City, que elege todo o ano a cidade mais sustentável do mundo, e foi classificada como a quinta maior economia do Brasil, com um PIB de R$ 32,153 bilhões (IPARDES, 2006). De maneira geral a imagem positiva de Curitiba tem sido renovada a cada ano, seja pelo sistema de transporte público, pela 'preocupação' com o meio ambiente, pela atividade econômica, e por essas e outras razões é considerada pela mídia internacional a capital com melhor qualidade de vida do país.

Segundo Firkowski (2009), desde a década de 1960 Curitiba tem investido na reprodução de uma imagem positiva, buscando sua promoção no cenário mundial. No entanto, somente quando os investimentos urbanos se tornaram atraentes ao capital internacional, é que a cidade passou a ter uma posição relevante no cenário econômico nacional. Os investimentos urbanos dos agentes sociais locais por si só não foram suficientes para tornar a 'cidade-modelo' uma metrópole economicamente ativa. No entanto, eles foram criando aos poucos, e estrategicamente, condições para diferenciar Curitiba das demais cidades brasileiras, atraindo os interesses de grandes investidores. Curitiba insere-se, portanto, no processo homogeneização aparente, citado por Sposito (2005), no qual as cidades se diferenciam dentro de uma dinâmica global de concorrência pelos melhores investimentos.

Firkowski (2009) afirma ainda, que com a chegada das grandes indústrias na década de 1990, Curitiba passou a ser considerada uma metrópole competitiva no

---

[33] Junto com Curitiba foram selecionadas também as cidades do Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Recife (PE) e Salvador (BA).

plano internacional. A implantação das montadoras de veículos atraiu diversas atividades especializadas e relacionadas aos serviços das industriais, tais como, redes de hotéis, bancos, serviços voltados para empresas, equipamentos comerciais. Todas estas atividades emergentes, dinamizaram a economia local e tiveram grande impacto sobre a estrutura sócio-espacial urbana, que a partir de então passou a tomar a forma de uma metrópole desconcentrada.

Segundo a autora, o setor que passou a se destacar na nova economia urbana foi o consumo de serviços por parte do setor empresarial. O turismo de negócios, por exemplo, intensificou-se em Curitiba, os eventos, feiras, a rede de hotelaria e flats, passaram a estar diretamente relacionados a essa nova demanda. As grandes feiras de exposições, os eventos culturais e esportivos ganharam grande importância estratégica, com o objetivo de manter a imagem e as vantagens da cidade no comércio mundial de cidades, garantindo assim novos investimentos. (FIRKKOWSKI, 2009)

5.1 "CURITIBANIZAÇÃO [34]": O PROCESSO DE PLANEJAMENTO URBANO EM CURITIBA

Para conquistar a projeção no cenário mundial, anteriormente citado, Curitiba tem vivenciado grandes transformações urbanas, principalmente a partir da década de 1990. No entanto, seu reconhecimento pela mídia internacional, teve origem em propostas derivadas do Plano Diretor de 1965, em especial no transporte público, na revitalização dos espaços públicos, e na especialização funcional das zonas urbanas. Oliveira (2000) afirma, que apesar deste plano abordar características modernistas no início, passou a desenvolver posturas críticas com relação a esta corrente, inserindo-se no que alguns autores denominam de urbanismo humanista. Isso porque, dentre seus objetivos, estava a construção da cidade para o homem,

[34] O termo curitibanização é caracterizado pela "cristalização da experiência urbanística bem como pelas diversas tentativas de exportação do modelo da 'cidade que deu certo'". SANCHEZ (1997, p.12)

valorizando os espaços públicos de encontro (praças, parques, áreas verdes), o centro histórico e demais referenciais significativos.

Segundo Oliveira (2000), para concretizar a cidade ‘para o homem’, o plano previu a especialização funcional dos espaços, dividindo-a em zonas predominantemente residenciais, comerciais e industriais; promovendo a revitalização dos espaços públicos, valorizando os encontros entre seus habitantes, evitando a despersonalização dos espaços; e dando ênfase ao transporte público, desprivilegiando o uso do automóvel particular.

A partir dessas diretrizes, segundo Oliveira (2000, p.50-53), algumas ações foram implementadas:

a) a adoção do sistema viário como indutor e disciplinador da expansão urbana, contendo assim o crescimento espacial do centro tradicional, por conseguinte sua deterioração no sentido de perda do valor histórico;

b) implementação de uma legislação específica para as regiões com características próprias, como o Centro Histórico, o Centro Cívico e a Cidade Industrial;

c) promoção do adensamento populacional nos eixos estruturais indutores de crescimento, a partir da aprovação de legislação de uso e ocupação do solo;

d) incentivo a pedestrianização do centro histórico;

e) criação de vias exclusivas para a circulação de ônibus;

f) desapropriação de área de várzea de rios, destinadas à instalação de áreas de parques e lazer; investimentos na área de cultura e lazer.

Entre 1971 e 1983 esse plano foi adotado, sendo adicionadas, no entanto, algumas modificações para viabilizar a proposta original, tais como: a implementação do Sistema Trinário, o Plano Massa e a Rede Integrada de Transporte. O Sistema Trinário consistiu na adequação da avenida, onde circulam carros e ônibus, em três vias paralelas compostas por um eixo central, onde passou a circular de forma exclusiva o transporte público, e outras duas, laterais ao eixo, para a circulação de carros.

O Plano Massa previu maior adensamento ao longo dos eixos estruturais, incentivando o uso misto dos edifícios adjacentes. A Rede Integrada de Transporte foi inovadora, introduzindo diferentes modalidades de ônibus para compor o sistema viário: (i) os expressos que passaram a circular em eixos estruturais interligados a

terminais de integração; (ii) os interbairros que passaram a circular no anel central de trafego lento; (iii) os alimentadores, que constituíram linhas convencionais de circulação em determinados bairros; e (iv) o circular centro, um microônibus que passou a descrever um trajeto ao redor do centro.

Segundo Oliveira (2000, p.57), este período ficou conhecido pela eficiência técnica do planejamento urbano: “essa gestão idealizou e materializou as estratégias de intervenção no espaço urbano previstas no Plano Diretor da cidade [...] e garantiu de antemão que as reformas fossem irreversíveis”. Desta maneira, o plano se eternizou, e ao longo do tempo foram feitas apenas adaptações de acordo com os interesses do poder público. O autor destaca as evidencias dos desdobramentos do Plano Diretor depois de implantado: primeiramente, ocorreu o desenvolvimento face ao crescimento da cidade, depois foram feitas alterações e adaptações dos equívocos cometidos no início, e no começo da década de 1990 a ênfase voltou-se às realizações estéticas e à política do meio ambiente.

Na gestão municipal ocorrida entre 1988 e 1992, a administração local passou a realizar novas intervenções urbanas, e focar suas ações na questão ambiental. Neste contexto, novos projetos de impacto visual foram construídas, tais como a Ópera de Arame, o Jardim Botânico, a Rua 24horas, a reforma no mercado municipal. O pilar da administração pública, a política ecológica, ganhou muita repercussão na mídia, principalmente na questão da reciclagem dos resíduos sólidos urbanos.

Segundo Sánchez (1997), as ações técnicas e as políticas públicas realizadas pelo governo local foram cuidadosamente planejadas para construir uma imagem positiva e sintética da cidade, o que desencadeou a reprodução de uma linguagem mítica a seu respeito. A autora assume uma posição crítica a esse processo, afirmando que o mito de ‘capital ecológica’, ‘da cidade modelo’, cidade com alta qualidade de vida e bem planejada, não foi construída pela população, que se viu obrigada a se reconhecer nessa aparente imagem da cidade. Na opinião de Sanchez (1997), a reprodução do discurso dominante em defesa das soluções urbanísticas, inibe o processo de crítica quanto à elaboração dos projetos urbanos, homogeneizando a leitura do lugar e impossibilitando o desenvolvimento de projetos de mudança da vida urbana.

A linguagem mítica expressa de forma simplificada o espaço da cidade e as relações sociais nele existentes, segundo de Sanchez (1997),

> abole a complexidade dos fatos, confere-lhes simplicidade, suprime qualquer dialética, qualquer elevação que ultrapasse o visível imediato. Organiza uma imagem da cidade sem contradições, porque sem profundeza, uma imagem plana que se ostenta em sua vivência. Cria-se uma clareza feliz: as intervenções urbanísticas parecem significar sozinhas, por elas próprias (SANCHEZ 1997, p.36).

A modernização de Curitiba na década de 1990 instaurou, no nível do imaginário social, o desejo de transformação, de uma nova cidade. Segundo Sanchez (1997, p.37) essas operações de "construção ideológica sobre a transformação urbana" são concretizadas e eficientes, devido ao uso meticuloso do marketing, da publicidade e da psicologia social no processo de planejamento urbano. Deste modo, devido ao consenso social, ao conformismo geral da população e a aceitação acrítica das práticas urbanas estrategicamente manipuladas, Curitiba passou a se fortalecer e se assumir como sujeito, como agente das positivas transformações. Segundo a autora, o planejamento tecnocrático, que continua em pratica, exclui a participação democrática e recicla os elementos estruturantes da década de 1970. Criando novas imagens síntese a partir da linguagem visual, o governo local passou a manipular as informações através da mídia, favorecendo o controle e a dominação da opinião pública.

Sanchez (1997) associa a cidade de Curitiba da década de 1990, a um espetáculo, no qual o público são os investidores do capital internacional, os protagonistas são os agentes sociais do governo municipal, os figurantes são os cidadãos locais, e o planejamento urbano é quem está no centro da cena.

Esta gestão do espetáculo, do início da década de 1990, se deu pela nova concepção de urbanismo pós - moderno. Como explica Oliveira (2000), a nova concepção vê a construção do espaço independente dos propósitos sociais. Segundo Harvey[35] (*apud* OLIVEIRA, 2000, p. 59)

---

[35] HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo :Loyola , 1992.

> [...] os pós-modernistas vêem o espaço como coisa independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não têm necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente [...]

Foi a partir deste período, que a realização de grandes projetos urbanos começou a ser instrumento de atração de investimentos. Segundo Oliveira (2000, p.60) “a cidade atualizou seu mito de vanguarda urbanística”. Curitiba passou a inserir-se no contexto de cidades contemporâneas, se tornando uma mercadoria. As gestões urbanas que seguiram, continuaram com ênfase na política ecológica e na realização de grandes obras de efeito visual, dando continuidade a construção da imagem de uma cidade planejada.

A partir de um processo desencadeado na década de 1960, com a política de atração de investimentos industriais, através de incentivos fiscais, somado a produção de uma imagem positiva da cidade, na década de 1990, Curitiba começa a fazer parte de um processo de internacionalização e de importantes transformações sócio-espaciais (FIRKOWSKI, 2009). Firkowski (2009) afirma que a vinda de novas indústrias na década de 1990, trouxe novas atividades que passaram a se implantar na cidade, como grandes redes de hotéis, centros de comércio e serviços, bancos internacionais, eventos e feiras, serviços especializados para empresas, Na perspectiva de tornar a cidade mais equipada, competitiva e dar continuidade ao processo de atração de outras atividades, a autora afirma, que deu-se cada vez mais a especialização dos serviços vinculados as atividades empresariais e industriais, ajudando a construir a metrópole de Curitiba.

Segundo Firkowski (2009), as estratégias para tornar Curitiba visível no cenário mundial remontam às ações das décadas de 1960 e 1970, criando condições de diferenciação entre a capital e as demais cidades no Brasil. No entanto, foi na década de 1990 que se deu a associação entre a ação local e a chegada dos grandes capitais internacionais, manifestando de forma efetiva a influencia da globalização. Atraindo grandes investimentos, Curitiba adquiriu papel relevante no cenário econômico nacional e internacional, desencadeando um processo de internacionalização de vários setores e atividades, que até então eram tipicamente locais. Segundo a autora, como metrópole, cria uma nova imagem

urbana, faz grandes investimentos em acessibilidade, apresenta uma estrutura espacial metropolitana, desempenha a função de exceção em qualidade de vida, apresenta novos conceitos de morar com os condomínios fechados, passa a ter a capacidade em gerir grandes acontecimentos internacionais, desencadeia processos de pertencimento e noção de massa crítica.

Neste contexto, como aponta Vainer (2000) a questão urbana se desenvolve a partir da problemática da competitividade, na disputa pela atração de negócios, indústrias e mão de obra qualificada. Curitiba adota então como principal estratégia o *marketing* urbano, com a intenção de vender a cidade. Seu diferencial, enquanto mercadoria, passa a ser atribuído à qualidade de vida e à solução de problemas urbanos freqüentes em cidades subdesenvolvidas, como no caso do transporte público. Para Firkowski (2009), em razão disso, as práticas urbanas na capital passam a responder aos ditos do capital internacional, e os novos serviços metropolitanos se dirigem menos às pessoas comuns e mais às empresas.

Apesar de a partir dos anos 1990 Curitiba adquirir uma escala metropolitana, englobando relações estreitas com municípios vizinhos, o seu plano diretor não se alterou. Aconteceram adaptações na legislação do uso do solo por pressão dos incorporadores imobiliários interessados em adquirir lotes menos valorizados como reserva de áreas de expansão futura, como, por exemplo, as áreas do atual Ecoville a oeste de Curitiba, e do Alpaville, no município de Pinhais. A primeira área situa-se em uma região inicialmente destinada à classe trabalhadora, com objetivo de que morasse próxima à Cidade Industrial de Curitiba. Nela seriam permitidos edifícios de 4 a 6 pavimentos, caracterizada como ZR4 - Zona Residencial 4. Hoje o local é ocupado por edifícios de alto padrão, próximos a uma série de equipamentos de lazer e serviços, com apartamentos que variam de 117m² a 635m².

A segunda área situada em Pinhais, num município metropolitano à leste de Curitiba, está localizada numa região onde se encontram mananciais de abastecimento de água, portanto, em Área de Proteção Ambiental (APA). Segundo Firkowski (2009), a implantação do condomínio de casas de alto padrão foi possível devido à associação de capitais e de ações da esfera pública e privada, que alteraram a legislação ambiental e conseguiram ampliar as possibilidades de uso da região.

Com o dinamismo econômico houve também um aumento da população de baixa renda, e ampliaram-se os problemas sociais relacionados às ocupações irregulares. O aumento crescente dessa população se deu principalmente na região metropolitana, muitas delas em áreas de mananciais, devido à própria característica do controle do uso do solo adotado pela gestão da legislação na capital. Como aponta Firkowski (2009, p.59), a cidade passou a crescer de tal maneira, que o centro deixou de estar associado à riqueza, e a periferia à pobreza, ambos estão em todos os lugares e "podem ser compreendidos por meio da relação dialética que os associa". Segundo a autora, "o processo de planejamento não foi capaz de preparar a cidade para a nova dimensão metropolitana".

No período que segue, de 2000 até os dias atuais, a gestão pública locai, "a despeito do esgotamento do plano diretor, persistem na mística de uma cidade planejada, que tem seu crescimento orientado por planejadores de competência e suas políticas públicas definidas [...]" (OLIVEIRA, 2000, p.61). Sendo assim, a administração continua disseminando a idéia do urbanismo de exaltação, voltada à da produção da imagem positiva da cidade, destacando de forma mais intensa suas qualidades, e omitindo em seu discurso os problemas.

Portanto, "Curitibanização", termo cunhado por Sanchez (1997), envolve todas as peculiaridades do processo de planejamento de Curitiba. Planejamento que passou a ser prática de controle e dominação social, para atingir seu objetivo principal de promoção da imagem da cidade no cenário mundial. Curitibanização pode ser entendido, em parte, como o processo de construção e reconstrução da imagem de Curitiba, baseado no modelo de planejamento urbano de 1965. O que é relevante neste processo é a maneira estratégica como ele foi sendo concretizado: (I) pela implantação de projetos inovadores em períodos diferentes, (II) plela linguagem simbólica que favoreceu a construção de mitos, (III) pelo controle da mídia, (IV) pelos investimentos *no city marketing* e, principalmente, (V) pela criação do senso comum, que permitiu a livre gestão da cidade pelos atores do poder municipal, sem qualquer tipo de ação ou pensamento critico contestador.

5.2 COMPETIÇÃO ENTRE CIDADES E A CANDIDATURA PARA SEDIAR A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL

Curitiba, assim como outras cidades, se colocou como candidata à Copa de 2014, com a clara intenção de receber investimentos do capital internacional, justificada pela possibilidade de aumento da qualidade da infra-estrutura urbana, do dinamismo da economia local e estadual, e do aquecimento o setor turístico. Neste processo, a cidade passou a exaltar ainda mais sua imagem de cidade planejada no cenário mundial, numa tentativa de se destacar em relação às demais cidades candidatas a sediar a Copa.

Para posicionar Curitiba como uma boa concorrente, AE Noticias (2008) afirma que foi organizado um Comitê Executivo para Assuntos da Copa do Mundo de 2014[36], que ficou responsável, junto à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), pela candidatura de Curitiba como sede da Copa 2014. Em janeiro de 2009, o comitê que reúne Governo Estadual, Prefeitura de Curitiba, Clube Atlético Paranaense, além de diversas entidades comerciais, associações e federações, entregou à FIFA o termo de compromisso, garantindo o cumprimento de todas as exigências para realização do evento. Além disso, foi entregue também o projeto base de engenharia do estádio Joaquim Américo Guimarães (Arena da Baixada), a identificação dos potenciais investidores e a entrega de garantias complementares, como isenção de taxas e tributações, pelo Estado e Município.

---

[36] Segundo AEN (2008) compõem o Comitê Executivo para Assuntos da Copa do Mundo de 2014: 1 – Vice-Governadoria - 2 – Casa Civil - David Nataniel Cheriegate - 3 – Federação Paranaense de Futebol (FPF) - 4 – Vice-Presidência da Federação Paranaense de Futebol - 5 – Secretaria do Estado do Turismo - 6 – Secretaria de Estado da Educação/Paraná Esportes –7 – Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio-PR) - 8 – Associação Comercial do Paraná - 9 – Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav/PR) - 10 – Federação Convention & Visitors Bureaux - 11 – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih/PR) - 12 – Prefeitura de Curitiba - 13 – Secretaria Municipal de Turismo - 14 – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) - 15 – Clube Atlético Paranaense - 16 – Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná (Acep) - 17 – Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor).

Em maio de 2009 as doze cidades sede no Brasil foram escolhidas pela Fifa, e segundo a reportagem Copa Sedes-Curitiba (2009), Curitiba foi considerada uma das favoritas, em função da sua posição considerada de vanguarda em relação ao planejamento urbano. Levando e conta os itens analisados para que uma cidade possa sediar uma copa, Curitiba possuía alguns melhor estruturados que as demais cidades escolhidas, tais como o sistema de transporte urbano, interurbano e internacional; a mentalidade ecológica; as preocupações e ações relativas ao meio ambiente; a estrutura de turismo e lazer; o raio acessível de realização dos eventos, facilidade de deslocamentos e trajeto público.

No entanto, além de adequar ainda melhor todos estes itens à exigência da Fifa (Federation International Football Association), o governo local deverá investir também em outros, como a construção das instalações poliesportivas, criação de um projeto que vise o repasse das instalações para a população, garantia de segurança na circulação e evacuação do estádio, alinhamento do projeto urbano com o projeto para os jogos, de modo a tornar Curitiba a “melhor sede do mundial”.

De acordo com a noticia Deputados conhecem projeto de Curitiba para a Copa 2014 (2009), o presidente do IPPUC Cléver Almeida destaca que o projeto para receber a copa é para Curitiba, Região metropolitana e o Estado do Paraná, e o que estava planejado para acontecer em quinze anos acontecerá em cinco. Afirma ainda, que os projetos a serem desenvolvidos para a Copa são, na verdade, projetos já estruturados para a cidade, o que, na visão do gestor, garantiria a continuidade do uso dos equipamentos e da infra-estrutura com o fim do evento.

Segundo entrevista com funcionários do IPPUC, existe atualmente em Curitiba uma sede, localizada na regional matriz, que reúne profissionais da área de planejamento da Prefeitura Municipal responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das obras relacionadas com a Copa de 2014. Além disso, outros profissionais trabalham no IPPUC acompanhando o mesmo processo. No entanto, na entrevista não ficou clara a existência de um plano estratégico que desenvolva a cidade como um todo a partir recebimento da Copa de 2014. Não parece existir um plano que pré estabeleça medidas de controle dos impactos negativos gerados pelo evento no longo prazo, ou que incentive programas esportivos, ou ainda, que inclua a população de baixa renda neste processo. Aparentemente a atenção está voltada para as grandes obras e para as estratégias para conseguir recursos financeiros.

5.3 “QUINZE ANOS EM CINCO”: PROJETOS URBANOS PARA A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL

No geral, os investimentos para preparar Curitiba para a copa 2014 estão voltados para o setor turístico, para a segurança, sistema viário, infra-estrutura e instalações esportivas.

Com relação ao turismo, uma série de projetos serão desenvolvidos para fortalecer a atividade. Segundo a notícia Luciano Ducci apresenta projetos no Ministério do Turismo (2010), existem cinco áreas consideradas estratégicas para que o setor se desenvolva: infra-estrutura e serviços básicos; qualificação do produto turístico; fortalecimento institucional; promoção e comercialização e gestão ambiental. O custo para os projetos está previsto para 120 milhões de dólares, dos quais 60 milhões seriam investimentos da prefeitura e o restante do Prodetur Nacional[37].

De acordo com Luciano Ducci... (2010) estes investimentos seriam direcionados (i) para o projeto do bonde turístico, que visa a implantação de linhas com bondes elétricos para transportar turistas pela cidade; (ii) para as obras no Zoológico de Curitiba transformando-o num complexo turístico, com melhorias no acesso ao parque e ampliação do estacionamento; (v) para a conclusão do parque em homenagem ao centenário da imigração japonesa, no Uberaba; (vi) capacitação de profissionais do turismo para a Copa do Mundo de 2014; (vii) criação de um circuito turístico para pedestres no entorno do Paço Municipal e do Setor Histórico; (viii) implementação de ciclovias ligando os parques da cidade; (ix) elaboração do plano de marketing para a promoção do turismo na cidade; (x) e para melhorias na sinalização turística e revitalização do Passeio Público.

Segundo Edson Santana, diretor comercial do site oficial Curitiba na Copa, já existia um trabalho estratégico no setor de turismo focado no evento da Copa 2014,

---

[37] Iniciativa do Ministério do Turismo, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a Corporação Andina de Fomento (CAF), para financiar obras de infra-estrutura, qualificação profissional e apoio institucional em Estados e municípios brasileiros com mais de um milhão de habitantes (PREFEITURA de Curitiba, 2010).

antes mesmo de Curitiba ter sido escolhida como sede. A intenção do projeto turístico para o evento é unir as potencialidades de diversas cidades do Paraná, com o objetivo de atrair o visitante também para os arredores da capital, dinamizando o setor turístico em todo o Estado. (FOZ vai trabalhar na divulgação da copa 2014 [200-]). O objetivo em aumentar o número de turistas, tanto em Curitiba quanto no Estado do Paraná, é de tentar “conquistar definitivamente um lugar no rol das metrópoles cosmopolitas do mundo”, é o que afirma a notícia Os desafios de Curitiba para a Copa 2014 (2009). Segundo o governo local a cidade já está bem preparada neste quesito, possui pontos turísticos, rede de comércio e serviços, parques, praças, área para eventos, a rede de hotéis com disponibilidade de leitos já é suficiente (160 hotéis e 13 mil quartos). No entanto, até 2014 se prevê um aumento desses números, chegando a 184 hotéis e 14.950 quartos (GOL de placa, 2010).

Medidas com relação a segurança também estão sendo tomadas. Segundo Prefeitura Municipal de Curitiba (2010), novos equipamentos e técnicas de segurança estão sendo discutidos entre membros da Guarda Municipal de Curitiba, da Polícia Militar (PM) e da Polícia Civil. Já está prevista a instalação de câmeras de segurança e o desenvolvimento de um plano específico para a segurança da copa num trabalho integrado entre as facções de policiamento.

Curitiba terá projetos de revitalização e ampliação no setor de mobilidade. Segundo o Portal da Transparencia (2010), estão previstas em Curitiba melhorias no transporte com construção de corredores de BRT, obras no corredor metropolitano, na Avenida Marechal Floriano, em vias de integração Radial Metropolitanas e um sistema integrado de monitoramento do tráfego metropolitano, com gasto aproximado de R$ 630.600.000,00. Além disso, segundo Cabral (2010), prevê-se também a ampliação da ciclofaixa. De maneira geral, os empreendimentos em mobilidade priorizam a implementação do transporte coletivo e dos meios não motorizáveis, tentando garantir acessibilidade para a todos (FIGURA 22).

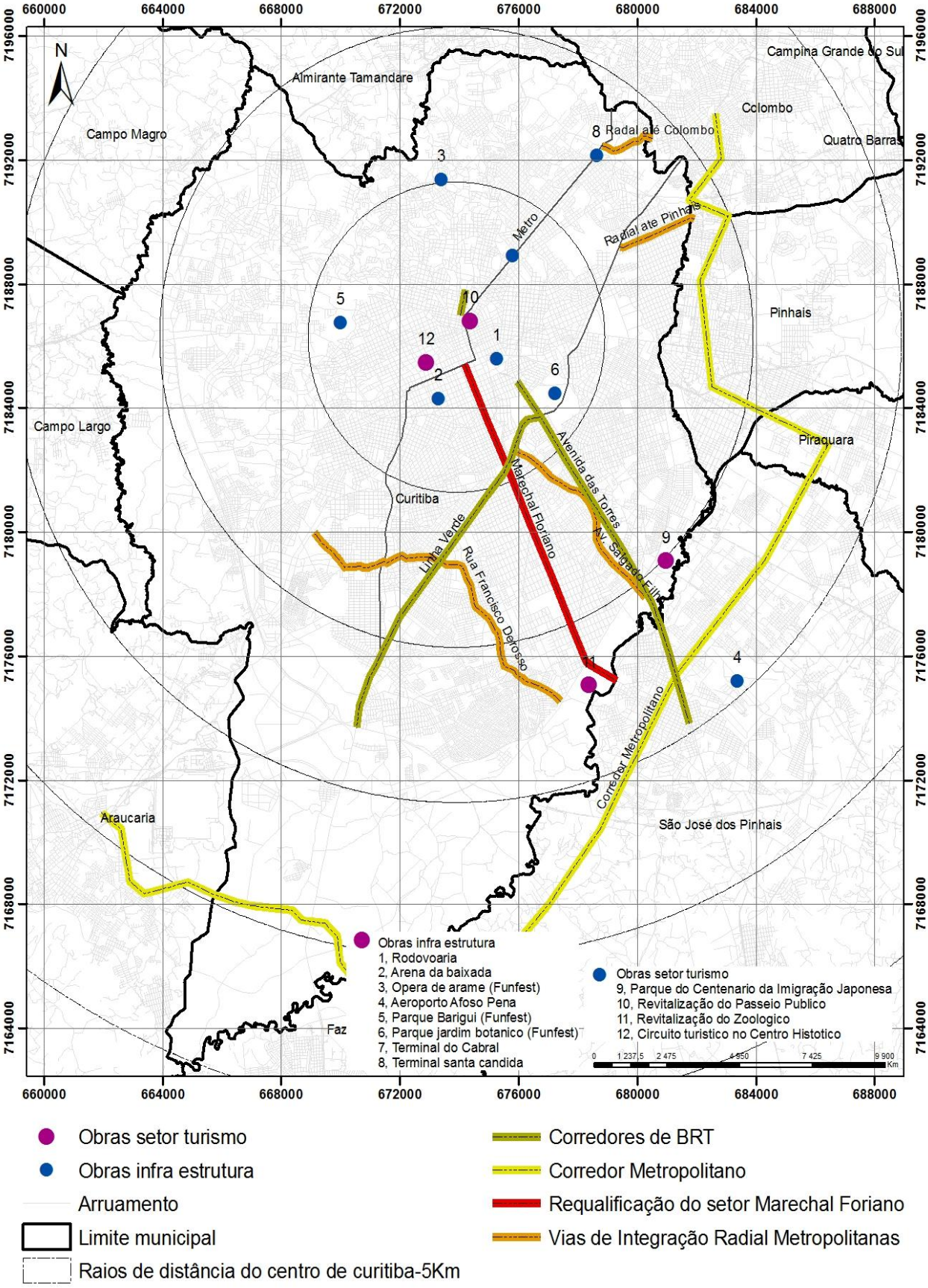


FIGURA 22 – OBRAS DE MOBILIDADE E INFRA-ESTRUTURA PROGRAMADAS PARA A COPA DE 2014

FONTE: SPREPERCITY E COMEC, 2010 – ORGANIZADO PELA AUTORA

As vias de integração compreendem a revitalização de um trecho de 1,1 Km da alça de acesso da avenida Salgado Filho, a revitalização da Rua Francisco Derosso, a construção da Via da Integração (Curitiba / Pinhais) e a construção de duas vias na Rua da Pedreira (Curitiba / Colombo). De acordo com o Portal da Transparência (2010), em recursosfederais o valor total gasto seria de 35,50 milhões de reais como mostra o QUADRO 9 abaixo.

VIAS DE INTEGRAÇÃO RADIAL METROPOLITANAS					
ETAPA	**INVESTIMENTOS (EM R$ MILHÕES)**	**RESPONSABILIDADE**		**PRAZOS**	
		RECURSOS	**EXECUÇÃO**	**INICIO**	**CONCLUSÃO**
1. Projeto Básico	3,1	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Estadual	Abr/10	Set/10
2. Desapropriações	0	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3. Alça de acesso Av. Salgado Filho (Curitiba / S.J. Pinhais) - Obra	3,6	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Estadual	Set/10	mars-12
4. Rua Francisco Derosso (Curitiba / S.J. Pinhais) - Obra	13	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Estadual	Set/10	Set/12
5. Via da Integração (Curitiba / Pinhais) - Obra	9,3	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Estadual	Set/10	Abr/12
6. Rua da Pedreira (Curitiba / Colombo) - Obra	7,5	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Estadual	Set/10	Jun/12
Valor total: 36,50 milhões.					

QUADRO 9– VIAS DE INTEGRAÇÃO RADIAL METROPOLITANAS

FONTE: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Na Avenida Marechal Floriano serão feitas melhorias no fluxo até o aeroporto Afonso pena, com construção de trincheiras e duplicação em viadutos, com um gasto total de 30,30 milhões de reais conforme a QUADRO 10. Além disso, será implantado um terço do eixo da ciclovia, entre a linha verde e Terminal do Carmo. As demais vias que terão a implantação de ciclofaixa complementam o plano cicloviário de Curitiba, e contribuem para o aumento de 100 para 187 quilômetros a malha destinada a bicicletas. O financiamento do projeto será disponibilizado pelo Banco Mundial e pela Associação Nacional de Transportes Urbanos (ANTP), e somará 2,1 milhões de reais. (CABRAL, 2010).

REQUALIFICAÇÃO DO SETOR MARECHAL FLORIANO					
ETAPA	**INVESTIMENTOS (EM R$ MILHÕES)**	**RESPONSABILIDADE**		**PRAZOS**	
		RECURSOS	**EXECUÇÃO**	**INÍCIO**	**CONCLUSÃO**
1. Projeto Executivo	0,3	Governo Municipal	Governo Municipal	Fev/10	Jun/10
2. Desapropriações	0	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3. Obras	20	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Municipal	Dez/10	Dez/12
3. Obras	10	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Estadual	janv-11	Jul/12
Valor total: 30,30 milhões.					

QUADRO 10– REQUALIFICAÇÃO DO SETOR MARECHAL FLORIANO
FONTE: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O corredor Metropolitano tem como objetivo a requalificação de um anel rodoviário no entorno de Curitiba, ligando os municípios de Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande e Araucária. O custo estimado deste empreendimento é de 130,0 milhões de reais, conforme mostra a QUADRO 11 abaixo.

CORREDOR METROPOLITANO (REQUALIFICAÇÃO DE VIAS EXISTENTES)					
ETAPA	**INVESTIMENTOS (EM R$ MILHÕES)**	**RESPONSABILIDADE**		**PRAZOS**	
		RECURSOS	**EXECUÇÃO**	**INÍCIO**	**CONCLUSÃO**
1. Projeto Básico	5,7	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Estadual	Abr/10	Out/10
2. Desapropriações	0	Não se aplica	Não se aplica	Não de aplica	Não de aplica
3. Trecho do semi anel Alm.Tamandaré / S.J. Pinhais - Obra	55,6	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Estadual	Abr/11	Abr/13
4. Trecho Fazenda Rio grande / Contorno Leste - Obra	29,4	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Estadual	Abr/11	Out/12
5. Trecho Araucária / Fazenda Rio Grande - Obra	40	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Estadual	Abr/11	Dez/12
Valor total: 130,70 milhões.					

QUADRO11– CORREDOR METROPOLITANO

FONTE: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

As obras que envolvem o BRT são três. O primeiro projeto será na avenida Candido de Abreu (FIGURA 23), e prevê a expansão do sistema já existente para receber a passagem do ônibus Ligeirão Boqueirão/Centro Cívico. A avenida será revitalizada, ganhará um calçadão para pedestres, espaços para convivência e quiosques para café. As obras terão investimento de 4,9 milhões do Governo Federal (financiamento da CAIXA), e serão executadas pelo governo municipal sem necessidade de desapropriação.

O segundo projeto, extensão da Linha Verde no Sul do Município, terá o seu plano básico concluído até dezembro de 2010, receberá um investimento de R$ 18,5 milhões do Governo Federal para execução das obras, e também não prevê desapropriações nos locais da obra.

O terceiro projeto prevê a construção de uma nova linha do transporte coletivo sobre pneus (BRT) ao longo da na Av. Comendador Franco, entre o Aeroporto Afonso Pena, que fica no município de São José dos Pinhais e a Rodoferroviária, que se localiza em Curitiba. Este projeto prevê a desapropriação de uma área irregular e receberá R$ 104, 8 milhões do Governo Federal para investir nas obras, que, devem estar finalizadas em dezembro de 2012.

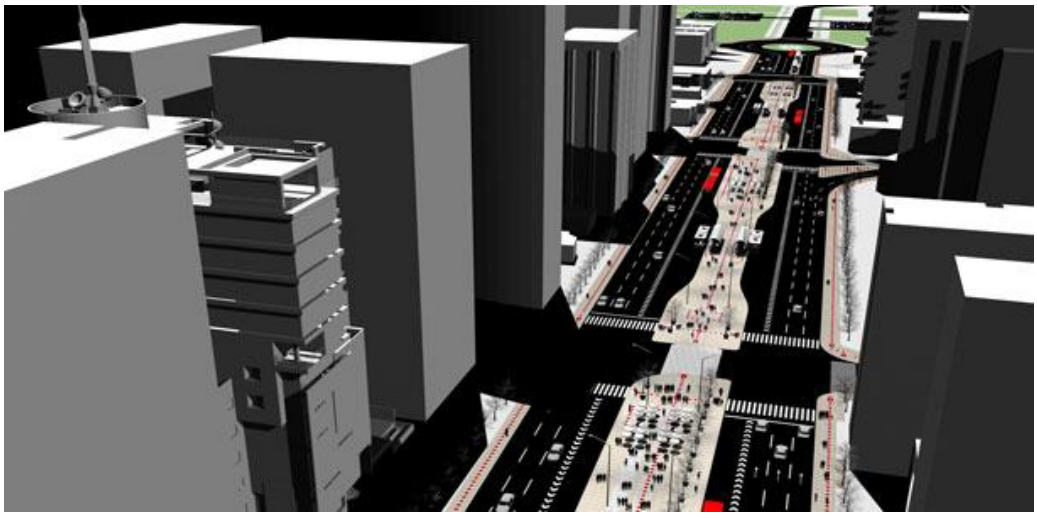


FIGURA 23 – PROJETO AVENIDA CANDIDO DE ABREU
FONTE: PINIWEB

Existe também a idéia de implantação do metrô em Curitiba. Segundo Goetten (2009) o projeto do metrô curitibano esta sendo planejado desde 2003 e pretendia aproveitar os investimentos do Estado e da União no contexto da Copa de 2014 para se concretizar. A linha do metrô (Linha azul) atravessaria a cidade sob as canaletas do biarticulado, e transformaria o espaço da via por onde hoje transita o ônibus expresso em um grande espaço de convivência, com calçadão de pedestres, ciclovia, arborização e equipamentos de lazer. Segundo o discurso do governo local, o sistema adotado, chamado de "*cut and cover*", diminuiria os gastos, melhoraria a paisagem e evitaria desapropriações. Os 22Km da Linha Azul percorreria o bairro Santa Cândida à Cidade Industrial de Curitiba (CIC), e teria um custo aproximado de R$2 bilhões.

No entanto, segundo Carvalho (2009), o financiamento para a obra não sairá mais do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) da Copa e sim do PAC 2, incluído no Orçamento Geral da União de 2011. O discurso da administração municipal se justifica afirmando que as negociações entre o governo local e o governo federal visam aliviar os gastos municipais. O atraso para o começo das

obras do metrô no prazo prometido, se sustenta ainda na idéia que, esperando pelos recursos do PAC 2, a prefeitura fica, a princípio, responsável por investir apenas R$ 400 milhões no projeto, e assumir a operação do sistema, o que evita que a iniciativa privada fique com os lucros da operação.

Muitas das polêmicas que envolvem o projeto do metrô, dizem respeito à verdadeira necessidade do transporte sobre trilhos. Críticos afirmam que há outras prioridades de investimentos em Curitiba, que significariam menores gastos, menores impactos e transtornos. O sistema de transporte e mobilidade da cidade poderia melhorar se houvessem, por exemplo, estudos sobre acessibilidade, investimentos na recuperação da malha viária, na pavimentação de calçadas, revitalização das ciclovias, segurança para pedestres e ciclistas. Antes de pensar no impacto da obra do metrô, seria preciso avaliar questões como: preço da tarifa, qualidade, segurança e conforto do transporte público atual, para entender porque as pessoas continuam a optar pelo transporte individual (DOMINGOS, 2009).

Segundo o analista político Glaudêncio Torquato, atualmente o transporte público é questão central na política, pois tem grande impacto visual. As obras do metrô “transmitem a idéia de poder e da capacidade de resolver o problema de milhões de pessoas, [...] ao contrário de saneamento básico, por exemplo”. Isso explica por que tanta ênfase na questão do metrô na mídia Curitibana. Outras sedes da Copa 2014 também tentam aproveitar o ensejo do evento para tirar o projeto do papel, desse tipo de obra Curitiba não poderia ficar de fora (SEREZA, 2009).

Além das obras de sistema viário, outras serão realizadas, como a ampliação do aeroporto Afonso Pena no município de São José dos Pinhais, da rodoferroviaria de Curitiba, de terminais de ônibus dentro do perímetro urbano curitibano, reforma e ampliação do complexo esportivo Joaquim Américo, no bairro Água Verde, adequação de infra-estrutura do parque Jardim Botânico, Pedreira Paulo Leminski e Parque Birigui para a realização dos FunFests[38], além dos demais investimentos em infra estrutura para o turismo, como mostrado na FIGURA 22.

Segundo Massimino e Salgado (2010), no aeroporto Afonso Pena estavam previstas obras de ampliação do terminal de passageiros em função do aumento do fluxo de pessoas do período do evento da Copa 2014. Essa obra custaria

[38] FunFests são eventos em que os torcedores acompanham os jogos de graça em um telão.

inicialmente R$ 38,9 milhões e começaria em abril de 2010. No entanto, devido a um atraso no processo licitatório, a nova data de início das obras passou a ser janeiro de 2012. De acordo com os autores, as obras de nove aeroportos estão atrasadas o que preocupa o ministério do esporte, já que, pela distância entre as sedes, os turistas privilegiarão o transporte aéreo. A obra no aeroporto será de responsabilidade do Governo Federal e terá um novo custo de R$ 8milhões.

De acordo com o Portal da Transparêcia (2010), as obras da rodoviária abrangem a reforma da edificação e melhorias na acessibilidade e terão um custo total de R$ 36,20 milhões, dos quais R$ 35 milhões são recursos do Governo Federal. O projeto prevê desapropriação, que será responsabilidade do município, e o prazo de conclusão é dezembro de 2012.

Está também prevista a reforma e ampliação do Terminal Santa Cândida em Curitiba localizado no bairro Santa Cândida em Curitiba, que servirá como importante ponto de integração entre a rede de transporte de Curitiba e os municípios metropolitanos ao norte na cidade, sendo também um ponto final da Linha Azul do metrô. As obras terão financiamento de R$ 12 milhões do Governo Federal, não prevê desapropriação e terá prazo para conclusão até outubro de 2012 (PORTAL da transparência, 2010).

O complexo esportivo a ser reformado será o estádio Joaquim Américo, conhecido popularmente como a Arena da Baixada, e de propriedade do Clube Atlético Paranaense. O valor total da reforma e ampliação do estádio é de R$184,50 milhões, dos quais R$25 milhões serão financiados pelo Governo Federal (financiamento do BNDES), como mostra o QUADRO 12. O estádio terá reformas na iluminação, cobertura, ampliação de estacionamento, de área para a imprensa e construção de um posto de segurança com monitores de vigilância. O projeto prevê o aumento da capacidade para 41.293 pessoas e 1.153 vagas para estacionamento. Os investimentos serão públicos e privados, sendo as obras de infra-estrutura urbana financiadas pelo município, e as especificamente na Arena a cargo do Cube Atlético Paranaense (ROSA, 2010). Segundo a notícia Governo encontra solução para bancar reforma da Arena da Baixada (2010), para que o Atlético consiga recursos para finalizar a obra do estádio, a prefeitura permitirá que o Clube receba pelo Potencial Construtivo (PC) da área onde fica o equipamento. A notícia explica que, a área permitida para construção de um imóvel pode não ser totalmente

utilizada (caso do terreno onde se localiza o equipamento esportivo), e essa sobra fica disponível como potencial construtivo, que é administrado pela Secretaria de Urbanismo, que informa a disponibilidade às construtoras da cidade e cobra por seu uso em outro terreno onde seria permitida a aquisição desse potencial. Hoje, os recursos obtidos através do PC podem ser destinados à restauração de prédios públicos e históricos e também para a educação, e neste caso, será o Clube do Atlético paranaense o beneficiário da transferência dos recursos por meio do PC.

COMPLEXO ESPORTIVO CURITIBA (REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ARENA DA BAIXADA)					
ETAPA	**INVESTIMENTOS (EM R$ MILHÕES)**	**RESPONSABILIDADE**		**PRAZOS**	
		RECURSOS	**EXECUÇÃO**	**INÍCIO**	**CONCLUSÃO**
1. Projetos Básico, Executivo e Complementares	12,5	Governo Municipal	Governo Municipal	Dez/09	Dez/11
2. Hospitalidade Comercial – Obras	16,8	Governo Municipal	Governo Municipal	janv-13	mai-13
3. Afiliados Comerciais – Obras	15,6	Governo Municipal	Governo Municipal	janv-13	mai-13
4. Barracas Gastronômicas e Voluntários – Obras	1,7	Governo Municipal	Governo Municipal	mars-14	Jun/14
5. Obras	113	Outros	Outros	mars-10	Dez/12
5. Obras	25	Governo Federal (Financiamento BNDES)	Outros	mars-10	Dez/12
Valor total: 184,50 milhões.					

QUADRO12– REFORMA NO COMPLEXO ESPORTIVO

FONTE: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Para adaptar as instalações poliesportivas foram aprovadas mudanças na Lei de Zoneamento e Uso do Solo de Curitiba em 2006. A mudança permitiu a melhoria e ampliação no entorno dos estádios do Couto Pereira, Durval Brito e Joaquim Américo (Arena da Baixada). Com a mudança na lei os estádios ficam livres para a construção de anexos voltados para atividades esportivas, e para as adaptações quanto à acessibilidade, mobilidade, qualidade de serviços exigidas pela fifa num raio de 750 a 2000 metros ao redor dos estádios. Segundo o governo local, a inclusão das Zonas Especiais Desportivas (ZE-D) pela Lei n° 11.997 de 2006, já constituía uma medida estratégica visualizando a possível escolha de Curitiba para sediar a copa de 2014.

Segundo Massaoka (2009) o estádio da Arena da Baixada foi o único a ser escolhido como sede dos jogos, porque já estava sendo reformado, o que diminuiria os gastos com investimentos. O projeto de ampliação do estádio Joaquim Américo preve desapropriações de alguns imóveis particulares localizados no seu entorno. No entanto, segundo Vicelli (2010), o município estuda possibilidade de mudanças no projeto caso os moradores não aceitem negociar suas áreas. Este impasse demonstra a possibilidade de conflitos entre os interesses públicos e privados no processo, já que o Clube prometeu à Fifa cumprir totalmente suas exigências.

Outras transformações estão em andamento em Curitiba para adequar o espaço urbano aos objetivos a serem conquistados com a Copa 2014. Segundo Oliveira (2008), para a implantação do projeto do parque em homenagem ao centenário da imigração japonesa, por exemplo, desde 2003 a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (Cohab) está executando a urbanização e regularização fundiária do Bolsão Audi/União, um conjunto de sete ocupações irregulares localizadas nas margens do rio Iguaçu, na divisa com São José dos Pinhais (FIGURA 24). Esse parque será implantado dentro da Área de Proteção Ambiental do Iguaçu, no bairro Uberaba e se localizará ao lado do Bolsão Audi/União (FIGURA 25).

FIGURA 24- OCUPAÇÃO IRREGULAR JARDIM ICARAÍ, BOLSAO AUDI-UNIÃO, 2010
FONTE: A AUTORA, 2010

FIGURA 25 – PROJETO PARQUE EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA COM VISTA DO BOLSÃO AUDI-UNIÃO AO FUNDO
FONTE: COHAB CURITIBA, 2010

Segundo Lima (2007), o poder público pôs em andamento suas propostas referentes à urbanização do Bolsão Audi/União independentemente da participação dos envolvidos no processo. Este fato, tem gerado vários protestos dos moradores que são relocados para áreas distantes da ocupação original e do centro de Curitiba. De acordo com a autora, desde a década de 1980, com a criação de Setores Especiais de Habitação de Interesse Social (SEHIS), “há uma forte tendência em concentrar essas ‘famílias problemas’ em áreas mais distantes e restritas, sobretudo

dos locais mais centrais da cidade". Lima (2007) afirma, que as famílias mal sabiam quais eram os critérios para a realização do processo de urbanização da área, e para onde iriam, o que demonstra o descaso do poder público em relação aos seus habitantes. De maneira geral a população fica sem informação, a mercê do Poder Público. Neste contexto, as famílias relocadas acabam vendendo a casa que lhes foi concedida pelo poder público, em locais normalmente distantes do centro, e voltam para o local de onde foram remanejadas, voltando a ocupar outras áreas irregularmente, mantendo a maneira como são acostumadas a viver e a relação com as pessoas comuns.

Para Lima (2007), o problema das ocupações irregulares não pode ser resumido pela ausência ou necessidade de moradia. Segundo a autora, a noção do habitar, do lugar, engloba um conjunto de elementos que nem sempre são palpáveis ou visíveis, mas não menos importantes. "O lugar guarda uma definição prático – sensível, real e concreta" (CARLOS[39] *apud* LIMA, 2007, p.03). A questão não se resolve dentro do curto prazo de um plano de ação, já que as ocupações irregulares são fruto de um processo de metropolização, de uma complexa rede de relações sociais. Os discursos expressos pelo poder público, que justificam a retirada das famílias baseados na questão ambiental, mencionando preservação da biodivesidade e conservação do meio ambiente, não levam em consideração "a dinâmica dos processos sociais em curso, que determinam de certa forma a apropriação e o uso da área" (LIMA, 2007, p. 173). Além disso, o poder público se coloca como único protagonista das ações urbanas, sem considerar os dispositivos legais que garantem a participação popular na política urbana.

Mesmo antes de concluida a 'urbanização' do Bolsão Audi/União, a área do seu entorno começa a ser alvo de especulação imobiliária. De acordo com os projetos da prefeitura para a Copa de 2014, a região abrigará o parque da imigração japonesa e já esta prevista a implantação de um empreendimento com três edifícios, o Residencial Parques do Iguaçu localizado ao lado da área (FIGURA 26). Esta dinâmica de valorização do preço da terra em áreas de baixo preço ou apropriadas por população de baixa renda, a partir de investimentos públicos, é freqüente no

[39] CARLOS, A. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

contexto da cidade. Em outras áreas que devem receber investimentos para financiar os projetos relacionados com a Copa de 2014 a dinâmica deve se repetir.

FIGURA 26 – RESIDENCIAL PARQUE DO IGUAÇU E PARQUE DA IMIGRAÇÃO JAPONESA
FONTE: ACERVO AUTORA, 2010

As áreas urbanas que se valorizam a partir desse processo, seja para turistas ou para moradores locais, ao encarecem o preço dos imóveis acabam por excluir a população de baixa renda, que não pode pagar pelo aluguel ou compra da área enobrecia. Em pesquisa acadêmica desenvolvida por BRANDENBURG (2009) verificou-se, por exemplo, que os preços dos imóveis no entorno da BR 116, por onde passará a Linha verde, nos bairros Bairro Alto e Bacacheri, tiveram um aumento do preço entre 205% a 101% respectivamente, em nove anos (2000-2009), como mostram os dados da TABELA 3. Apesar de a pesquisa ter levantado apenas variação dos preços de dez imóveis a venda por ano, comprovou a valorização da região próxima à infra-estrutura pública a ser instalada.

TABELA 3 – VARIAÇÃO DO PREÇO MEDIO POR m² ENTRE 2000 E 2009

Local	Preço médio por m²	Aumento do preço por bairro (%)
Bairro alto 2009	R$ 1273,25/m²	205%
Bairro alto 2000	R$ 417,69/m²	
Bacacheri2009	R$ 1827,72/m²	101%
Bacacheri2000	R$ 911,15/m²	

FONTE: BRANDENBURG, 2009

Lopes (2008) explicita, que membros do Conselho da Cidade de Curitiba (CONCITIBA) discutiram o fato de que a mudança na Lei de Zoneamento que alterou o uso do solo ao longo da BR116, tramitou na Câmara Municipal de Curitiba muito rapidamente, não tendo sido discutida com os moradores dos bairros afetados. Os instrumentos jurídicos e políticos previstos no Estatuto da Cidade não foram utilizados, o assunto não foi debatido com profundidade, e parte da população se viu prejudicada com as mudanças nos parâmetros construtivos. Lopes (2008) exemplifica com o caso de

> Carlos Roberto Pim, proprietário de uma oficina de caminhões, diz que só colheu o lado ruim da nova avenida. Teve uma queda de 40% no movimento, já que muitos caminhões deixaram de circular na BR-476. Com isso, reduziu o número de funcionários de 14 para 6.

Segundo a notícia Não há isenção fiscal entre incentivos da Linha Verde (2008), a principal transformação foi a mudança no padrão de ocupação das áreas lindeiras à antiga BR-116 (atual BR-476). Onde antes predominavam atividades ligadas à área de transporte (como postos de combustíveis, borracharias, lojas de autopeças entre outras), depois da mudança na Lei de Zoneamento no ano de 2000 permitiu-se a diversidade de usos, com a possibilidade de construção de empreendimentos destinados ao comércio, serviços e moradia, objetivando o adensamento da área. Para incentivar a ocupação, a prefeitura municipal criou incentivos construtivos nos chamados pólos de comércio e serviço (FIGURA 27), localizados ao longo da Linha Verde. Nestes locais as construções podem ter até três vezes a área do terreno e as áreas acrescidas não serão computadas no cálculo global de área construída, se não ultrapassarem 10% da área já edificada. Para

estimular o uso habitacional ao longo de toda a via, a prefeitura oferece desconto no valor do potencial construtivo adquirido: 75% do valor de mercado da área acrescida em relação à área existente no projeto nos empreendimentos comerciais, e 60% nos edifícios residenciais.

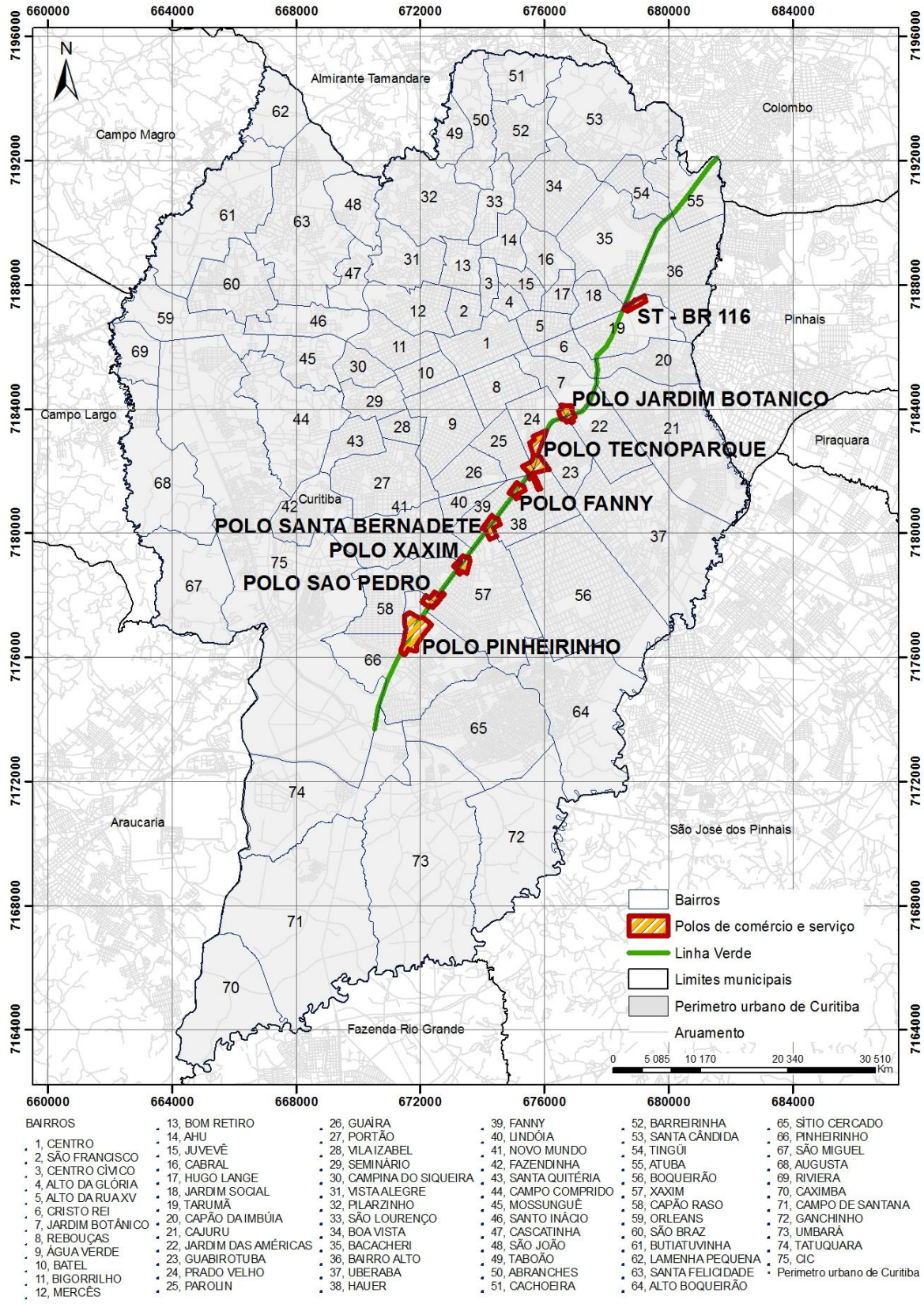


FIGURA 27 – PÓLOS DE COMÉRCIO E SERVIÇO AO LONGO DA LINHA VERDE

FONTE: IPPUC 2010 e COMEC, 2007 – ORGANIZADO PELA AUTORA (2010)

Alexandre Pedrozo, membro do CONCITIBA, aponta que “Curitiba tem o Relatório Ambiental Prévio (RAP), que trata de questões viárias e ambientais, mas não dos impactos do ponto de vista econômico e da valorização imobiliária”. Mecanismos previstos no Estatuto da Cidade, tais como estudo do impacto de vizinhança e IPTU progressivo no tempo, poderiam ser aplicados para equilibrar os ônus e bônus da valorização que ocorre gradualmente. Na opinião de Pedrozo, a Linha Verde tem grande impacto no espaço urbano, pois gera mais valia dos imóveis[40] (LOPES, 2008).

Em razão dessa dinâmica, deveriam ocorrer mais discussões a respeito da reestruturação urbana, para que o impacto positivo não beneficiasse somente interesses daqueles poucos que participam do mercado especulativo de terras. Com a valorização da terra devido ao aumento da qualidade de infra-estrutura urbana, ou da possibilidade de aumento, a especulação imobiliária cresce. A propriedade passa a ter cada vez mais valor de troca, constituindo fonte de lucro para quem pode participar do jogo do mercado.

Exemplo disso, é o novo empreendimento denominado Neoville. Segundo Rios (2010) a área de 1 milhão de metros quadrados na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) começa a se tornar um novo pólo de exploração imobiliária (FIGURA 28). Rios (2010) afirma que o planejamento da extensa área foi desenvolvido pela prefeitura e pela empresa Jayme Canet Junior Desenvolvimento Imobiliário S.A. nos últimos três anos. A área terá casas, sobrados, condomínios horizontais fechados, prédios de quatro a oito pavimentos, comércio e pequenas indústrias. O objetivo é atrair principalmente a classe média, que, segundo dados atuais, é quem tem se beneficiado dos financiamentos públicos para a aquisição da casa própria no Brasil. Segundo o consultor de imóveis Fabro (2010), no Barcelona Neoville, um dos empreendimentos lançados que possui doze torres de apartamentos econômicos, as coberturas e os apartamentos de dois quartos já foram todos vendidos.

[40] Mais valia consiste no incremento no valor da terra/ imóvel relacionado apenas a qualificação e valorização do entorno

FIGURA 28– TERRENO DO BAIRRO NEOVILLE
FONTE: GAZETA DO POVO, 2010

O empreendimento localizado no sul do município aproveita estrategicamente dos investimentos públicos em infra-estrutura do entorno relacionados à Copa de 2014, como a linha verde e o contorno sul (FIGURA 29). Em outros momentos talvez a área não tivesse o mesmo sucesso em vendas. Rios (2010) aponta que, de acordo com um consultor do Sindicato da Indústria da Construção (Sinduscon), esta prática vem se tornando cada vez mais comum em Curitiba. Grandes incorporadoras, visualizando o crescimento do mercado, investem em áreas até então inexploradas. A partir dos dados apresentados, pode-se afirmar que em Curitiba esse “crescimento do mercado” tem forte relação com investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos públicos, que dotam o espaço de amenidades que valorizam áreas antes pouco exploradas pelos incorporadores imobiliários e grandes proprietários de terra. O caso do Neoville pode ser comparado ao já ocorrido no Ecoville, pois o empreendimento vem acompanhado de infra-estrutura e serviços públicos, o que gera uma forte valorização da terra na região. A diferença é que, a princípio, o Neoville é voltado para a classe média.

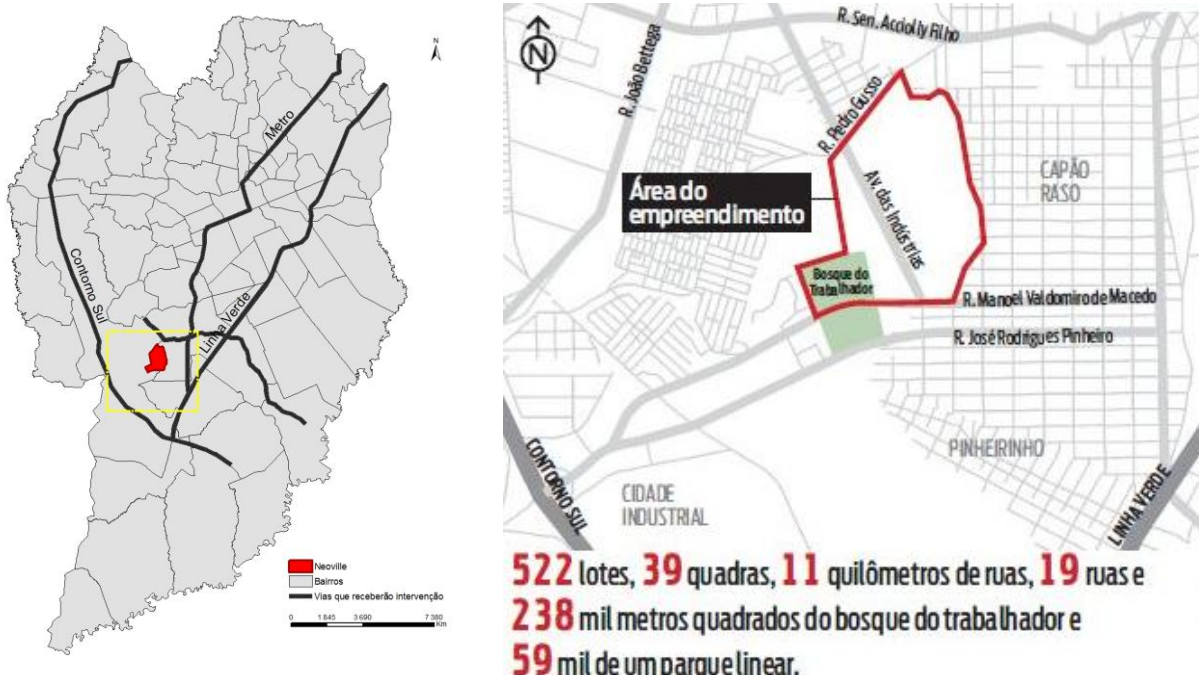


FIGURA 29 – LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO NEOVILLE
FONTE: GAZETA DO POVO, 2010

A partir desta análise, fica claro que o desenvolvimento e implantação dos projetos relacionados com a Copa de 2014 vêm sendo concebidos a alguns anos, mas não foram amplamente discutidos com todos os agentes sociais. A maioria dos grandes empreendimentos favorece muito mais os grandes investidores do que a população residente, que por não possuir informação qualificada e espaço para discussão, não possui força política para questionar os processos de transformação urbana.

5.4 SINTESE DA ANALISE DA REALIDADE

De maneira geral, percebe-se que Curitiba continua mantendo sua posição no cenário mundial a partir da estratégia do *city marketing*, exaltando sempre a sua imagem de cidade bem planejada. Segundo Sanchez (1997), desde quando era conhecida pela modernidade urbana, mesmo antes da década de 1990, Curitiba tem conseguido consolidar uma imagem síntese positiva, projetando-se no cenário

internacional e construindo um aparente consenso social. Ao longo do tempo o governo local se preocupou em reciclar a imagem da cidade, de modo para preservar sua posição hegemônica frente a outras imagens que prejudicariam a sua aparência, tais como a expansão das ocupações irregulares ou os indicadores baixos de qualidade de vida em alguns bairros periféricos, por exemplo.

Primeiro, o foco foi o urbanismo inovador, com realce para o transporte público; depois a visão humana da cidade, preocupando-se com ciclovias e vias exclusivas para pedestres; mais tarde, o foco foi a preocupação com o meio ambiente; depois as novidades da arquitetura como Ópera de Arame, Jardim Botânico, Rua 24horas etc. Tudo isso, somado aos investimentos na comunicação e na mídia, ajudando a construir o mito da 'cidade modelo', da 'cidade que deu certo'. Para Sanchez (1997), o mito, que aparece enquanto realidade incontestável, organiza a realidade de forma seletiva e consegue conquistar ampla adesão social. Segundo Barthes[41](1989, *apud* SANCHEZ, 1997) a construção da imagem da cidade consegue apoio do senso comum, pois descreve Curitiba de modo parecido com o real. No entanto, a imagem exaltada positivamente, que contribui para as práticas sociais, é apenas parte do real, ela não é, portanto, completamente verdadeira.

Neste contexto uma leitura crítica do processo se faz necessária. Segundo Vainer (2001) o espaço urbano é espaço de construção política, de conflito e, por conseguinte, é heterogêneo. Não é essa idéia que Curitiba constrói, e por isso é fundamental desmistificar a imagem parcial, objetiva e universal, criada por um número restrito de agentes sociais. Segundo Sánchez (1997) a unanimidade, o consenso, anula ou apaga outras interpretações e leituras da realidade. A autora julga que

> a leitura unânime possa ser indicadora de agudo empobrecimento da consciência social na medida em que se um conjunto complexo e diversificado de agentes sociais pensa a mesma coisa sobre determinado assunto – no caso a cidade – é de se supor que, de fato, ninguém esteja pensando nada (SANCHEZ 1997, p. 25).

---

[41] BARTHES, R. Mitologias. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Como afirma Oliveira (2000), quem efetivamente participa do planejamento urbano em Curitiba são os empresários e urbanistas do poder público, agentes que tem historicamente pensado a cidade. Para o autor, a compatibilização entre os interesses destes agentes sociais é que tornou-se fundamental para qualquer êxito na política urbana, e salienta que o planejamento urbano implantado não tem se dirigido à cidade 'real' e sim a cidade 'legal', excluindo, portanto, os setores da economia informal. De maneira geral, no Brasil os recursos e propriedades, que de certa forma são necessários para a divisão justa da posse da terra, se encontram sob controle ou influência de uma minoria capitalista. Os diversos setores da economia, seja em forma de monopólio ou oligopólio, pressionam o poder público e fazem prevalecer seus interesses sobre os projetos urbanísticos.

De acordo com Oliveira (2000), os setores de transporte, de bens de produção, bens de consumos duráveis, do setor imobiliário, de empreiteiras, do comércio, o setor industrial, da construção civil, entre outros, organizam-se em sua própria defesa, preparando seu mercado e mobilizando setores com interesses comuns para influenciar politicamente o processo de transformação urbana. O autor afirma que para terem participação formal na elaboração das políticas de planejamento urbano, as entidades representativas do empresariado local criam comissões encarregadas de efetivar os contatos com o poder público municipal. Exemplo disso foi a reformulação do Código de Obras do Município (1988), elaborado pelo Sinduscon (Sindicato da Industria da Construção Civil), IEP (Istituto de Engenharia do Paraná) e Crea (Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo); a Lei do solo Criado (1992), elaborado pelo IPPUC (Instituto de Planejamento e Pesquisa de Curitiba) e Ademi (Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário); e a Lei do Zoneamento e Uso do Solo (1988) elaborado pelo Sinduscon e ACP (Associação Comercial do Paraná).

Portanto, ao longo do tempo Curitiba foi sendo construída a partir de um ponto de vista principal: a do poder público aliado com os interesses do capital privado. A partir da década de 1990, com a intensificação das dinâmicas econômicas em nível mundial, o governo local passou a se preocupar ainda mais com o embelezamento da cidade, com os interesses do capital internacional e com a venda da imagem da cidade planejada. O que se observa nos últimos anos da atual

década, é que o planejamento urbano de Curitiba voltou-se para intervenções pontuais, que visam a conquista de interesses específicos e não os interesses da sociedade como um todo.

Todas estas questões são fundamentais para se compreender o contexto atual, quando a cidade se prepara para receber um dos mais importantes eventos internacionais, a Copa de 2014. Pelo exposto, o que se observa é a permanência desse processo pontual e voltado a interesses de determinados grupos. Não tem sido discutidas, por exemplo, as possíveis conseqüências negativas dos processos de reestruturação espacial, que podem atingir a população médio e longo prazo. A necessária distribuição dos ônus e benefícios, derivados dos investimentos públicos que vem sendo feitos para o evento, a implantação de um processo de gestão democrática, entre outros, não são discutidas e nem incorporadas pelo planejamento urbano.

A percepção de gestores[42], e em muitos casos o do senso comum é que Curitiba já é uma cidade bem estruturada, entrou na competição de cidades e ganhou da concorrência. A adequação às exigências da Fifa se fará aos poucos. Enquanto a prioridade de execução dos projetos já foi desenvolvida, a existência de um plano mais abrangente, que possibilite a apropriação dos investimentos públicos pela sociedade como um todo, ou que levante as conseqüências dos impactos negativos a longo prazo é ainda desconhecido. De acordo com técnicos do órgão de planejamento municipal, foram definidas estratégias para turismo, mobilidade, segurança e infra-estrutura, mas no momento, o foco da Fifa é a África do Sul, que após a conclusão dos jogos no continente Africano deve ser mais rigorosa quanto as cobranças para o evento de 2014.

A exemplo do que aconteceu com a mudança na Lei do Zoneamento ao longo da BR116, que de, maneira geral, não incorporou a aplicação de instrumentos urbanos para recuperar o impacto da mais valia, ou ainda, a exemplo da urbanização do bolsão Audi-União, que não levou em consideração a participação moradores locais no processo de ‘urbanização’, a tendência é que as obras desenvolvidas para a Copa 2014 mantenham essa mesma dinâmica. As

[42] Gestores do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) entrevistados pela autora em 27 de maio de 2010.

transformações são de grande dimensão, têm importância para a promoção da cidade no contexto mundial, e afetam negativamente “sobretudo as atividades de pouca intensidade capitalisa” (BERRY-CHIKHAQUI; DEBOULET; ROULLEAU-BERGER, 2007, p.18). Normalmente os projetos e estratégias são pensados por poucos, a informação das mudanças chega para alguns grupos, e esses têm tempo para se organizar, se apropriar dos benefícios públicos e das mudanças na legislação. Portanto, quando a notícia dos projetos de reestruturação urbana é conhecida pela população tudo já está pré-determinado, e o processo parece que ocorre rapidamente, sem muita discussão. É o que Villaça (1997) chama de “discursos” e “ações” por meio do planejamento urbano. A história dessa prática no Brasil tem demonstrado que o discurso é bem diferente da ação, e a história da prática do planejamento em Curitiba é prova contundente desse processo.

A falta da participação democrática, dos conflitos entre diferentes opiniões, portanto, a falta da prática da cidadania, leva a construção de uma sociedade sem senso crítico, sem vontade de mudanças. Segundo Sanchez (1997) a construção de uma opinião social hegemônica, sem qualquer complexidade é uma importante ferramenta que facilita o controle e manipulação da opinião pública por parte do poder municipal. Desta forma, os verdadeiros agentes das mudanças compõem o governo local, enquanto os cidadãos passam a ser meros figurantes no processo de produção do espaço onde vivem.

Neste aspecto vale lembrar, com base na Lei 10.257/01 do Estatuto da Cidade, e na lei municipal 11.266 de 2004 que adequou o Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade, que a participação popular condiciona as decisões de interesse público. Ainda, que o Estatuto da Cidade prevê instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos para garantir o desenvolvimento social justo, para que todos os moradores participem do processo de planejamento e sejam beneficiados pelas decisões tomadas e pelos investimentos públicos em urbanização.

A partir da história do processo de planejamento do município, já aprofundado nos capítulos anteriores, e diante de um evento esportivo de importância internacional como a Copa 2014, o discurso do governo local quanto ao legado positivo, o aumento do número de empregos, as melhorias na infra-estrutura básica, na mobilidade, etc precisa, portanto, ser relativizado. O histórico de Curitiba, baseado na construção de uma imagem positiva de cidade a partir de mitos, permite

concluir que muito do que é veiculado pela mídia local e internacional, não corresponde a realidade da maioria de seus cidadãos.

Objetivando uma leitura mais crítica e menos mitificada do processo de urbanização ocorrido, Casagrande[43] (2010) questiona, por exemplo, o premio de cidade mais sustentável do mundo. Segundo ele, Curitiba possui muitos dos seus rios e lagos poluídos; tem problemas na destinação dos resíduos produzidos; possui um crescimento constante da frota de carros, o que a coloca no patamar da cidade com maior número de carros per capta do país; as ciclovias estão em estado de decadência e não servem ao trabalhador; e o transporte público não consegue atender com qualidade a demanda crescente, e conclui que:

> Curitiba ainda colhe dividendos de um passado glorioso, tendo um presente bastante duvidoso do ponto de vista da sustentabilidade e um futuro ainda mais incerto. Troféus são bonitos nas prateleiras, mas pouco contribuem para mudar a realidade! (CASAGRANDE, 2010)

Em síntese, Curitiba tenta veicular a imagem positiva da cidade, enquanto prepara o espaço urbano às exigências da fifa recuperando mitos já enraizados na identidade da cidade. Assim como Barcelona, Rio de Janeiro e Johanesburgo o governo local procura investir em pontos estratégicos para o evento (infra, estrutura, turismo, mobilidade, segurança, *marketing* urbano etc), para criar uma estrutura estável aos investidores nacionais e internacionais, e assim, garantir a continuidade do interesse destes mesmo depois do evento. Curitiba buscou como referencia de planejamento estratégico o exemplo de Barcelona, no entanto, não possui a mesma 'centralidade' na rede mundial de cidades. Assim, é possível afirmarmos que as conseqüências da Copa de 2014 podem ser bem diferentes das Olimpíadas de 1992.

É preciso destacar ainda, que no Brasil a Constituição Federal garantiu a todo cidadão o direito de questionar as mudanças que afetam os interesses da coletividade, participando efetivamente do processo de planejamento de seu município. A partir da realidade exposta neste capítulo, apresenta-se na seqüência

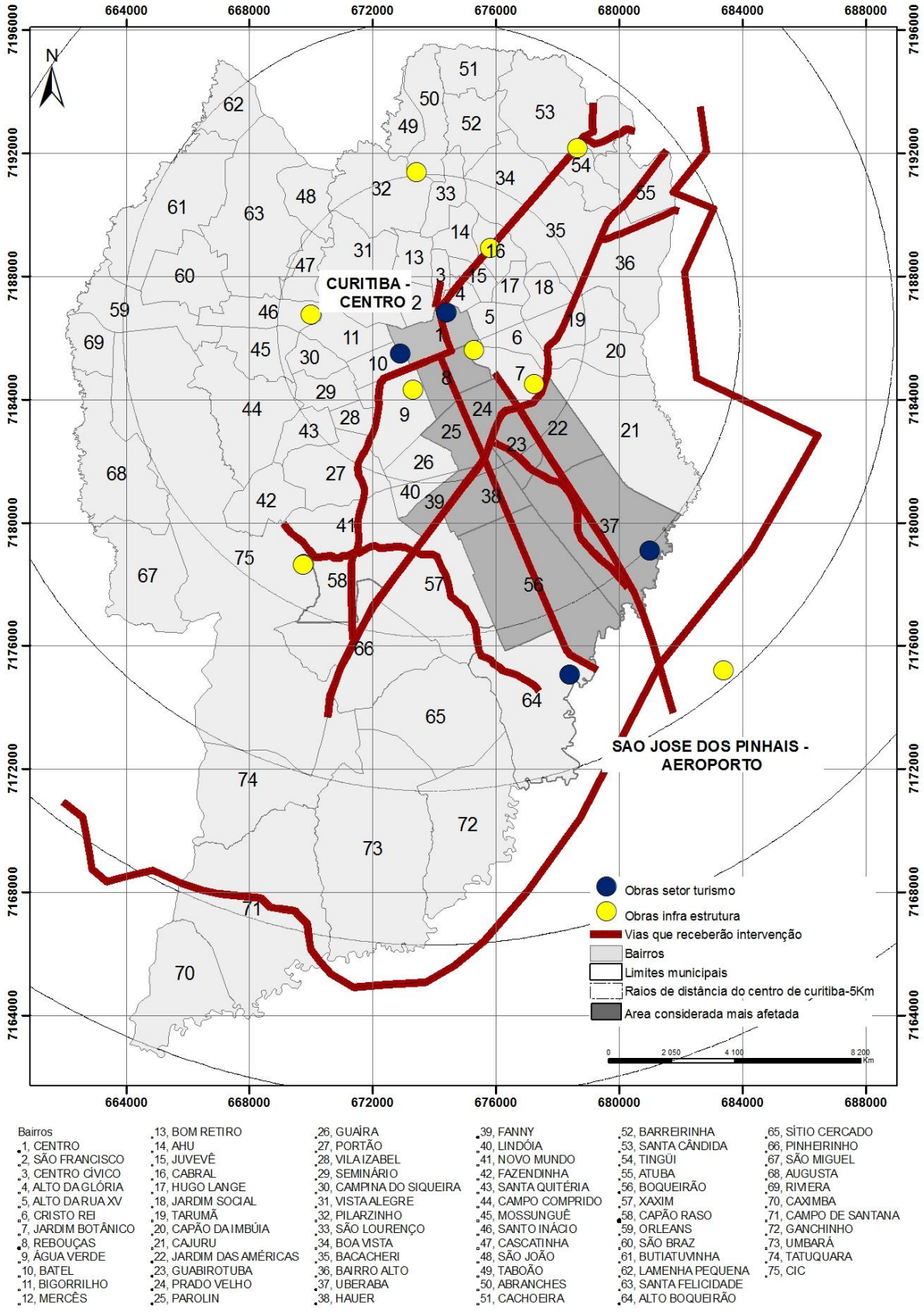
---

[43] Eloy F. Casagrande Jr**.**, Ph.D., é coordenador do Escritório Verde da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) (PORTAL DA COPA 2014, 2010).

as diretrizes projetuais que embasarão o projeto de TFG a ser desenvolvido no segundo semestre.

6 DIRETRIZES PROJETUAIS -
Curitiba sede da Copa do Mundo de Futebol: proposta de um plano de urbanização alternativo ao modelo mercadológico

A partir do estudo desenvolvido a respeito do processo de estruturação da cidade contemporânea, da prática do Planejamento Estratégico e sua relação com os Grandes Projetos Urbanos, da recorrente falta de participação coletiva nas decisões acerca das transformações urbanas derivadas da implantação de grandes eventos esportivos internacionais, permite-se concluir que o processo de planejamento urbano na atualidade tem respondido mais aos interesses econômicos do que às necessidades e interesses da população local. A partir desta constatação, levando em consideração a escolha de Curitiba como sede da Copa 2014, e a pré-definição de projetos e áreas urbanas a serem reestruturadas para esse evento, pretende-se desenvolver um Plano de intervenção urbanística dos bairros diretamente impactados pelo maior número de obras relacionadas à Copa de 2014, e que estão localizados entre o centro de Curitiba e o Aeroporto Afonso Pena em São José dos Pinhais (FIGURA 30). A principal referência para este Plano serão os princípios definidos pelo Estatuto da Cidade.



Bairros
1, CENTRO
2, SÃO FRANCISCO
3, CENTRO CÍVICO
4, ALTO DA GLÓRIA
5, ALTO DA RUA XV
6, CRISTO REI
7, JARDIM BOTÂNICO
8, REBOUÇAS
9, ÁGUA VERDE
10, BATEL
11, BIGORRILHO
12, MERCÊS
13, BOM RETIRO
14, AHU
15, JUVEVÊ
16, CABRAL
17, HUGO LANGE
18, JARDIM SOCIAL
19, TARUMÃ
20, CAPÃO DA IMBÚIA
21, CAJURU
22, JARDIM DAS AMÉRICAS
23, GUABIROTUBA
24, PRADO VELHO
25, PAROLIN
26, GUAÍRA
27, PORTÃO
28, VILA IZABEL
29, SEMINÁRIO
30, CAMPINA DO SIQUEIRA
31, VISTA ALEGRE
32, PILARZINHO
33, SÃO LOURENÇO
34, BOA VISTA
35, BACACHERI
36, BAIRRO ALTO
37, UBERABA
38, HAUER
39, FANNY
40, LINDÓIA
41, NOVO MUNDO
42, FAZENDINHA
43, SANTA QUITÉRIA
44, CAMPO COMPRIDO
45, MOSSUNGUÊ
46, SANTO INÁCIO
47, CASCATINHA
48, SÃO JOÃO
49, TABOÃO
50, ABRANCHES
51, CACHOEIRA
52, BARREIRINHA
53, SANTA CÂNDIDA
54, TINGUI
55, ATUBA
56, BOQUEIRÃO
57, XAXIM
58, CAPÃO RASO
59, ORLEANS
60, SÃO BRAZ
61, BUTIATUVINHA
62, LAMENHA PEQUENA
63, SANTA FELICIDADE
64, ALTO BOQUEIRÃO
65, SÍTIO CERCADO
66, PINHEIRINHO
67, SÃO MIGUEL
68, AUGUSTA
69, RIVIERA
70, CAXIMBA
71, CAMPO DE SANTANA
72, GANCHINHO
73, UMBARÁ
74, TATUQUARA
75, CIC

FIGURA 30– PROJETOS URBANOS RELACIONADOS À COPA DE 2014

FONTE: SKYPERCITY, 2010 e COMEC, 2007 – ORGANIZADO PELA AUTORA

O Plano Urbanístico a ser desenvolvido, visa investigar a adequação do espaço urbano às obras da Copa 2014, e à luz do Estatuto da Cidade apontar alternativas para desenvolver e implantar esse processo de forma sustentável, justa e pactuada entre os interesses locais e globais. Objetiva-se, sobretudo, garantir a função social da terra, baseando-se no direito à cidade, à habitação, ao acesso de todos os cidadãos aos serviços públicos, como previsto na Lei n° 10.257/2001.

A metodologia adotada dividirá o projeto em três etapas. A primeira visa a elaboração de um diagnóstico da área específica de estudo. A segunda, a projeção de um cenário tendencial, levando em conta o diagnóstico realizado. E a terceira etapa constitui a elaboração do plano de urbanização propriamente dito.

1. **Etapa 1: elaborar um diagnóstico dos bairros mais afetados pelos projetos relacionados à Copa de 2014.**

   1.1 - Identificar os agentes sociais e seus interesses, responsáveis pela estruturação espacial;
   1.2 - Identificar o perfil da população diretamente afetada pelas transformações
   1.3 - Aprofundar o conhecimento a respeito das características dos projetos definidos pelo comitê de gestão da Copa de 2014;
   1.4 - Levantar e estudar os instrumentos urbanísticos incidentes na área, bem como as mudanças na legislação ocorridas nos últimos anos;
   1.5 - Levantar os grandes empreendimentos imobiliários recentemente lançados, assim como o histórico do preço da terra
   1.6 - Identificar a utilização de instrumentos de gestão democrática no processo de implantação das obras para a Copa de 2014, o nível de transparência, a profundidade e a acessibilidade da informação por parte da população.

2. **Etapa 2: projetar o cenário tendencial da área em estudo, tendo como referência o processo de reestruturação espacial identificado na Etapa 1**

2.1 – Simular as tendências de uso e ocupação do solo;

2.2 - Simular as transformações do mercado de terras, tendo como referência a evolução do preço da terra e os novos empreendimentos imobiliários;

2.3 - Identificar os impactos sócio-espaciais sobre a população residente, procurando identificar os processos de reestruturação do espaço provocados pela valorização da terra, tais como: a segregação sócio-espacial, gentrificação, expulsão dos residentes de baixa renda e formação de novas periferias, apropriação dos investimentos públicos por uma parcela restrita da população;

2.4 - Identificar as escalas de gestão envolvidas no processo, levando em conta os impactos e os projetos a serem implementados.

3. **Etapa 3: elaborar um plano urbanístico alternativo ao modelo mercadológico, que atualmente tem norteado as intervenções urbanas em cidades que recebem grandes eventos esportivos internacionais**

3.1 –Desenhar uma metodologia de planejamento baseada na participação social, na justa distribuição dos benefícios e ônus da urbanização, e nas reais necessidades urbanas que devem nortear a sua prática. A referência será o Estatuto da Cidade, em especial a função social da cidade e da propriedade urbana; a recuperação da valorização imobiliária; a priorização de investimentos geradores de bem-estar aos diferentes segmentos sociais; a simplificação da legislação de tal modo que esta seja entendida pelos grandes contingentes populacionais de baixa renda; a gestão democrática e participativa em todas as etapas do planejamento.

3.2 – Com base nesses princípios, simular a aplicação de instrumentos urbanísticos e fundiários, em especial: Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsório; IPTU Progressivo no Tempo; Desapropriação com pagamento de Títulos; Consorcio Imobiliário; Outorga Onerosa do direito de Construir; Transferência do Direito de Construir; Operações Urbanas Consorciadas; Zonas Especiais de Interesse Social; Direito de Preempção.

3.3 Propor um sistema de gestão que incorpore, em todas as etapas do processo de planejamento, os instrumentos de participação democrática, tais como: Órgãos colegiados de política pública; Debates, audiências e consultas públicas; Conferencias sobre assuntos de interesse urbano; Estudo de Impacto de vizinhança. A partir desses instrumentos, definir o sistema de acompanhamento e fiscalização da execução do plano;

3.4 - Estudar e propor a utilização dos investimentos pós-evento para a população como um todo.

Em resumo, estas diretrizes fundamentarão metodologicamente uma proposta que visa a justiça social, e que propõe realmente o desenvolvimento socioespacial, diferenciando-se assim do plano mercadológico, difundido atualmente. Num contexto de internacionalização de cidades inseridas na atual dinâmica econômica capitalista, que acentua a desigualdade socioespacial, buscar a equidade social, fazendo valer os direitos dos cidadãos, se torna um grande desafio a ser conquistado pela política urbana nas cidades brasileiras.

7 REFERENCIAS

AE NOTICIAS. Membros do comitê da Copa 2014 tomam posse. Paraná online, 2008. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/canal/vida-e-saude/news/331256/> Acesso em 27//05/2010

AEN, Autoridades unidas para trazer Copa do Mundo para Curitiba. **Bem Paraná**, 2010. Disponível em: <http://www.bemparana.com.br/index.php?n=86335&t=autoridades-unidas-para-trazer-copa-do-mundo-para-curitiba> Acesso em 07/06/2010

ÁFRICA do Sul pretende melhorar turísmo com legado da Copa. Lancenet.com, 2010. Disponível em :< http://www.lancenet.com.br/noticias/10-05-05/747295.stm> Acesso em 13/05/10

AMARAL, M.D.B ; da SILVA , M.A.P . As encruzilhadas da gestão urbana: uma discussão sobre políticas de renovação urbana em Belém**.Belem: Fase, [200**-] Disponível em : <www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/10_Marcio_Marcos_36.doc> Acesso em 08 de março de 2010.

AMENDOLA, M. O ordenamento urbano carioca sob a ótica do plano estratégico de cidades. Revista geo-paisagem (on line)vol. 1, número 2, 2002 .Julho/dezembro de 2002. Disponível em <http://www.feth.ggf.br/Plano20estratC3A9gico.htm> Acesso em abril de 2010

ASCHER. F. **Les nouveaux príncipes d'urbanisme**. Paris: Édition de L'Aube, 2006.

ASSOCIAÇÃO dos Moradores do Canal do Anil. **Jogue o povo na rua**, 2009. Disponível em: <concacidadania.blogspot.com/2009/10/pan-americanos-2007.html> Acesso em: 03/03/2010.

BARDELLA, M. A Copa e seus problemas. Futebol e Negócioas, maio 2008. Disponível em :< http://futebolnegocio.wordpress.com/2008/05/21/copa-2010-e-seus-problemas/> Acesso em 09/05/10

BASSUL, J.R. Reforma Urbana e estatuto da cidade. **EURE (Santiago)** v.28 n.84. Santiago, 2002 Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250 71612002008400008&script=sci_arttext> Acesso em 01 maio de 2010.

BENEVOLO, L. **A História da cidade.** 4° Ed. São Paulo: Perspectiva, 2005

BENKO, G. Mundialização da economia, metropolização do mundo. **Revista do departamento de Geografia**.Curitiba, n. 15, 2002 . p. 45-54.

BENDICTO. B de M. **Desafiando o coro dos contentes: vozes dissonantes no processo de implementação dos jogos pan-americanos, rio 2007.** In XII Anpur-encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. Florianópolis, 2009. 1 CD-ROOM

BERRY-CHIKHAOUI, I.;DEBOULET, A.;ROULLEAU-BERGER, L.(dir) **Villes internationales. Entre tentions et réactions des habitants.** Paris: La Découverte, 2007.

BERTOLOTTO, R. No centro do Rio, protesto contra o Pan antecipa abertura. **UOLPan 2007**,13/07/2007. Disponível em:< http://pan.uol.com.br/pan/2007/ultnot/2007/07/13/ult4343u1180.jhtm> Acesso em 06/06/ 2010

BOND, P. **África do Sul: protestos urbanos ao rubro (1ª Parte)**. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache> Acessado em maio de 2010

BRANDENBURG, E. **Conclusão de pesquisa da disciplina mercado imobiliário e estruturação da cidade**. Curitiba, 2009

BRUM, L. Copa 2010: Segurança e transporte são gargalos em Johanesburgo, onde será realizada a final da Copa 2010. **O Globo**, 2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/viagem/mat/2009/06/04/copa-2010-transporte-seguranca-sao-gargalos-em-johanesburgo-onde-sera-realizada-final-da-copa-2010-756188546.asp> Acesso em 29/05/10

CABRAL ,T. Por um ar mais limpo, incentivo à ciclofaixa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2010. Disponível em:< http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=1006693&tit=Por-um-ar-mais-limpo-incentivo-a-ciclofaixa> Acesso em 28/05/2010

CASAGRANDE, E.F. Curitiba, cidade mais sustentável? **Portal Copa 2014**, 2010. Disponível em:< http://www.copa2014.org.br/noticias/2520/CURITIBA++CIDADE+MAIS+SUSTENTAVEL.html> Acesso em 29/05/2010

CARVALHO, R. B.; GAIO, R. Os jogos olímpicos e o turismo: uma visão sócio-econômica. **Movimento & Percepção**, Espírito Santo de Pinhal, SP, v.6, n.8, jan./jun. 2006. Disponível em <http://www.unipinhal.edu.br/movimentopercepcao/viewarticle.php?id=65> Acesso em abril de 2010.

CARVALHO, J. Metrô de Curitiba pode não ficar pronto até 2014. **Paraná Online**, 2009. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/417145/?noticia=METRO+DE+CURITIBA+PODE+NAO+FICAR+PRONTO+ATE+2014> Acesso em 31/06/2010

COELHO, J. Uma nova realidade em Soweto. **O Vale**, 2010. Disponivel em <http://www.ovale.com.br/cmlink/o-vale/esportes/uma-nova-realidade-em-soweto-1.4688> Acesso em 29/05/2010

CONFERÊNCIA internacional os mega eventos e a cidade, 2010. Disponível em: <http://www.ufrj.br/mega-events/pt/index.php > Acesso em 07/05/10

COPA da africa. **O Globo**, 2009. Disponível em :< http://oglobo.globo.com/viagem/mat/2009/06/04/copa-2010-infografico-mostra-as-cidades-sede-seus-estadios-atracoes-turisticas-756188549.asp> Acesso em 12/05/10

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

COSTA, E. O**utras verdades sobre o país da Copa**. Itatiaia, 2010. Disponível em :< http://www.itatiaia.com.br/site/colunas/eduardo-costa/862/outras-verdades-sobre-o-pais-da-copa/> Acesso em 12/05/10

COPA Sedes - Curitiba. **Rodovias e Vias**, Curitiba, n°41, set/ out 2009.121 p.

COUTO, A.B. **Mega Eventos Esportivos, Turismo e Financiamento Público: o caso do Pan 2007 no Rio de Janeiro**, [ca 2008] Disponível em: < http://www.fboms.org.br/files/Mega_Eventos_Esportivos_AlessandroBiazzi.doc. > Acesso em maio de 2010

CUNHA, A.G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2007.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo. Boitempo, 2006.p 103-125

DOMINGOS, J. As falácias da copa e do metrô. **Notícia da medida certa**. Disponível em:<http://www.josedomingos.com.br/2009/07/as-falacias-da-copa-e-do-metro/> Acesso em 31/06/2010

DEPUTADOS conhecem projeto de Curitiba para a Copa de 2014. **Prefeitura da Cidade de Curitiba**, 2009. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/publico/noticia.aspx?codigo=16685&Deputados-conhecem-projeto-de-Curitiba-para-a-Copa-de-2014> Acesso em 27//05/2010

DIÁLOGO discute megaeventos e gestão democrática das cidades no fórum social urbano. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em < http://www.direitoacidade.org/blog/ > Acesso em 03 de maio de 2010.

DILASCIO, F. Marketing mancha paisagem na orla do Rio. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 13/11/2009. Disponel em : <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/11/13/e131123659.asp> Acesso em maio de 2010.

ESTATISTICAS de Turismo en Barcelona. Disponível em : <professional.barcelonaturisme.com/imgfiles/estad/Est2009a.pdf> Acesso em maio de 2010

FIRKOWSKI,O.L.C de; MOURA,R**. Dinâmicas Intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Ed. Letra Capital, 2009.p. 31-60

FABRO, F. Barcelona Neoville. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <elenajb3@hotmail.com>, em 23/03/2010.

FIDEL, C. **Barcelona antes y despues de las olimpiadas** Disponível em <http://mundourbano.unq.edu.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=156&catid=90 > Acesso em abril de 2010

FILHO, P.P. **African Renaissance e a política externa sul-africana nos anos** 1990, [200-]. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/penna1.rtf> Acesso em 20/05/2010

FOZ vai trabalhar na divulgação da copa 2014. **Gazeta do Iguaçu – PR**, [200-]. Disponível em:< http://www.itaipu.gov.br/?q=pt/node/411&id_noticia=3012> Acesso em 02/06/2010

GOETTEN. C. Metrô de Curitiba finalmente deve sair do papel. **Jornal Comunicação**, 2009. Disponível em: <http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/redacao3/node/329> Acesso em 31/06/2010

GOL de placa, **Associação Brasileira de Industrias e Hotéis**, 2010. Disponível em: <http://www.abih.com.br/Artigos_folha-do-turismo.php> Acesso em 28/05/2010

GOMES, M.V. Beto Richa é reeleito no 1º turno e preserva legado lernista. Curitiba, 05/10/2008. Disponível em: <http://cilaschulman.wordpress.com/2008/10/05/17h43-curitiba-ja-tem-prefeito-beto-richa/> Acesso em 27//05/2010

GOVERNO encontra solução para bancar reforma da Arena da Baixada. **Portal da Copa**, 2010. Disponível em < http://www.copa2014.org.br/noticias/3105/GOVERNO+ENCONTRA+SOLUCAO+PARA+BANCAR+REFORMA+DA+ARENA+DA+BAIXADA.html> Acesso em 29/05/2010

GREVE interrompe obras de estádios da Copa na África do Sul. Portal Copa, 2014. Disponível em :< http://www.copa2014.org.br/copadomundo2010/noticias/694/GREVE+INTERROMPE+OBRAS+DE+ESTADIOS+DA+COPA+NA+AFRICA+DO+SUL.html> Acesso em 10/05/10

GROSS, D. Copa cria expectativa de geração de empregos. **BBC Brasil**, 2010. Disponível em : < http://www.bbc.co.uk/portuguese/multimedia/2010/05/100512_africa_sul_d_gross_video.shtml> Acesso em 28/05/2010

GUELL, J.M. **Planificatión Estratégica de ciudades**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1997.

GUIA goal :Johanesburgo. **GuiaGoal.com**, 2010 Disponível em :< http://www.goal.com/br/news/3178/copa-do-mundo-guia-de-cidades/2010/04/03/1861478/guia-goalcom-de-cidades-da-copa-do-mundo-2010-johanesburgo > Acesso em 13/05/10

GUIMARÃES, L. África do Sul estuda como "esconder" moradores de rua durante a Copa do Mundo. IG Esporte, 2010. Disponível em :< http://esporte.ig.com.br/futebol/2009/10/30/africa+do+sul+estuda+como+esconder+moradores+de+rua+durante+a+copa+8979967.html> Acesso em 09/05/10

GURGEL, A. **A Construção do Legado dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 na Imprensa e a Formação de um Conceito Midiático para Megaeventos no Brasil.** In XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal, setembro de 2008. Disponível em:< www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/.../R3-1874-1.pdf > Acessado em abril de 2010

HARVEY, D. Investimento do grande capital traz problemas para cidades. **Instituto Pólis.** 24/03/2010. Disponível em : < http://www.polis.org.br/noticias_interna.asp?codigo=964> Acesso em 25/04/2010.

HISTORIA das copas do mundo. Disponível em :<http://www.duplipensar.net/dossies/historia-das-copas-do-mundo/index.html > Acesso em 12/05/10

HISTORIANET, 2010 Disponível em:< http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=893> Acesso em 064/05/ 2010

IPARDES. 2006. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=86> Acesso em: 06/06/2010

JUSTE, M. Pan 2007 terá apoio da Força Nacional. **Programa das Nações unidas para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 22/02/2006. Disponivel em: <http://www.pnud.org.br/seguranca/reportagens/index.php?id01=1820&lay=jse> Acessado em maio de 2010.

KENNETT, C. **Barcelona’92 post-olímpica: deporte y multiculturalismo**. Estudios Olímpicos, Barcelona, 19 a 21 de setembro de 2006. Disponível em <olympicstudies.uab.es/brasil/pdf/53.pdf> Acesso em maio de 2010.

_____, C. **Desenvolvimento urbano em Barcelona: conflito de vizinhança e consenso midiátic**. Ibase. Rio de Janeiro 2004. Disponível em < http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=847> Acesso em abril de 2010.

LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009. p. 11-33.

LOPES, J.M. Zoneamento da região (Linha Verde) foi aprovado por vereadores sem discussão. **Concitiba,** 2008. Disponível em < http://concitiba.blogspot.com/> Acesso em 30/05/2010

LIMA, E.S. Vila do Pan alimenta a especulação imobiliária. **Brasil de Fato,** 09/08/2008. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/vila-do-pan-alimenta-a-especulacao-imobiliaria/?searchterm=Pan20imobili25C325A1ria20Rio> Acesso em maio de 2010

LIMA, R. M. Conflitos sócio-ambientais urbanos: o lugar como categoria de análise da produção de Curitiba/Jardim Icaraí. **Tese de Doutorado**. Curitiba, dezembro 2007. Disponível em < dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/.../1/rose_out_2007.pdf> Acesso em 29/05/2010

LIMA , S. Pan, uma chance desperdiçada. **Portal Exame**, 2007. Disponível em <http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0895/economia/m0131226.html > Acesso em maio de 2010

LIMONAD, E. Estranhos no paraíso (de barcelona). Impressões de uma geógrafa e arquiteta brasileira residente em Barcelona**. Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales** Vol. 10, nº 610, Barcelona, 2005. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/b3w-610.htm > Acesso em abril de 2010.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo : Nobel, 1998

LUCIANO Ducci apresenta projetos no Ministério do Turismo**. Prefeitura da Cidade de Curitiba**, 2010. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/publico/noticia.aspx?codigo=19171&Luciano-Ducci-discute-com-o-ministro-do-Turismo-novos-projetos-para-Curitiba> Acesso em 28/05/2010

LUNGO, M. As cidades e a globalização, a partir da América Central e do Caribe. In:Espaços e Debates, ano XVI, n°39; São Paulo, 1996.

MARICATO, E**. Brasil, cidades e alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MASCARENHAS, G. Globalização e governo urbano nos megaeventos olímpicos: os jogos panamericanos de santo domingo-2003. **X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: < http://www.ub.es/geocrit/-xcol/344.htm > Acesso em 01 maio de 2010.

MASSAOKA, J. O palco da Copa em Curitiba. **Jornal Comunicação**, 2009. Disponível em < http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node/6685> Acesso em 29/05/2010

MASSIMINO, R; SALGADO, D. Metade das obras de aeroportos estão atrasadas. **Portal da copa**, 2010; Disponivel em < http://www.copa2014.org.br/noticias/2942/METADE+DAS+OBRAS+DE+AEROPORTOS+ESTAO+ATRASADAS.html> Acesso em 29/05/2010

MINEO, M.M.P. **A produção das formas urbanas no mundo contemporâneo**. VIII Seminario de Pos-Gradação em Geografia da Unesp. São Paulo, Rio Claro. P1029-1044. De 17a 19 de novembro de 2008. Disponível em: < www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/1029-1044marcela.pdf> Acesso em: 03/06/2010

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. 243f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Doutorado em Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, p.26-66, 2009. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145> Acesso em: 15/04/ 2010

NÃO há isenção fiscal entre incentivos da Linha Verde**. Prefeitura da Cidade de Curitiba**, 2008. Disponível em:<http://www.curitiba.pr.gov.br/publico/noticia.aspx?codigo=15127> Acesso em 30/05/2010

NUNES, V.P. **O GLOBO**. Rio de Janeiro, 05 de junho de 2008. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/seubolso/mat/2008/06/04/feirao_da_casa_propria_tenta_vender_ultimos_apartamentos_da_vila_pan-546653422.asp > Acesso em maio de 2010.

O LEGADO que a Copa do Mundo pretende deixar no continente africano da Universidade do Futebol. Unuversidade aberta do futebol brasileiro, 2010 Disponível em :< http://www.cidadedofutebol.com.br/Jornal/Noticias/Detalhe.aspx?id=12990> Acesso em 09/05/10

OLIVEIRA, D. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

OLIVEIRA, I.C.E. **Estatuto da Cidade, para compreender**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001

OLIVEIRA, R. Curitiba terá novo parque no Uberaba. **Paraná online**, 2008. Disponível em < http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/333065/> Acesso em 29/05/2010

OFICIAL! A Copa do Mundo é nossa. GloboEsporte.com, Zurique, 2007. Disponível em :< http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/Campeonatos/0,,MUL163196-9790,00.html> Acesso em 09/06/10

OS DESAFIOS de Curitiba para a Copa 2014. **Portal Copa 2014,** 2009. Disponível em:<http://www.copa2014.org.br/noticias/289/OS+DESAFIOS+DE+CURITIBA+PARA+A+COPA+2014.html> Acesso em 28/05/2010

PERFIL do Município de Curitiba. IPARDES. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=80000> Acesso em: 06/06/2010

PERGUNTAS e respostas. Veja.com, 2007 . Disponível em :< http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/copa_2010/index.shtml > Acesso em 12/05/10

PORTAL da transparencia, 2010. Disponivel em: http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/curitiba> Acesso em 28/05/2010

PORTAL do Brasil, 2010. Disponível em: < http://www.portalbrasil.net/paises.htm> Acesso em 12/06/2010

PREFEITURA municipal de Curitiba, 2010. Disponivel em:< http://www.curitiba.pr.gov.br/publico/noticia.aspx?codigo=19384&Novos-equipamentos-e-t%C3%A9cnicas-de-seguran%C3%A7a-para-a-Copa-em-Curitiba > Acesso em 03/06/2010

RAEDER. S. **O Jogo das Cidades: impactos e legados territoriais indutores do desenvolvimento urbanos em sedes de megaeventos esportivos.** 2009. Disponível em: <egal2009.easyplanners.info/area05/5464_Raeder_Savio.doc> Acesso em: 10/04/2010

RAMOS, V. Cidade do Pan amanhece sob protesto. **Brasil de Fato**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:< http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/cidade-do-pan-amanhace-sob-protesto > Acesso em 06/06/ 2010

RANGEL, S. Apartamentos da vila do pan-2007 têm grande procura. **Folha de São Paulo.** Rio de Janeiro, 12/08/2005. Disponível em: <www.ceme.eefd.ufrj.br/.../imprensa5Cfsp5Cpdf_fsp5Capartamentos_20da_vila.pdf> Acesso em: 02/03/2010.

REGINENSI, C. **Desenvolvimento (In) sustentável na Orla de Copacabana (Rio de Janeiro): atores, recursos e processo participativo**. Rio de Janeiro, 2008 Disponível em: <www.coloquiointernacional.unimontes.br/2008/.../138caterinereginensi.pdf> Acesso em maio de 2010.

RIBEIRO, A.C.T. **PPLA**, Curitiba, 2008. Disponível em <http://www.coopere.net/ppla/> Acessado em 04 maio 2010.

RIBEIRO, F.T. Brasil-Futuras cidades olímpicas: Rio de Janeiro. Sede dos jogos Pan-Americanos de 2007.In: DaCosta, L. (org) Atlas do esporte no Brasil. Rio de Janeiro. Confef, 2006. Disponível em :< www.atlasesportebrasil.org.br/textos/159.pdf> Acesso em 08 de março de 2010.

RIBEIRO, L.C de Q. ; CARDOSO,A.L. Planejamento urbano no Brasil: Paradigmas e experiências. In:**Espaço e Dates**. São Paulo n°37, 1994.

RIERA, C. **Desenvolvimento urbano em Barcelona: conflito de vizinhança e consenso midiáti**c. Ibase. Rio de Janeiro 2004. Disponível em < http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=847> Acesso em abril de 2010.

_____, C. Jogos Olímpicos, jogo para todos e todas? **Democracia viva**, n 46. p. 16-19. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em : <www.ibase.br/userimages/dv_ibase_44_internacional(16-19).pdf > Acesso em maio de 2010.

RIO convention bureau. Rio de Janeiro, n° 119 - novembro/dezembro 2007. Disponível em: <www.rioconventionbureau.com.br> Acesso em maio de 2010

RIOS, C. Novo bairro para classe média. **Gazeta do Povo**, Curitiba, ano 92, n° 29.406, 2010.

RODRIGUEZ, G.L. Copa da Africa do Sul traz lições ao Rio. O **Globo.com**. Disponível em :< http://oglobo.globo.com/esportes/copa2010/mat/2010/05/02/copa-da-africa-do-sul-traz-licoes-para-rio-916480416.asp> Acesso em 09/05/10

ROLNIK, R. Os Diversos impactos dos megaeventos. **V Fórum Urbano Mundial**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em < http://www.direitoacidade.org/blog/ > Acesso em 03 de maio de 2010.

ROSA, F. Obras da Arena da Baixada podem começar apenas em 2011**. Portal da Copa 2014**, 02/05/2010. Disponivel em < http://www.copa2014.org.br/noticias/2197/OBRAS+DA+ARENA+DA+BAIXADA+PODEM+COMECAR+APENAS+EM+2011.html > Acesso em 29/05/2010

SÁ, E. Choque de Ordem nas Praias Cariocas. **Fazendo Média.** Rio de Janeiro, 29/01/2010. Disponível em: <http://www.fazendomedia.com/?p=2207> Acesso em 06/06/ 2010

SALLES, M. A chacina do Complexo do Alemão. **Nova Democracia**, Rio de Janeiro, Ano VI. nº 36, agosto de 2007. Disponível em:< http://www.anovademocracia.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=256&Itemid=105 > Acesso em 06/06/ 2010

SÁNCHEZ, F. A Reinvenção das cidades na virada do século: A gentes, estratégias e escalas de ação políticas. **Revista de Sociologia política**. V.16, p. 31-49. Curitiba, 2001.

SÁNCHEZ, F. **Cidade espetáculo**. Política, planejamento e city marketing. Curitiba: Ed. Palavra, 1997.

SÁNCHEZ,F. Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos**. Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.39-56, jul./dez. 2004. Disponível em: <www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/fernanda_outros.pdf > Acesso em: 12/05/2010

SÁNCHEZ, F; BIENENSTEIN, G. **Jogos Pan-americanos rio 2007: Um balanço multidimensional.** Lasa 2009. Disponivel em <lasa.international.pitt.edu/members/congress.../SanchezFernanda.pdf> A cesso em maio de 2010

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCREPERCITY, 2010.Disponível em:< http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=861140> Acesso em 07/04/2010

SEIXAS, P.C.O planeta urbano: diferenciações regionais, paradigmas globais.Congresso internacional "ordenamento territorial e desenvolvimento urbano" **Instituto superior de ciências sociais e políticas**, Portugal, 24-26 novembro 2004. Disponível em :< www.fundicotex.org/Comunicaciones%20Lisboa/SEIXAS.pdf > Acesso em 10/05/10

SEREZA, H.C. Políticos prometem metrô porque ele simboliza 'democratização do conforto', diz cientista político. **UOL Noticias**. São Paulo, 2009.Disponível em:< http://noticias.uol.com.br/especiais/metro/2009/07/30/ult7902u4.jhtm>> Acesso em 31/06/2010

SETTE, J. Investimento público vira lucro privado em megaeventos.Forum Social Urbano, 2010. Disponível em< http://forumsocialurbano.wordpress.com/page/2/> Acesso em 20/04/2010

SMOLKA, M O.; AMBORSKI, D. Captura de mais-valias para o desenvolvimento urbano: uma comparação interamericana. Tradução de: FURTADO, Fernanda. p.37-74. In: ABRAMO, Pedro (Org.)**. Cidades em transformação: entre o plano e o mercado experiências internacionais em gestão do uso do solo urbano**. Rio de Janeiro: O autor, 2001. 271 p. Original em Inglês.

SOUZA, M.L. Os conceitos de planejamento urbano e gestão urbana. In: **Mudar a cidade**. Rio de Janeiro; Ed. Bertrand Brasil, 2006.

SPOSITO, M.E.B. O **Chão em pedaços: Urbanização economia e cidades no Estado de São Paulo**. 503f. Tese (Livre Docência) - Universidade Estadual Paulista,Faculdade de Ciências Tecnologia, 2004. 1CD-ROM

_____. **Capitalismo e Urbanização**. 15ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 30-75

TURA, J.S ; SUBIRATS, J. **La organización de los Juegos Olímpicos de Barcelona'92: un ejemplo de economía mixta o de sociedad pública y privada.** Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics UAB.1994 Disponível em <http://olympicstudies.uab.es/pdf/wp028_spa.pdf> Acesso em abril de 2010

TABAK, B. Recorde de investimento em segurança. Brasilia. **Rede Infoseg**, 11/06/07. Disponível em: <http://www.infoseg.gov.br/infoseg/destaques-01/recorde-de-investimento-em-seguranca> Acesso em abril de 2010

TAYLOR, J. Diálogo discute megaeventos e gestão democrática das cidades no Fórum Social Urbano. **V Fórum Urbano Mundial.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em < http://www.direitoacidade.org/blog/ > Acesso em 03 de maio de 2010.

TELLO, R. **Plano Estratégico de Barcelona, do balanço ao novo plano**. n 57. Lisboa, 1994, p.157-164 Disponível em <www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1994-57/57_08.pdf> Acesso em abril de 2010.

TELLO, R.; MARTINEZ, S. **Terceirização e encarecimento do alojamento em Barcelona.** Finisterra, n 57. Lisboa, 1994, p.61-77 Disponível em <www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1994-57/57_03.pdf> Acesso em abril de 2010.

UZZO, K. Diálogo discute megaeventos e gestão democrática das cidades no Fórum Social Urbano. **V Fórum Urbano Mundial.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em < http://www.direitoacidade.org/blog/ > Acesso em 03 de maio de 2010.

VICELLI, C.E. Ippuc admite mudar projeto da Arena para evitar desapropriação. **Gazeta do Povo**, 2009. Disponivel em < http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/conteudo.phtml?tl=1&id=896571&tit=Ippuc-admite-mudar-projeto-da-Arena-para-evitar-desapropriacao > Acesso em 29/05/2010

VILA PANAMERICANA. Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 01/02/2007 – disponível em : <http://diariodorio.com/vila-panamericana/> Acesso em : 02/03/2010

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES O. MARICATO E, VAINER C (Org) **A cidade e o pensamento único**. Petrópolis. Ed. Vozes, 2000. p. 75-103

VILLAÇA, F. **Plano Diretor: Modernismo x Pos-modernismo**, 1993. Disponível em: < www.**flaviovillaca**.arq.br/pdf/pdli993.pdf> Acesso em 08 de maio de 2010.

WHITAKER, J. **Grandes Projetos, fator de crescimento econômico e não de desenvolvimento**. Disponível em:<http://www.coopere.net/ppla/index.php?a=home&id=29>Acesso em 08 de maio de 2010.

ZANINI, F . Vans assustam mais que terrorismo. Folha de São Paulo, maio 2010.

8 REFERENCIAS DE FIGURAS

FIGURA 1 – Comec, 2007

FIGURA 2 – Revista Piauí, Rio de Janeiro, ano 1, n°5, fevereiro de 2007.

FIGURA 3 - TELLO, R.; MARTINEZ, S. **Terceirização e encarecimento do alojamento em Barcelona.** Finisterra, n 57. Lisboa, 1994, p.61-77 Disponível em <www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1994-57/57_03.pdf> Acesso em abril de 2010.

FIGURA 4 – Disponível em:<http://www.hvsl.es/Barcelona/Imagenes/MapaBCN.gif>

FIGURA 5 – Disponível em:<www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=22195384> Acesso em 12/04/2010

FIGURA 6 – Disponível em:<4 bp.blogspot.com/_b3MXL192OCk/Srf1giGYhNI/ > Acesso em 12/04/2010

FIGURA 7 – CARVALHO, R.B ; GAIO, R. Os jogos olímpicos e o turismo: uma visão sócio-econômica. Movimento & Percepção, Espírito Santo de Pinhal, v.6, n.8, jan./jun. 2006

FIGURA 8 – LIMONAD, E. estranhos no paraíso (de barcelona). impressões de uma geógrafa e arquiteta brasileira residente em barcelona. **Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona, v. 10, nº 610, outubro de 2005

FIGURA 9 – LIMONAD, E. estranhos no paraíso (de barcelona). impressões de uma geógrafa e arquiteta brasileira residente em barcelona. **Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona, v. 10, nº 610, outubro de 2005

FIGURA 10 – Disponível em:< http://www.google.com/imgres?imgurl=http://3.bp.blogspot.com/=http://fabricasdelpoblenou.blogspot > Acesso em 20/05/2010

FIGURA 11 – Disponível em:< http://www.google.com/imgres?imgurl=http://3.bp.blogspot.com/http://fabricasdelpoblenou.blogspot > Acesso em 20/05/2010

FIGURA 12 - Disponível em:< www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/ > Acesso em 23/05/2010

FIGURA 13 - SÁNCHEZ, F; BIENENSTEIN, G. **Jogos Pan-americanos rio 2007: Um balanço multidimensional.** Lasa 2009. Disponivel em <lasa.international.pitt.edu/members/congress.../SanchezFernanda.pdf> Acesso em maio de 2010

FIGURA 14 – Disponível em:< http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/11/13/e131123659.jpg > Acesso em 23/05/2010

FIGURA 15 - Disponível em:<http://www.slideshare.net/marcioborges/caso-vila-panamericana > Acesso em 23/05/2010

FIGURA 16 – Jornal O Globo online, 2007. Disponível em:<http://oglobo.globo.com/fotos/2007/07/21/21_MHG_rio_policiamentolagoa.jpg > Acesso em 23/05/2010

FIGURA 17 - Disponível em:<felipeoneill.blogspot.com/2007_08_01_archive.html> Acesso em 23/05/2010

FIGURA 18 – Jornal O Globo online, 2010. Disponível em:< http://oglobo.globo.com/viagem/mat/2009/06/04/copa-2010-infografico-mostra-as-cidades-sede-seus-estadios-atracoes-turisticas-756188549.asp > Acesso em 23/05/2010

FIGURA 19 – ZANINI, F. Vans assustam mais que terrorismo. **Folha de São Paulo**, maio 2010.

FIGURA 20 - Disponível em:< http://globoesporte.globo.com/Esportes/Noticias/Futebol/0,,MUL1229351-9842,00-COPA+DE+GREVE+DE+TRABALHADORES+NA+AFRICA+DO+SUL+CHEGA+AO+SEXTO+DIA.html > Acesso em 26/05/2010

FIGURA 21- Disponível em:< http://www.blogdomarcelo.com.br/v2/2010/04/12/servidores-publicos-iniciam-greve-na-africa-do-sul-E28098sem-dinheiro-sem-copaE28099/ > Acesso em 26/05/2010

FIGURA 22 – Disponível em:<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=861140> Acesso em 26/05/2010

FIGURA 23 – Disponível em: <http://www.piniweb.com.br/construcao/urbanismo/curitiba-apresenta-projeto-de-revitalizacao-da-avenida-candido-de-abreu-156404-1.asp> Acesso em 26/05/2010

FIGURA 24– BRANDENBURG, E. Ocupação irregular do Jardim Icaraí, junho/2010. Fotografia, colorida, 15x21cm.

FIGURA 25 – Disponível em:< http://www.cohabct.com.br/conteudo.aspx?conteudo=163> Acesso em 27/05/2010

FIGURA 26 – Residencial parque do Iguaçu. Curitiba, 2010. Propaganda em *flayer*

FIGURA 27– Lei n° 12.767 de 05 de junho de 2008. **IPPUC**, 2010

FIGURA 28 – RIOS, C. Novo bairro para classe média. **Gazeta do Povo**, Curitiba, ano 92, n° 29.406, 2010.

FIGURA 29 – RIOS, C. Novo bairro para classe média. **Gazeta do Povo**, Curitiba, ano 92, n° 29.406, 2010.

FIGURA 30 - Disponível em:<www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=22195384> Acesso em 12/04/2010